



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

RUTHANE SARAIVA DA SILVA

JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA:
o discurso do desmatamento no Jornal Pessoal (1987-2012)

Belém
2013

RUTHANE SARAIVA DA SILVA

JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA:
o discurso do desmatamento no Jornal Pessoal (1987-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa E. Acevedo Marin.

Belém
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Silva, Ruthane Saraiva da

Jornalismo alternativo na Amazônia: o discurso do desmatamento no Jornal Pessoal (1987-2012) / Ruthane Saraiva da Silva; Orientadora, Rosa E. Acevedo Marin.– 2013.

170 f.: il.; 30 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

1. Jornalismo alternativo - Amazônia. 2. Desmatamento - Pará. 3. Jornal Pessoal. 4. Meio ambiente. 5. Complexidade ambiental - Amazônia. I. Acevedo Marin, Rosa E., orientadora. II. Título.

CDD 22. ed. 070.8115

RUTHANE SARAIVA DA SILVA

JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA:
o discurso do desmatamento no Jornal Pessoal (1987-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Rosa E. Acevedo Marin
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Nírvia Ravena
Examinadora interna – NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Neusa Pressler
Examinadora externa – DCS/UNAMA

À minha família, razão de muitas conquistas, em especial à minha querida mãe, mulher guerreira que me ensina a cada dia ser uma pessoa melhor; a ver a vida com mais leveza, suavidade e beleza.

AGRADECIMENTOS

Já dizia um poeta que a vida é uma narrativa, cercada por personagens e cenários, na qual cada um tem papel importante nessa história. Por isso agradeço:

A Deus, senhor da vida, e a Nossa Senhora de Nazaré, pela força, nos momentos difíceis da caminhada, quando esta parecia não avançar, cheia de empecilhos, estorvos, porém, as luzes apareceram e tornaram os dias mais claros e alegres.

Ao Max Murtinho, pelo apoio e compreensão nos momentos que não lhe conferia atenção por estar mergulhada nos livros e nas edições do Jornal Pessoal. Pela convivência harmoniosa, por sua serenidade e carinho.

À minha doce mãe, Jacira da Silva, pelo apoio incondicional, pela comida saborosa; ao meu pai, Benedito Ferreira; aos meus irmãos, Elias, Eloy e Júnior; Às minhas cunhadas, Suzi, Deide e Andreia; aos meus sobrinhos, Emerson, Sara, Kayki, Herberth e Manu.

À minha orientadora, professora Rosa Acevedo Marin, pela sabedoria, perspicácia e compreensão nos momentos em que não conseguia avançar; por acreditar e me confiar o tema, e por me ensinar a desbravar e enveredar pelos caminhos da pesquisa.

À minha prima Geisa Dias, mulher forte, meia-irmã, amiga, pela compreensão nos momentos de minha ausência. Obrigada primona! À tia Ermita, pelo carinho, pela comida saborosa e apoio, principalmente quando precisei de “um abrigo”. Ao Pacheco, por algumas edições do Jornal Pessoal emprestadas. À tia Ruth Oliveira e prima Ruth Helena, pela torcida.

À bibliotecária, amiga, Rosângela Caldas Mourão, pelo auxílio, alto astral, caronas, paciência, convivência ao longo desses cinco anos; pelo apoio, principalmente quando estive ausente da Biblioteca.

Aos atuais colaboradores da Biblioteca do NAEA, Leila da Costa, Thalita Ferreira, Naiara e “antigos” colaboradores, Palmira Cruz, Cacilda Ribeiro, Misilvane, Miriam, Luciana, Everton, Fátima, Andreia e Yacira, pelo apoio em fazerem a Biblioteca um lugar mais organizado e agradável.

Aos amigos de mestrado, Mozart, Samir Resque, Rosana Chagas, Warlivan, Mariano, Jerferson, em especial, Alexandra Ferreira, Cristina de Souza, Iara Neves, Márcia Maués e Mislene Cisz, pelas risadas, almoços, palavras de incentivo, angústias compartilhadas. Que nossa amizade se fortaleça mais ainda e se perpetue na história de nossas vidas.

Ao jornalista Lúcio Flávio Pinto, que faz do Jornal Pessoal sua última resistência.

À Universidade Federal do Pará, por proporcionar capacitação aos seus servidores.

Aos bibliotecários Ana Santos, Mônica de Lima, Valdenira Moreira, Suely Vidal, Carlos Nascimento, Ruth Negrão, Zilah Hildeburga, Diego Santos, Heloísa Gomes, Socorro Albuquerque, Rejane Coelho, Vilma Bastos, Edisângela Bastos, pelo auxílio e incentivo.

Às amigas, Elaine Casseb, Juliana Marques e Socorro Silva pela nossa amizade aos dos longos anos permeada pela literatura, experiências culturais e espirituais.

Aos amigos “distantes” Rita do Amaral, Antonio Bonfim, Gilcélia, Myrceia, Elder, Rosinha, Mônica Lima, Edineth e Williams Régis. Qualquer dia desses nós reencontraremos!

Aos professores da banca, Neusa Pressler, Durbens Nascimento e Nírvia Ravena, pelas valorosas contribuições na banca de qualificação e na defesa de dissertação.

À professora Jane Veiga, da Faculdade de Biblioteconomia, por me ensinar os primeiros passos da pesquisa e a busca incessante de fontes de informação.

Ao professor Armin Mathis, ex-diretor do NAEA, pela permissão de horário especial para que eu pudesse assistir às aulas; e ao professor Fábio Carlos da Silva, atual diretor do NAEA, pela liberação de carga horária integral para que eu pudesse finalizar esta dissertação.

Aos professores do NAEA, Ligia Simonian, atual coordenadora do Programa; ao Saint-Clair da Trindade Júnior, pelo apoio e incentivo no período de sua coordenação de mestrado; e aos demais professores: Luís Eduardo Aragón, Nírvia Ravena, Ana Paula Bastos, Marília Emmi, Thomas Hurtienne (*in memoriam*), Mário Amin, Oriana Almeida, Josep Vidal, Cláudio Szlafsztein, Juarez Pezzuti, Índio Campos, Sílvio Figueiredo e Simaia das Mercês.

À secretaria, Daniela Benevides, Aldo Lisboa, Renan, Adila, Helen, Fabíola; às senhoras Graça e Nilde, pelas salas limpas; Simone e Siney da reprografia, pelo apoio.

Aos servidores, Benedito, Carmem, Elivaldo, Silvana, Marisete, Alexandre, Ana Prado, Cristina, Maria, Deivan, Marcelo e Cláudia pela convivência e apoio; em especial, ao Albano Gomes, pela elaboração do *abstract* e Roseany Caxias Lima, pela revisão gramatical.

Aos colegas do NAEA, Mônica Araújo, pela doação de livros (contribuiu muito!), Raquel, Marina, Priscila, Tanny, Luciano Pena, Graça Vilhena, Mateus, Laércio, Dalton, Jondison, Jovenildo, Márcio Macedo, Izabel Colares, Nazaré Corrêa, Roselene Garcia, Lúcia Almeida, Roberta, Nádia Freitas e Daiane, pelas caronas, bate-papos teóricos e amizade.

Aos novos colegas, Daliana Castro, Carlos Bremgartner, Simone, Norah, Célio, Tatiana, Paulo Amora, Fernando, Jaderson e Sildomar.

Às Bibliotecas da SUDAM, Ipiranga, UNAMA, IESAM, FEAPA, Biblioteca Central, NAEA, ICJ, ILC, NCADR, Casa da Cris “recanto bucólico”, espaços de refúgio para minhas leituras e escrita. E a todos aqueles não citados (lapso de memória) que diretamente e indiretamente contribuíram para a realização e concretização do mestrado.

A crônica do desmatamento para valer na Amazônia ainda não completou, a rigor, quatro décadas. Mas já garantiu para o colonizador amazônico o título de o maior desmatador da história da humanidade em todos os tempos.

[...] Mas o que estamos vendo agora, diante de nossos olhos esbugalhados e indiferentes à propalada evolução da consciência ambientalista mundial, é essa floresta ser dizimada com a mesma fúria que aniquilou a vegetação nativa dos vales do Araguaia e Tocantins.

(PINTO, L., 2002b, p. 4)

RESUMO

Este estudo apresenta discussões a respeito do desmatamento na Amazônia Legal, em particular no estado do Pará, no período de 1987 a 2012, a partir do *corpus* de edições do Jornal Pessoal, autoria de Lúcio Flávio Pinto. Busca-se aqui verificar o posicionamento, o discurso do Jornal Pessoal no debate acerca do desmatamento, e a ação do Estado nessa temática. Para exame do *corpus*, utiliza-se a análise do discurso, constituída numa abordagem teórico-metodológica interdisciplinar. Constata-se que o posicionamento do Jornal Pessoal é crítico-reflexivo, uma vez que o discurso argumentativo se utiliza de estratégias discursivas, como a legitimidade da fala, a interpelação e a interação com o leitor. Observa-se que o Jornal Pessoal, ao debater as ações implementadas pelo Estado para o combate do desmatamento no Pará, mostra que tais ações ainda caminham na criação de instrumentos de controle e mecanismos jurídicos, evidenciando que as ações efetivas estão muito distantes de atrelar o desmatamento a uma política ambiental comprometida e séria, demonstrando a inércia do Estado no combate dessas práticas.

Palavras-Chave: Desmatamento – Pará. Jornal Pessoal. Jornalismo alternativo – Amazônia. Meio ambiente.

ABSTRACT

This study presents discussions on deforestation in the Amazon, especially in the state of Pará, in the period 1987-2012, from the *corpus* of editions of *Jornal Pessoal*, authored by Lúcio Flávio Pinto. We seek to verify the placement, *Jornal Pessoal* speech in the debate about deforestation, and the State action in this matter. For analysis of the corpus, we use the analysis of discourse, constituted on interdisciplinary theoretical and methodological approach. It appears that the positioning of *Jornal Pessoal* is critical and reflective, since the argumentative discourse makes use of discursive strategies as the legitimacy of speech, interpellation, and the interaction with the reader. It is observed that *Jornal Pessoal*, to discuss the actions taken by the State to combat deforestation in Pará, shows that such actions go further in creating instruments of control and legal mechanisms, showing that the effective actions are far removed from the tow deforestation to an environmental policy committed and serious, demonstrating the inertia of the State in combating this practices.

Keywords: Deforestation – Pará. *Jornal Pessoal*. Alternative Journalism – Amazon. Environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Percentual do desmatamento nos Estados da Amazônia Legal em setembro de 2013.....	22
Figura 1 -	Jornal Pessoal e seu agendamento.....	61
Fotografia 1 -	Chegada do Complexo industrial ao Jari em 1979.....	113
Fotografia 2 -	UHT de Tucuruí.....	121
Fotografia 3 -	Lago de Tucuruí - árvores submersas.....	121
Fotografia 4 -	Carajás em 1980.....	133
Fotografia 5 -	Serra Norte em ambiente atual.....	133
Fotografia 6 -	Serra Sul: o próximo alvo em Carajás, maior do que a anterior..	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Descrição dos eventos ambientais.....	25
Quadro 2 -	<i>Corpus</i> inicialmente eleito para análise.....	25
Quadro 3 -	Eixos temáticos do <i>corpus</i> de análise.....	26
Quadro 4 -	Cronologia das obras publicadas de Lúcio Flávio Pinto.....	70
Quadro 5 -	Textos do primeiro eixo temático.....	104
Quadro 6 -	Evidências empíricas destacadas.....	107
Quadro 7 -	Evidências empíricas destacadas.....	109
Quadro 8 -	Textos do segundo eixo temático - Projeto Jari Florestal.....	110
Quadro 9 -	Evidências empíricas destacadas.....	113
Quadro 10 -	Evidências empíricas destacadas.....	115
Quadro 11 -	Textos do segundo eixo temático - Projeto Hidrelétrica de Tucuruí.....	119
Quadro 12 -	Evidências empíricas destacadas.....	120
Quadro 13 -	Evidências empíricas destacadas.....	124
Quadro 14 -	Textos do segundo eixo temático - Projeto de Ferro Carajás..	125
Quadro 15 -	Evidências empíricas destacadas.....	128
Quadro 16 -	Evidências empíricas destacadas.....	130
Quadro 17 -	Textos do terceiro eixo temático.....	136
Quadro 18 -	Evidências empíricas destacadas.....	138

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Capas dos jornais alternativos que circulavam durante o regime militar.....	40
Imagem 2 -	Edição n. 1 do Jornal O Paraense de 1822.....	44
Imagem 3 -	Capas do n.1 e 2 do Jornal Bandeira 3 de 1975.....	45
Imagem 4 -	Edição de 1977 do Jornal Resistência.....	46
Imagem 5 -	Capa do Jornal Varadouro.....	47
Imagem 6 -	Capas de edições do Jornal Porantim.....	48
Imagem 7 -	Edição n. 1 do Jornal Pessoal - Assassinato de Paulo Fonteles (1987).....	64
Imagem 8 -	Capa do Dossiê 25 anos do Jornal Pessoal.....	66
Imagem 9 -	Capas de obras publicadas de 1977-2012.....	69
Imagem 10 -	Fábrica do Projeto Jari.....	112
Imagem 11 -	Cine Amazônia.....	114
Imagem 12 -	Índice oficial ser ou não ser, eis a questão.....	137
Imagem 13 -	Floresta monitorada.....	141
Imagem 14 -	Amazônia preste a explodir.....	144
Imagem 15 -	Floresta desmatada em troca de “progresso”	145

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
ATPFs	Autorização de Transporte de Produtos Florestais
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CMMD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente
CPJ	Comity to Protect Journalist
FCS	Conselho de Manejo Florestal - Forest Stewardship Council
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFW	I. F. Stone's Weelky
IMAZON	Instituto do Homem e do Meio Ambiente
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
JP	Jornal Pessoal
NCADR	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
NASA	National Aeronautics and Space Administration
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PGC	Projeto Grande Carajás
PIN I	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
PIN II	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Meio ambiente e Amazônia no jornalismo alternativo como problemática de pesquisa.....	17
1.2 Procedimentos teórico-metodológicos.....	23
2 JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA E OS DEBATES SOBRE MEIO AMBIENTE.....	32
2.1 Imprensa alternativa no Brasil.....	36
2.1.1 Imprensa alternativa na Amazônia.....	43
2.2 Jornais como fonte de informação.....	50
2.3 Debates sobre Meio ambiente.....	53
2.3.1 Discurso jornalístico e discurso ambiental.....	56
3 “JORNAL PESSOAL” DE LÚCIO FLÁVIO PINTO.....	61
3.1 Prêmios, publicações e a trajetória em universidades.....	68
3.2 O Editor do Jornal Pessoal e o percurso na grande imprensa.....	72
3.3 O intelectual e a Amazônia.....	74
4 AMAZÔNIA E A COMPLEXIDADE AMBIENTAL.....	81
4.1 Crise e complexidade ambiental.....	81
4.2 Problemática ambiental na Amazônia.....	87
5 DEBATE SOBRE DESMATAMENTO NO JORNAL PESSOAL À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	91
5.1 O desmatamento do Pará no Jornal Pessoal.....	101
5.2 Análise e discussão do <i>corpus</i>.....	103
5.2.1 Primeiro Eixo Temático: Desmatamento da Empresa Volkswagen em Santana do Araguaia, PA em 1976.....	104
5.2.2 Segundo Eixo Temático: Desmatamento no Pará na Conjuntura dos Grandes Projetos na Amazônia (1964-1985).....	110
5.2.3 Terceiro Eixo Temático: Ações do Estado e de instituições ambientais governamentais nas instâncias estadual e federal.....	136
6 CONCLUSÃO.....	154
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE.....	167

1 INTRODUÇÃO

A temática ambiental é notícia em diversos meios de comunicação, dos quais escolhemos para este estudo, os jornais, por serem um meio de informação e formação a respeito de questões críticas, entre as quais, repercussões da intervenção econômica e ambiental na Amazônia. Diversas matérias são direcionadas para a Amazônia, que abriga a floresta para onde todos os olhos do mundo estão projetados, afluindo para o binômio meio ambiente e Amazônia¹.

Destacamos aqui, o discurso sobre meio ambiente, no âmbito do jornalismo alternativo realizado pelo Jornal Pessoal na região amazônica, principalmente o que se refere ao tema desmatamento. O estudo propõe uma reflexão quanto à contribuição do jornalismo alternativo na disseminação de informação relacionada às questões acerca do meio ambiente na “Amazônia Legal”. Nesta, o desmatamento entra em pauta em diversos contextos históricos e espaciais da ocupação e colonização da Região, cuja discussão perpassa as análises do Jornal Pessoal (JP).

Essa inquietação surgiu a partir de diálogos com a orientadora, quando debatia a respeito da delimitação de um tema de pesquisa; tal ideia foi sendo amadurecida por meio de leituras e concretizada mediante uma espécie de *arqueologia*² do Jornal Pessoal.

A partir de orientações iniciais, realizamos um levantamento das edições do Jornal Pessoal, verificando os assuntos abordados, elegendo um tema para investigar, visto que, o periódico aborda diversas questões acerca da Amazônia. Desse modo, elegemos a categoria meio ambiente, especificamente a unidade de análise desmatamento, envolvendo a questão do discurso jornalístico a respeito desse fenômeno.

O termo desmatamento, segundo Ormond (2006), apareceu a partir da intensa derrubada das florestas tropicais úmidas em vários locais do mundo, principalmente por meio de queimadas da vegetação. Definindo o que seria o desmatamento, em termos conceituais, Krieger et al. (2008) explicam o desmatamento como resultado da remoção da cobertura florestal dos solos, seja por queimada da vegetação, capina, corte, seja por uso de produtos químicos. Por sua vez, o termo desmatamento também está associado dentro de uma prática

¹ Veja-se entre as publicações mais conhecidas a revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Ciência Hoje.

² Entendo que se trata de uma *arqueologia* pois esse método permite desvendar como o JP constrói sua própria existência.

antrópica, pois as derrubadas, queimadas são atividades humanas que possuem diversos objetivos, como utilização da madeira, agricultura, criação de gado, entre outros.

Ao mencionarmos a Amazônia, fazemos um recorte para a Amazônia Legal, visto que a Amazônia recebe várias denominações pelo universo geográfico que representa e especificamente, por conta de parâmetros geopolíticos e administrativos. Sendo assim, a escolha pela Amazônia Legal deve-se pelo recorte do estudo e esta forma de institucionalização³. Na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia Legal corresponde à Região Norte, formada pelos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá, Tocantins e Pará.

Glauce Monteiro (2011, p. 27) examinou as diversas representações da palavra Amazônia nos programas de televisão, em que “é acompanhada de um conjunto de imagens mentais (representações e imaginários) e audiovisuais (imagem como um objeto integrante das reportagens e notícias) e de definições sobre o que ela significa em cada momento em que é enunciada” [...], trazendo assim para a academia contribuições diversas sobre definições de Amazônia. Acrescenta a autora: “nas diferentes mensagens, nos diferentes programas e segundo os distintos propósitos e motivações pelos quais, a Amazônia é evocada, essas definições são igualmente diferentes e podem até mesmo se tornar antagonônicas [...]”. Desse modo, a demarcação de Amazônia “carrega uma imprecisão que amplia as mensagens e possibilidades de conceituação e de classificação”.

De acordo com o estudo da autora, essa “definição e não-definição” se insere num processo que “parece caracterizar o que é Amazônia, mas que na verdade explicita a polifonia e a variedade de interpretações e intenções sobre a região presentes na sociedade”. E assim, a palavra Amazônia ganha diversos sentidos, mostrando as representações que possui, principalmente nos meios midiáticos.

Outra discussão relevante nessa linha de pensamento é a tese de Manuel Dutra, que aborda os discursos acerca da natureza e da Amazônia, presentes em textos de televisão, definindo-os como “sedutoras reiteraões”. Dutra (2003, p. 11) assevera que o termo Amazônia traz, em relação ao seu significado, uma densa “carga de pré-noções” observada

³ Amazônia Legal constitui um dispositivo legal mediante o qual o governo estabelece uma unidade de intervenção no intuito de planejar e promover o desenvolvimento da região. A Amazônia Legal perfaz uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Em 1966, pela Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM) o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Em 11 de outubro de 1977, a lei complementar nº 31 cria o estado do Mato Grosso do Sul e, em decorrência, o limite estabelecido pelo paralelo 16º é extinto. Todo o estado do Mato Grosso passa a fazer parte da Amazônia Legal (SUDAM, 2013).

numa prática discursiva e encerra multiplicidades de significados para diferentes atores e distintas posições que procuram fornecer sua definição, dar o “real significado dessa região”. Além disso, o autor discute que a Amazônia, enunciado de diversos discursos, transporta e mantém “matriciais dos discursos das descobertas”, portanto, é uma arena de embates por sentidos, “uma palavra caleidoscópica”, um conceito não fechado, em que se produzem os mais diversificados discursos em seus formatos de “ambiguidades, a-historicidade e analogias espontâneas”.

Frente a essas representações, temos a emblemática questão ambiental, cujos discursos perpassam diversos meios midiáticos, sejam eles impressos ou não. Nestes, a produção de notícias ganha contornos, introduz discussões pautadas num realismo dos fatos; todavia, carrega uma carga de posições ideológicas que estão no bojo de seus objetivos de atingir seus interlocutores, principalmente os veículos da imprensa tradicional que, às vezes, camuflam e escondem a verdade.

Em contrapartida, também temos a chamada imprensa alternativa, a qual tem o fio condutor de produção de notícias diferentes da imprensa hegemônica, entretanto, não deixa de produzir discursos, de estabelecer “verdades”, de produzir efeitos de sentidos no campo jornalístico em suas relações com o campo político e social, mostrando muitas vezes o que a grande imprensa deixa de noticiar.

Por conseguinte, a imprensa alternativa é fonte relevante e recorrente para a compreensão e interpretação de conjunturas históricas, sociais, políticas e econômicas. No caso do Jornal Pessoal permite o conhecimento de acontecimentos amazônicos sejam eles políticos ou/e ambientais, ocupando um lugar nos meios de comunicação, que também se insere no campo de produção de discursos de fatos, acontecimentos, representando um meio de luta pelas causas públicas.

1.1 Meio ambiente e Amazônia no jornalismo alternativo como problemática de pesquisa

Na fase de aprimoramento, de construção do objeto, buscamos, segundo Bourdieu (1989, p. 21), “constituir objectos socialmente insignificantes em objectos científicos”; dessa forma, procuramos conceber problemáticas abstratas em intervenções científico-práticas, incutindo nesse debate a relação teoria *versus* prática científica, em que o objeto de estudo se assente em problemática investigativa.

Essa relação teoria *versus* prática confere um desafio, implica no estudo de teorias, conceitos, numa imersão em “um campo científico” que leve a uma reflexão científica,

desvinculada de um discurso acadêmico acabado em que se tenha “[...] condições de conceber novas formas de reflexão” (BOURDIEU, 1989, p. 17; 20). Esse campo é considerado “um universo intermediário”, no qual inclui “os agentes, as instituições, que produzem, reproduzem”, dissociada de uma “ciência escrava”. Assinala ainda o autor que o mundo científico exige um rigor metodológico, em que o “campo científico é um mundo social, como tal faz imposições, solicitações”, que se necessita de imersão na prática *versus* teoria, desde que o contexto de uma problemática é imbuída de pontos teóricos.

A problemática possibilita uma “interrogação sistemática” dos aspectos ligados à realidade colocados na relação pelo esquema das questões teóricas e práticas que são postas, e esta é a base quase explícita das questões expostas, pois ela dirige um olhar global do objeto de pesquisa e de seu “domínio no qual se desenvolve”, ou seja, permite ao pesquisador perante as hipóteses e fatos, verificar se são relevantes e interessam à pesquisa. (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 50). Por constituir-se em fonte concreta e direta das teorias e das hipóteses, ela insere-se na persistência dos problemas concretos gerados por elas e por suposições anteriores. Desse modo, os autores asseveram que a problemática enquanto um espaço do “erro retificado”, é o esteio “de toda interrogação científica e verdadeira idéia diretriz” por adequar um “método a um problema”, contribuir na definição de conceitos, no questionamento pelo pesquisador acerca da forma de produção de tais conceitos, à medida que a teoria vincula-se diretamente com uma inquietação.

Diante destas proposições entendemos que, a questão ambiental surge de uma problemática social, econômica ecológica, política, que segundo Leff (2001, p. 137) configura “[...] uma nova visão de mundo, propondo uma verdadeira revolução ideológica e cultural que problematiza toda uma constelação de paradigmas do conhecimento teórico e de saberes práticos”, os quais são inscritos nas “formações ideológicas do ambientalismo”, nas “práticas discursivas do desenvolvimento sustentável, inserindo os fundamentos de sustentabilidade ecológica, diversidade cultural, equidade social [...]”. E nesse contexto de saberes práticos e paradigmas do conhecimento, que uma discussão crítica se faz necessária, abrangendo meio ambiente, comunicação e Amazônia.

Nessa questão ambiental está inserido o binômio meio ambiente e Amazônia, presente no campo do jornalismo, nas práticas discursivas, em que diversos jornais da região amazônica, sejam da imprensa hegemônica ou científica, elaboram as formações discursivas e ideológicas do saber ambiental. Leff (2001, p. 138) considera isso um “efeito de poder no conhecimento”. Diferentemente, o jornalismo alternativo busca outro viés do saber ambiental,

como um campo em construção é aberto, heterogêneo, e não pronto, fechado, pelo contrário, inclui uma formação teórica e ideológica.

O periódico *Jornal Pessoal* é uma das mais longevas publicações alternativas da imprensa brasileira e do jornalismo amazônico - surgiu em 1987 - e até o momento circula entre os diversos meios de comunicação, expressando visões alternativas, diferentes, acerca dos temas amazônicos e assuntos em geral, que muitas vezes são ocultados pela mídia tradicional.

Essa característica fornece ao *Jornal Pessoal* essa classificação de alternativo, constituindo-se fiel à terminologia que para Dutra (2013) materializa “*o alterum*”, quando apresenta conteúdos cujo teor de gravidade não permite ou não podem ser divulgados em função de interesses de grupos de poder regionais, coligados com os possuidores do capital nacional e estrangeiro, que ao longo dos anos vem explorando de forma irracional as riquezas naturais da região, sem trazer benefícios à povos e comunidades tradicionais e sim cada vez mais a devastação, o esgotamento dos recursos naturais.

Desse modo, o objeto empírico deste trabalho é o *Jornal Pessoal*, formador de opiniões e inserido na questão ambiental, cujo debate se envolve na “problematização social”, na qual os atores sociais do “ambientalismo”, segundo Leff (2001) são postos e mostrados dentro do nesse processo, o que perpassa toda uma conjuntura histórica da região amazônica envolvendo ações institucionais. O *Jornal Pessoal* ao assumir a perspectiva ambiental para produzir seus conhecimentos se propõe pretende realizar a transformação de pontos de vista pela reflexão e posicionamento crítico. Desta feita indicamos como questão central: a) Qual o posicionamento do *Jornal Pessoal* no debate acerca do desmatamento no Pará e como o *Jornal* analisa a ação do Estado nessa temática?

Destacamos como hipóteses: a) O *Jornal Pessoal* posiciona-se pela cobertura jornalística especializada sobre a Amazônia, pelas análises crítico - reflexivas dos impactos socioambientais, evidenciando a problemática do desmatamento vinculado a uma política ambiental em que o Estado implementa, gerencia e provém ações benéficas em relação ao desmatamento; b) Pela longevidade do *Jornal Pessoal*, este configura-se como uma voz especializada sobre a Amazônia, e como uma fonte de informação relevante em discussões acerca do desmatamento situado num contexto socioeconômico e político, em que a ação do Estado, não se concretiza e não intervém, pelo contrário, acelera e aprofunda os índices de desmatamentos.

Sintetizando a dissertação analisará o posicionamento do *Jornal Pessoal* acerca do desmatamento no Pará e a ação do Estado nesse debate, destacado como objetivo geral e

define três objetivos específicos: 1) Verificar a questão do desmatamento do estado do Pará nas edições do *Jornal Pessoal* (1987-2012); 2) Identificar os percursos e discursos do *Jornal Pessoal* referentes a ações do Estado em relação à diminuição do índice de desmatamento; 3) Correlacionar o debate e o discurso a respeito do desmatamento pelo *Jornal Pessoal*, com duas obras do editor do *Jornal*.

Nestes termos, o recorte temporal refere-se ao universo das edições do *Jornal Pessoal*, as quais estão disponíveis em versão digital na *Home page* da Universidade da Flórida (E.U.A.). As edições englobam contemplam o período de 1987-2011. Ressaltamos que nem todas as edições do período trazem a categoria eleita como unidade de análise, entretanto, o início deste recorte se deu em função do primeiro número do JP ter sido publicado em 1987; desde quando está disposto no *site* da Universidade. As edições do ano de 2012 foram incorporadas a partir de levantamento em bibliotecas de Belém.

Em relação ao marco histórico e temporal do debate acerca do desmatamento foram eleitos eixos temáticos que convergissem para este tópico. Ressalta-se que o *Jornal Pessoal* não segue uma linha cronológica, mas envolve discussões voltadas para atualidade e fatos do “passado”, acontecimentos reiterados no momento presente.

O contexto científico e político da década de setenta precisa ser mencionado. Em 1976 iniciaram os estudos científicos sobre monitoramento via satélite por meio de órgãos como o Instituto de Pesquisa Espacial (INPE), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), sendo o Brasil um dos pioneiros e tornando-se referência em monitoramento ambiental. Além disso, segundo Dutra (2003), a pauta de problemas ambientais na imprensa brasileira tinha uma presença relativa, numa época em que reportagens e notícias, evidenciavam denúncias contra queimadas, ocupação de terras. Todavia, em meados de 1987, essa discussão se expandiu mais, com uma série de reportagens sobre a garimpagem do ouro na bacia do Tapajós, ocasionando impactos regional e nacional, tornando-se desde então, crescente inserção da temática nas pautas nacional e internacional.

A devastação da floresta amazônica tem ocorrido ao longo do processo de ocupação e desenvolvimento da fronteira amazônica, sobretudo no período do regime militar com a política de incentivos fiscais e os grandes empreendimentos minerários e agropecuários, e no regime republicano com a criação de instituições ambientais governamentais voltadas ao combate do desmatamento, além de ações e estratégias direcionadas para o desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista que o tema do desmatamento florestal não pode ser desvinculado da noção da região amazônica como fronteira de recursos naturais para o desenvolvimento

econômico brasileiro, em que a região era ainda é fornecedora de matérias primas para o mercado internacional, no qual países de economia desenvolvida são os principais interessados nos recursos naturais da região, a exemplo da China e Japão.

No ano de 1970, a Amazônia passa a ter um programa de construção de estradas e colonização dirigida, junto a esse programa se instaurou o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PIN I), complementado pelo Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA). Conforme Pinto, L. (1977, p. 184), até a década de 1970, esse modelo poderia se intitular de “substituição de importações (semelhante ao processo nacional de industrialização na década de 50 e início dos anos 60). Até esse ano a SUDAM liberara 258 milhões de cruzeiros para projetos industriais e 186 milhões para os agropecuários”.

Todavia, segundo com Pinto, L. (1977, p. 184), nos primeiros quatro anos dessa década, essa política se modificou e a “industrialização deixou de ser meta principal, o governo elegeu a pecuária como setor fundamental para a atividade econômica na região e incrementou as aplicações de dinheiro na direção das 322 fazendas que estão se instalando no Pará e Mato Grosso”. Na década de 1980 a etapa de desenvolvimento passou para a mineração, na qual a Amazônia se tornou alvo de exploração para grandes empreendimentos agropecuários e projetos voltados para os recursos minerais.

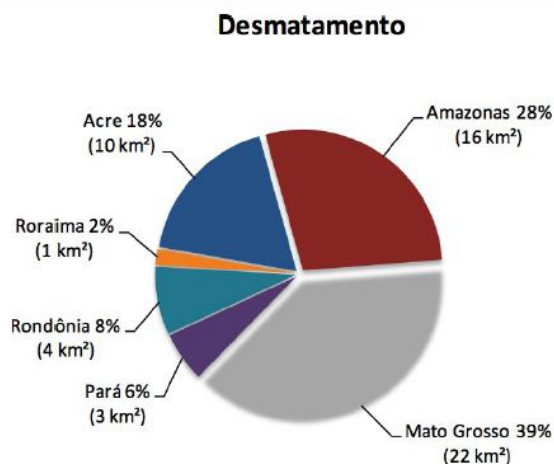
Nos anos de 1990 a 2000 as taxas de desmatamento da floresta amazônica oscilavam, às vezes para mais ou para menos, todavia, o ritmo não diminuiu, segundo Pinto, L. (2012i, p. 265) essa prática da devastação, ainda é recorrente na Amazônia do século XXI, onde ocorre “a derrubada da densa floresta nativa tropical”, acarretando perdas irreparáveis ao meio ambiente e à sociedade, cujos impactos do desmatamento se destacam a redução da ciclagem da água, perda da biodiversidade e o aumento do aquecimento global.

Nesses termos o autor constata que “os primeiros anos do século XXI têm sido tão desastrosos para a floresta amazônica quanto às três últimas décadas do século anterior” (PINTO, L., 2004b, p. 1), cuja dilapidação da natureza continua num ritmo variado, mais ágil. Ainda, segundo Pinto (2012i, p. 276) a destruição acelera como foi no ano de 2010, “o desmatamento na Amazônia foi 35% maior do que em março de 2009. A média da primeira do século XXI foi apenas 10% menor do que na última década do século XX”, o que representa pouco avanço para a diminuição dos índices de desmatamento.

Nesse cenário de destruição, o Pará é uma das unidades da Federação com maiores índices de desmatamento, além de que, nas abordagens do Jornal Pessoal, esse Estado é destacado entre os demais. Em 2012 o Pará obteve o percentual de 50%, equivalente a 116 quilômetros quadrados. No ano de 2013, segundo dados do Instituto do Homem e do Meio

Ambiente (IMAZON), esse percentual diminuiu em termos relativos, mas não em termos absolutos, pois o Pará acumula 102 Km². A seguir gráfico demonstrando nos Estados da Amazônia Legal o percentual do desmatamento.

Gráfico 1 - Desmatamento nos Estados da Amazônia Legal em dezembro de 2013.



Fonte: Martins, et al. (2013) baseado em dados do IMAZON/SAD (2013).

Esses desmatamentos têm diversas causas, desde o processo de ocupação e de expansão de atividades agropecuárias, mineração, madeira até o avanço de agricultura itinerante além de diversos fatores como a especulação e preço de terra, o aumento no fluxo migratório, construção de estradas, crescimento das cidades com a implantação de grandes empreendimentos para explorações de minérios, além dos motivos institucionais e estruturais responsáveis pelo aumento da fronteira agropecuária na Amazônia Legal.

O Jornal Pessoal constitui um baluarte da imprensa alternativa, quase a única na Amazônia, que discute esse processo de desmatamento no Pará. Como mencionado é considerada uma das publicações mais longevas do jornalismo alternativo paraense e brasileiro no enfoque acerca de questões amazônicas. Tem como editor, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio de Farias Pinto, natural de Santarém (PA), que há 48 anos exerce o jornalismo, escrevendo matérias sobre diversos temas amazônicos, em áreas como política, economia, sociologia e ambiental.

Ademais, a pesquisa justifica-se como contribuição teórica no sentido de refletir cientificamente o Jornal Pessoal como fonte de informação especializada e indispensável na questão ambiental, sobretudo no que diz respeito ao desmatamento que ocorre na Amazônia Legal e as ações que o Estado deveria nortear, como políticas públicas e reger uma política ambiental que amenizasse os impactos socioambientais da exploração dos recursos naturais.

Adiante, explicitaremos os procedimentos metodológicos utilizados para coleta, análise e interpretações dos dados da pesquisa.

1.2 Procedimentos teórico-metodológicos

A metodologia enquanto um caminho que se inicia desde a concepção do objeto de estudo, no seu percurso, conforme Bruyne; Herman; Shoutheete (1991) investiga, interroga as possibilidades e limites do processo científico, estendendo-se até às análises dos resultados, conclusões e perspectivas futuras de continuidade da pesquisa, observando a cientificidade que o objeto envolve, suscitando diferentes meios de investigações.

Em vista dos objetivos propostos, utilizamos procedimentos metodológicos divididos em etapas com a finalidade de sistematizar a coleta e análise de dados e principalmente melhor estruturar a dissertação. Para a coleta de dados, assim como para a investigação da pesquisa, foi feito o levantamento da bibliografia (fontes primárias e secundárias), leituras e realizamos a aplicação de entrevista.

Pela constituição do objeto da pesquisa, esta se caracteriza numa abordagem qualitativa, valendo-se da pesquisa documental, utilizando-se o método da análise de discurso. A abordagem qualitativa sob o ponto de vista de Farias Filho; Arruda Filho (2013, p. 64) relaciona-se com a “interpretação dos fenômenos e atribuição de significados nos processos da pesquisa qualitativa”, precedendo assim uma relação entre a objetividade e a subjetividade do objeto de quem o observa.

Enquanto técnica de pesquisa, a análise do discurso, objetiva, segundo Orlandi (2009, p. 66-67), “compreender como um objeto simbólico produz sentidos. A transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão [...] retomando conceitos e noções, pois análise do discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise”. Dessa forma, a análise do discurso considera que o analista se debruce na superfície linguística (material - linguagem bruta) para que essa superfície se materialize e se torne objeto discursivo por meio de marcas deixadas no fio do discurso.

A pesquisa documental caracteriza-se pelo exame realizado em documentos que não passaram por nenhum tratamento científico, tais como: relatório, artigos de jornais e cartas. Esses documentos devem atestar caráter de cientificidade autêntica. Ao realizar o procedimento de análise destes, Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009, p. 10) sugerem, “produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos, o

investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, [...] e na medida do possível fazer a inferência”. É condição necessária que os fatos sejam mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, tal processo ocorre por todo um trabalho analítico.

a) Coleta de dados, universo e amostra.

De acordo com a natureza da pesquisa, utilizamos para coleta de dados além de edições do *Jornal Pessoal*, uma entrevista semiestruturada realizada com o editor do periódico, Lúcio Flávio Pinto; a entrevista obedeceu a um roteiro formulado antecipadamente pelo pesquisador, conforme objetivos da pesquisa.

Em relação a esse instrumento - entrevista, devemos refletir acerca das relações sociais construídas, do significado, da relação de confiança estabelecida entre o entrevistador e entrevistado. Aludindo-se aos preceitos de Bourdieu (1989, p. 23), o pesquisador deve prover-se de teorias para dirigir esse “olhar” no objeto, valendo-se do *habitus* científico, “[...] um *modus operandi* científico [...], espécie de sentido do jogo científico que faz com se faça o que é preciso fazer no momento próprio [...]”, seguindo concepções de práticas em curso considerando o espírito dessa prática, se desvencilhando de princípios e regras que enrijecem tal prática, tornando-a presa a modelos estáticos de técnicas e métodos.

O universo das edições do *Jornal Pessoal* corresponde a 551 números. Estabelecemos um recorte espacial, como descrito anteriormente, particularmente no Pará, localizado na Amazônia Legal, centrada a atenção nas reportagens sobre o desmatamento divulgados entre 1987 a 2012.

b) Critérios de seleção, constituição do *corpus* de análise.

Para retirarmos uma amostra das edições do *Jornal*, visto que são 26 anos de publicação, correspondendo a 551 edições (contabilizada até dezembro de 2013), obedecemos alguns critérios de seleção. O primeiro critério adotado foi o critério jornalístico – consistindo na seleção do tema (meio ambiente, desmatamento) destacado na capa das edições do periódico pela sua gravidade e grandiosidade, ou, nas seções do mesmo. Mas de acordo com o recorte temporal (1987-2012), a seleção se tornaria exaustiva em função de que teríamos que ler na íntegra esse universo, demandando um longo tempo.

Por conseguinte, elegemos outro critério para selecionar e reduzir a amostra: selecionamos as edições por **grupos de textos**, obedecendo ao contexto histórico de grandes **eventos alusivos ao meio ambiente**, além da questão específica do Novo Código Florestal e

dois eventos específicos que ocorreram em Belém: um do *Greenpeace*, no ano de 2000, com a **Expedição Amazônia Viva**, cuja finalidade era denunciar a prática do desmatamento na região e a **Operação Arco de Fogo em Tailândia, Pa, em 2008**.

Outro critério utilizado refere-se às edições dedicadas a um fato emblemático na questão ambiental no Pará, o desmatamento praticado pela Empresa Volkswagen em 1976, no município de Santana do Araguaia, PA, acontecimento que teve na época repercussão nacional e internacional pelos dados do relatório do INPE. Desse modo, foram definidos sete momentos (eventos ambientais) para selecionar as edições que fariam parte do *corpus* descrito abaixo:

Quadro 1 - Descrição dos eventos ambientais.

Ordem	Eventos
1)	Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como ECO-92, Rio 92;
2)	Expedição Amazônia Viva do <i>Greenpeace</i> (2000);
3)	Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada Rio+10, sucedida em 2002;
4)	Operação Arco de Fogo de 2008, em Tailândia (Pará);
5)	Conferência de Copenhague, em 2009 (Copenhague, Dinamarca);
6)	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, ocorrida em junho de 2012;
7)	Novo Código Florestal Brasileiro (Lei n. 12651, de 25 de maio de 2012).

Fonte: Elaboração própria (2013).

Assim, para constituição do *corpus* de análise, dividimos em cinco grupos temáticos as edições selecionadas, considerando os eventos citados acima. No entanto, ao fazermos o levantamento, não encontramos alusões a três eventos: a Expedição Amazônia Viva do *Greenpeace*, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20 (2012), e a Operação Arco de Fogo, de 2008, em Tailândia (Pará). Desse modo, inicialmente, a composição do *corpus* da pesquisa compreendeu 15 textos selecionados, conforme critérios de levantamento mencionados acima, procedendo, em seguida, leitura na íntegra dos mesmos. Nestes termos, os textos foram distribuídos nos grupos abaixo:

Quadro 2 - *Corpus* inicialmente eleito para análise.

Ordem	Descrição do título
1º Grupo	Reportagens alusivas ao desmatamento praticado pela Empresa Volkswagen em 1976.
2º Grupo	Reportagens referentes a investimentos e incentivos fiscais na Amazônia no período de 1991 a 1995.
3º Grupo	Debate sobre o Novo Código Florestal Brasileiro (Lei n. 12651/ 2012).
4º Grupo	Alusão a queimadas e exploração da madeira na Amazônia
5º Grupo	Desmatamento no Pará.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Por questões metodológicas e adequação de um novo critério de seleção, os cinco grupos de textos foram reorganizados e reagrupados em três eixos temáticos. Na reorganização, alguns textos foram retirados e outros inseridos de acordo os eixos propostos.

Quadro 3 - Eixos temáticos do *corpus* de análise.

Descrição dos eixos
Primeiro eixo temático: Desmatamento praticado pela Volkswagen em 1976 em Santana do Araguaia, Pa.
Segundo eixo temático: Episódios de desmatamento no Pará na Conjuntura dos Grandes Projetos na Amazônia (1964-1985).
Terceiro eixo temático: Ações do Estado e de instituições ambientais governamentais nas instâncias estadual e federal.

Fonte: Elaboração própria (2013).

A escolha do primeiro **eixo temático** foi fundamental, porque as reportagens são as primeiras contribuições do Jornal Pessoal para os problemas ambientais na Amazônia, além de que o fato ocorrido teve grande impacto mundial, por isso, justifica-se a escolha das reportagens e do eixo. Os textos compreendem cinco reportagens, sendo que a ênfase da análise se realizou no **número 493, de 2011**, apresentado com o título **O fogo visto do céu:** advertência esquecida e o **número 287, de 2002**, com o título **A natureza da aranha**. Além dos textos em si, as imagens inseridas, assim como a entrevista realizada com o jornalista foram analisadas.

O segundo **eixo temático** engloba textos relacionados aos grandes projetos implantados no período de 1964-1985, na Amazônia Legal. Destacamos os textos alusivos: ao Projeto Jari, de Daniel Keith Ludwig, composto por cinco reportagens; ao projeto da Construção de Hidrelétrica de Tucuruí, constituído por cinco matérias; e ao Projeto Ferro de Carajás, formado por dez reportagens.

Nesse eixo temático, correlacionamos duas obras do jornalista Lúcio Flávio Pinto com as edições do Jornal Pessoal, conforme o terceiro objetivo traçado na dissertação. As obras eleitas foram **Jari toda a verdade sobre o Projeto de Luiwig**: as relações entre estado nacional e a multinacional na Amazônia, publicada em 1986 pela editora Marco Zero, e **Tucuruí a barragem da ditadura**, editada pelo Jornal Pessoal em 2011.

Por sua vez, o **terceiro eixo** foi incluído no *corpus*, pois não estava na proposta inicial da dissertação. Sua escolha deu-se em virtude de o mesmo ser fundamental para atender os objetivos e a abordagem da pesquisa. Esse eixo temático compõe-se de oito reportagens eleitas para os procedimentos de análise.

Nestes termos, o recorte é fruto de um árduo levantamento das edições publicadas do *Jornal Pessoal*, editado desde 1987 na capital paraense. Ressaltamos que o levantamento inicial foi expandido incorporando outros textos, descartando outros escolhidos inicialmente, assim como, incluímos também no *corpus* as imagens dispostas nos textos eleitos, visto que as imagens também são consideradas discursos, como pontua Pinto, M. (2002, p. 32): “A análise de discurso defende a idéia de qualquer imagem, mesmo isolada de qualquer outro sistema semiótico, deve sempre ser considerada um discurso”. A exceção, ainda segundo Pinto, M. (2002), são as iconografias - imagens que possuem significados socialmente cristalizados, por exemplo, a figura da justiça, a cruz, entre outros.

Observamos que a triagem das edições foi realizada na *Home Page* da Universidade da Flórida, que disponibiliza em versão digital grande parte da coleção do JP. As edições não localizadas nessa fonte foram encontradas por meio de levantamento realizado no acervo das Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA), nas quais, localizamos a coleção quase completa na Biblioteca do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) e algumas edições na Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna.

Em relação à seleção de textos de um mesmo dispositivo emissor decorre do fato de não se tratar um estudo comparativo. O *Jornal Pessoal* possui, de certo modo a exclusividade das notícias, constituindo um dispositivo emissor que produz debates diferenciados acerca dos mesmos assuntos enunciados pela imprensa tradicional.

Ao selecionarmos o *corpus*, realizamos uma leitura superficial, caracterizando um movimento de análise em que a superfície linguística - o material coletado - possibilitou a construção de “um objeto discursivo”, em que analisamos o como e o porque é dito nesse discurso, os sentidos que produz. A seguir, descrevemos alguns itens que compõem os procedimentos metodológicos da pesquisa:

b) Descrição do método de análise e a construção do roteiro de análise.

A escolha pela análise do discurso como instrumento metodológico deu-se em virtude de a mesma ser bastante utilizada nos estudos de linguística e comunicação, à medida que visa verificar construções ideológicas, formações discursivas de textos principalmente no campo jornalístico. Os conceitos teóricos da AD tais como sujeito, sentido, legitimidade da fala, estratégia discursiva de interpelação, entre outros, colaboraram para a localização nos textos as pistas ou marcas “deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos”, assim como as condições de produções desses discursos. Esta atividade tornou-se desafiante e intrigante,

haja vista que a técnica empregada prescinde maturação teórica, o que pode aí ter falhas, não pelo esforço e responsabilidade, mas pelas limitações e pelo devir do tempo.

Ao entrarmos nesse seara, percebemos que ao longo das leituras sobre as noções conceitos, categorias que a análise do discurso trabalha, encontramos um “caldeirão” de conceitos, o que, conseqüentemente, força o analista a se apropriar e selecionar determinadas categorias e o viés das diversas linhas desse método. Como forma de guiar nosso estudo nessa etapa do trabalho, elaboramos de acordo com os objetivos da pesquisa, as hipóteses e conceitos teóricos um roteiro de análise descrito abaixo:

O roteiro de análise para a interpretação do *corpus* foi definido a partir de quatro variáveis (elementos discursivos) a saber: sujeito da enunciação, legitimidade da fala; estratégia de interpelação, estratégia de inclusão do leitor.

Elegemos algumas variáveis da teoria da análise do discurso, cuja categoria discurso (unidade maior de análise) é formada por conceitos como: enunciado, função autor, enunciação, sentido, sujeito, sentido, enunciados, entre outros. Dentre os conceitos: sujeito, enunciação, definimos as variáveis: sujeito da enunciação ou enunciador, observadas por Pinto, M. (2002, p. 34) como a imagem que o emissor faz de si mesmo, tão quão faz a imagem do mundo ou “universo de discurso em jogo”.

No que diz respeito à legitimidade da fala, destacamos esse elemento porque em análise de discurso, segundo Charaudeau; Maingueneau (2008, p. 295), o conhecimento de “legitimação” pode ser usado para constituir que: “o sujeito falante entra num processo de discurso que deve conduzir a que reconheça que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz”. No caso do Jornal Pessoal ocupa este, lugar no jornalismo, exerce esse direito à medida que tem credibilidade, tem autoridade do fato e do saber, e uma posição reconhecida de especialista dos problemas amazônicos.

Em relação à escolha das estratégias de interpelação e estratégia de inclusão do leitor justificam-se porque, esses elementos se destacam pela abundância com que aparecem no discurso do *corpus*. As estratégias de interpelação caracterizam-se, conforme Loose (2012, p. 18), por produzir efeitos de sentido de provocação, de chamamento do outro, no qual são perceptíveis as interrogações ou “evocações (uso do imperativo)”, que são colocadas no transcorrer dos discursos. Já as estratégias de inclusão do leitor, por sua vez, causam efeitos de sentido de consentimento “com aquilo que está sendo dito, como se ele pertencesse à mesma formação ideológica do discurso”, e surgem quando os verbos são conjugados na primeira pessoa do plural ou quando se tem expressões como “todos nós”, “os brasileiros”, “a gente”, “os paraenses”.

Os motivos pelos quais escolhemos tais variáveis representam um esforço de montar um roteiro de análise como apoio para localizar as marcas linguísticas no *corpus*, e assim tentarmos mostrar os elementos discursivos utilizados pelo enunciador para estabelecer relação com seus enunciatários (aquele para quem interessa a fala) nas formações discursivas. Por conseguinte, descrevemos como procedemos nas análises do *corpus* eleito para a pesquisa.

c) Análise e interpretação do *corpus*.

Para a interpretação do *corpus*, a abordagem da análise escolhida não foi exaustiva; adotamos como procedimento metodológico, a análise do discurso da escola francesa⁴, baseada em aportes teóricos de Orlandi (2009), Foucault (2008), Gregolin (2003), Pinto, M. (2002); além das discussões na revisão de literatura Pressler (2012), Cunha (2010), Moraes (2010), Giacomoni, Vargas (2010), Malheiro (2009), Dutra (2003). Seleccionamos alguns conceitos da análise do discurso, entretanto, no exame do *corpus*, estabelecemos diálogos com outros conceitos utilizados nos capítulos que compõem a dissertação, assim como pontos de vista que auxiliam na investigação do objeto de estudo.

A análise do discurso, mais do que um instrumento metodológico, caracteriza-se, segundo diversos estudiosos por ser uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar que busca compreender as estratégias discursivas em qualquer campo social (CUNHA, 2010). Desse modo, ela rompe com os pressupostos da linguística clássica, que só envolvia os signos, desconsiderando as condições de produção dos enunciados.

Em relação aos procedimentos de análise dos dados e informações coletadas, destacamos as etapas descritas a seguir: Na primeira etapa, buscamos compreender o contexto – as condições de produção históricas dos discursos e imagens veiculadas nas edições selecionadas, numa tentativa de enfatizar que as imagens também reforçam um discurso.

Na segunda etapa, para entendermos as condições de produção, nos debruçamos sobre as formações discursivas e a maneira em que o objeto do discurso (desmatamento) tornou-se elemento de enunciação, o que nos direcionou a tentar entender as condições históricas para o aparecimento deste objeto do discurso.

⁴A análise do discurso possui duas correntes: a francesa e a anglo - saxã. A francesa se interessa pelo discurso construído e a explicação das formas contadas. Fundamenta-se nos princípios da Linguística, Sociologia e da psicanálise freudiana. Enquanto a anglo - saxã tem a oralidade como seu objeto de estudo, baseando-se nos princípios da Psicologia e da Sociologia, tendo sua origem na Antropologia (SANTOS, 2010).

Ainda nessa etapa, intencionamos entender o discurso como materialidade produtiva como uma superfície linguística, em que não oculta um conteúdo a ser desvelado, porém, uma prática que não encobre uma verdade, no entanto, em definidas condições determina verdades (ORLANDI, 2009). Tentamos visualizar a história pela genealogia, cujo princípio, conforme Revel (2011); Veyne (2011) é não valorizar os acontecimentos em detrimento de uma causalidade histórica, mas sim pela singularidade dos acontecimentos.

Na terceira etapa nos propomos a verificar os elementos discursivos utilizados pelo enunciador, destacando evidências empíricas, descrevendo-as e comentando-as. Desse modo, as etapas da análise possibilitam estruturá-la da seguinte forma:

a) Iniciamos pela discussão dos eixos temáticos, observando os textos em si, os títulos e as ilustrações incorporadas neles, verificando o contexto histórico-político, com a finalidade de atender o primeiro objetivo do trabalho; os eixos foram divididos em tópicos, na tentativa de melhor sistematizar a discussão.

b) Verificamos não o que o texto diz ou mostra, mas sim como e por que o diz e mostra, no caso o enunciado do desmatamento seguindo o roteiro de análise; esse procedimento foi baseado no que Pinto, M. (2002, p. 27); Orlandi (2009) explicam. Para eles, na AD, o que interessa é “explicar os modos de dizer exibidos pelos textos e esclarece, ainda, que esses chamados modos de dizer podem ser explicitados em modos de mostrar, de interagir e de seduzir”.

c) Observamos se o debate do desmatamento perpassa outras obras do discurso do jornalista, no esforço de estabelecer uma correlação do Jornal Pessoal às duas obras do editor. Descritos os percursos, seguidos pela análise que realizamos, apresentemos a estrutura geral do trabalho com seus respectivos capítulos.

Nestes termos, a dissertação está composta em cinco capítulos. O primeiro constitui a introdução, com a contextualização do objeto de estudo, com a exposição das hipóteses, objetivo geral e objetivos específicos, relevância da pesquisa e justificativa, assim como o traçado dos procedimentos teórico-metodológicos.

No segundo, fizemos uma abordagem acerca do jornalismo alternativo na Amazônia, mostrando um pouco da história desse gênero, com destaque para a região Norte, apresentando alguns jornais alternativos dessa região, além de fazermos um recorte para a imprensa alternativa no Pará, na qual se destacaram diversos jornais, a exemplo do Bandeira 3 e do Resistência. Ademais, nesse ponto do trabalho fazemos referência ao jornal como fonte de informação e discussões sobre meio ambiente e discurso jornalístico e ambiental.

No terceiro capítulo, apresentamos a história do Jornal Pessoal, assim como a biografia do jornalista Lúcio Flávio Pinto, sua trajetória profissional e pessoal na grande imprensa, em universidades, destacando-o como um intelectual público que dá voz aos temas amazônicos e busca envolver a opinião pública nesses temas. Nesse item, fazemos observações sobre a condição de intelectual militante do editor a partir de reflexões de Bourdieu (1979; 2004) e Gramsci (1982).

No quarto capítulo, discorremos acerca da complexidade ambiental na Amazônia, cujo debate centra nos pontos de vista de Leff (2001; 2003), Morin (1998), Acserald (2004), entre outros. Neste capítulo, tentamos situar a região amazônica no contexto das discussões e embates ambientais em que a Região está inserida, numa conjuntura econômica e política cada vez mais centrada na exploração dos recursos naturais.

No quinto capítulo, nos debruçamos nas discussões do Jornal Pessoal sobre as questões ambientais, realizando um recorte para o desmatamento no Pará. Neste capítulo, realizamos a descrição e análise do *corpus*, em que tentamos perceber qual o posicionamento do Jornal Pessoal em relação ao desmatamento e as ações do Estado nessa prática; além de verificar os sentidos desse enunciado para o debate público, quais foram as estratégias discursivas, os elementos linguísticos utilizados pelo editor. Por fim, encerramos com as observações acerca das respostas fornecidas à problemática da pesquisa.

Por conseguinte, o último capítulo perfaz a conclusão, na qual são realizadas considerações sobre o objeto de estudo, sua relevância, suas dificuldades; elencamos proposições em relação às diversas perspectivas de investigações suscitadas no decorrer da dissertação. Destarte, o Jornal Pessoal traz reflexões profundas no debate de questões ambientais na Amazônia, e sua contribuição é fundamental para a formação de um pensamento crítico sobre o modelo espoliativo de exploração de recursos naturais que assola nosso extenso patrimônio material e imaterial.

2 JORNALISMO ALTERNATIVO NA AMAZÔNIA E OS DEBATES SOBRE MEIO AMBIENTE

Nas últimas três décadas, o denominado jornalismo ambiental e alternativo ganhou destaque, o que se explica pela diversidade de situações que lhe concernem e a invisibilidade ou tratamento superficial que lhe atribui o jornalismo oficial. A construção de nosso objeto de estudo é resultante de reflexões teóricas e observações sistemáticas acerca do campo do jornalismo e a abordagem de questões ambientais por profissionais da comunicação. A discussão nesta dissertação é conduzida e apoiada em pesquisas precedentes sobre imprensa alternativa, meio ambiente, desmatamento, discurso jornalístico e ambiental e, ainda o jornal como fonte de informação.

A Amazônia ainda se destaca pela sua biodiversidade e, contraditoriamente, pelas práticas predatórias que reduzem de forma irrecuperável o patrimônio natural. A imprensa escrita aborda, mesmo que de forma geral, os conflitos de interesse que envolvem a questão ambiental amazônica. Esses interesses estão voltados para o grande capital, deixando à margem os atores sociais que têm revelado capacidade de realizar a proteção das florestas e dos recursos aquáticos. A depredação dos recursos naturais é cada vez mais intensa e este é um fato é incontestável.

Os debates em torno do meio ambiente são complexos. Diversas visões e opiniões repetitivas pelo senso comum e *senso douto* entram em pauta e acabam gerando disputas e divergências entre os discursos voltados para defesa de uma economia verde pautada no binômio: natureza e homem; os discursos pautados apenas na exploração predatória da natureza, em que os recursos naturais estão para servir o homem, e não o contrário.

Desde a ECO de 1992, o Brasil busca se inserir no contexto global da temática ambiental e Amazônica, pela importância que possui no equilíbrio ambiental e pelos seus recursos naturais, questões que se impõem na agenda da grande imprensa brasileira, embora as abordagens apresentem enfoques gerais, imprecisos, muitas vezes ambíguos e contraditórios sem interesse no aprofundamento das questões polêmicas. E em que pese à relação formalizada entre a grande imprensa e o meio ambiente, outros veículos têm dedicado atenção à problemática ambiental.

Também, relativo à grande imprensa regional e local, raramente observa-se o aprofundamento sobre os conflitos ambientais e as práticas predatórias, descumprindo, com isso, seu compromisso social com a veiculação das notícias, tornando-as apenas um “negócio”. As notícias são vendidas como mercadorias que estão ofertadas ao melhor preço,

como aponta Traquina (2005). Nesse plano, é do interesse do autor da notícia, mas não necessariamente o será para os cidadãos, descaracterizando a responsabilidade social que a imprensa possui na busca pela informação voraz e não pela pesquisa em profundidade sobre os fatos.

O meio ambiente continua sendo apresentado sob uma visão exótica pelos formadores de opinião e os veículos impressos constituem um obstáculo para a apreensão consistente das problemáticas socioambientais. A ruptura com este obstáculo depende de abordagens pautadas em análises com rigor e independência, principalmente em relação à grande imprensa, responsável pela mega produção de fatos, agendas, opiniões e por isto uma visão de mundo. Essa produção de informações sobre o ambiente tem crescido à medida que jornais, revistas, redes de jornalismo ambiental na internet surgem com o objetivo de discutir e ampliar cada vez mais o espaço para as temáticas articuladas com posições críticas.

Diversas publicações especializadas em questões ambientais situam-se no campo da imprensa escrita, na mídia, ou no meio *on line*. Essas publicações têm se dedicado aos variados assuntos da temática ambiental mundial, brasileira, e especificamente sobre a Amazônia. Citam-se como focos frequentes: práticas predatórias, desmatamento, uso e contaminação da água, assoreamento dos rios, poluição industrial. Mas pode-se afirmar que se trata de uma infinidade de matérias que buscam captar superficial e fragmentadamente os problemas ambientais que assolam a complexa região amazônica.

Esta produção corresponde a diversos gêneros: estudos acadêmicos, projetos de pesquisa, relatórios, dossiês, somados às publicações da grande imprensa alternativa que possuem meios diferenciados de divulgação; alguns tratam as notícias com mais acuidade, desenvoltura, fornecendo dados mais apurados com investigação aprofundada dos fatos.

Os estudos que privilegiam a chamada grande imprensa são numerosos, enquanto poucos trabalhos, conforme Veloso (2008), têm se voltado para a imprensa alternativa, em um sentido contra – hegemônico, principalmente na Região Norte. Certamente, isto indica uma lacuna nesta linha de estudos sobre o jornalismo alternativo na Amazônia. Esse reduzido número é restrito em termos de pesquisas acadêmicas.

Na Amazônia, a imprensa alternativa tem nas ideias e na produção do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto um espaço amplo de debates críticos e consequentes. Conforme o levantamento bibliográfico feito para esta dissertação, existem teses, dissertações, livros, artigos, entrevista, ensaios referentes às obras deste jornalista que têm sido veiculadas em meios impressos, *on line*, na imprensa nacional e internacional.

De acordo com Veloso (2008), na Amazônia duas produções contemplaram a categoria de imprensa alternativa e comunicação na Amazônia. O primeiro, com o título: *Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia Ocidental*, de autoria de Pedro Costa Sobrinho, realizado no âmbito do mestrado da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 2000. O segundo é a dissertação: *Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia*, de Célia R. T. Amorim, defendida no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade de São Paulo, de 2002.

Na década de 1990, a visão da realidade amazônica pelo editor do Jornal Pessoal foi investigada a partir do estudo de quatro jornais brasileiros. Primeiro: a dissertação: *Jornalismo científico e a Amazônia*, produzida por Fabíola de Oliveira, realizada também na ECA/USP, cujo objetivo era apresentar a utilização do solo e os processos de ocupação discutidos na imprensa no Brasil, na segunda metade da década de 1980, a partir de denúncias das organizações internacionais sobre o desmatamento na Amazônia. O estudo, segundo Veloso (2008), enfoca a ação da imprensa no bojo de tais denúncias, enfatizando na cobertura jornalísticas as principais fontes utilizadas.

Outra produção acadêmica na área de mestrado apresentada na ECA/USP, no ano de 2003, investigou a cobertura da imprensa nortista na temática ambiental, sob o título: *Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais: O Liberal, do Pará, e a Crítica, do Amazonas*, elaborada por Maria Schirley Luft, que selecionou cinco edições do Jornal Pessoal com o objetivo de situar a relação dos grupos locais políticos com a história da imprensa paraense.

A dissertação de Maria Luft transformou-se em livro publicado, em 2005. A autora continuou sua temática dentro do jornalismo ambiental na Amazônia com sua tese, cujo objetivo foi examinar a cobertura dos desmatamentos na Amazônia no jornal O Liberal do Pará. Essa análise deu-se nas fontes de informação para produção das notícias em relação ao desmatamento. Nelas, predominavam as fontes de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), acompanhadas de fontes de cunho científico, econômico e social.

De acordo com as pesquisas realizadas no acervo da Universidade Federal do Pará, existe somente uma dissertação de mestrado, defendida em 1993, no Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Letras, intitulada: *“Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte: a vitória do papel*, de autoria de Graça Leal, que investiga as ideias do jornalista acerca da hidrelétrica de Tucuruí, publicados no jornal O Liberal, em 1984, tendo, conforme Leal,

(1993) como aporte teórico básico a teoria enunciativa de Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot por meio da argumentação e da polifonia do discurso de Lúcio Flávio Pinto, que focaliza a estratégia concessiva, inseparável da polêmica.

Acerca do *Jornal Pessoal*, de acordo com levantamento até o presente momento, encontraram-se cinco trabalhos acadêmicos: duas teses, duas dissertações e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em nível de graduação e vários artigos acerca do periódico e sua trajetória na imprensa brasileira e paraense.

A partir de pesquisas bibliográficas organiza-se que o primeiro estudo sobre o *Jornal Pessoal* refere-se à dissertação de Mestrado, anteriormente citada, de Célia Regina Chagas Amorim, denominada: *Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia*. A pesquisa teve como o objetivo analisar a semiótica e a linguagem do *Jornal Pessoal* por meio de suas manchetes de capa e charges, cujos elementos foram analisados em relação aos materiais da cultura amazônica. Amorim (2008) mapeou 20 edições do *Jornal Pessoal* com a finalidade de entender as estratégias usadas pelo jornalista como mecanismo de críticas e denúncias sobre questões da Amazônia.

De mesma autoria, em 2008, foi defendida no Programa de Doutorado em Comunicação e Semiótica na PUC/SP a tese: *Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia*, cujo objetivo era “refletir sobre a importância da mídia alternativa no processo de construção de um jornalismo direcionado efetivamente para a sociedade” (AMORIM, 2008, p. 17). A autora selecionou 40 edições do *Jornal Pessoal* para constituir seu *corpus* de análise, com o propósito de traçar um perfil metalinguístico do periódico.

Em 2008, também na USP foi defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, a tese intitulada: *Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)*, de autoria Maria do Socorro Furtado Veloso, cujo objetivo foi reconstituir 20 anos do *Jornal Pessoal*, debatendo a existência e longevidade do periódico que sobrevive, apesar de inúmeros processos na Justiça, e tem formato artesanal e não admite anúncios. O estudo argumenta que por meio do *Jornal*, seu editor assume o papel *de intelectual público*, uma voz especializada sobre questões amazônicas.

A autora utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, análise de conteúdo e entrevistas. Debruçou sobre 401 edições do *Jornal Pessoal*. A tese constitui-se um trabalho científico interessante e consistente sobre a história desse veículo de comunicação que tanto contribui para reflexões críticas da temática amazônica.

Em 2009, no Curso de Comunicação Social da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), foi defendido o trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: *Jornal Pessoal:*

uma contribuição ao processo de democratização da informação na Amazônia, cujo objetivo era discutir sobre a postura do Jornal Pessoal enquanto um veículo que possibilita o acesso de informações com reflexões sérias e críticas da realidade.

De nossa parte, a pesquisa realizada diferencia-se em relação a esses trabalhos citados por refletir o Jornal Pessoal como fonte de informação especializada e indispensável na questão ambiental, sobretudo, no que diz respeito aos processos de desmatamento e os discursos interpretativos. A abordagem jornalística desse veículo mantém profunda sintonia com o processo histórico, econômico, social e ecológico na Amazônia.

O estudo sobre um jornal possibilita entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de “manipulação de interesse” e de intervenção na vida social, descartando-se a perspectiva que o examina como mero “veículo de informação”, imparcial e neutro na transmissão de fatos, isolado das circunstâncias político-sociais nas quais está inserido. Além de evidenciar-se que a imprensa hegemônica não ocupa sozinha esse cenário, pelo contrário, ao seu lado estão as experiências alternativas que têm compromisso com um jornalismo cidadão, social e responsável pela veracidade dos fatos.

Nestas observações, estabelece-se coincidência com o argumento de que a imprensa alternativa teve relevante papel na difusão e democratização de informações. De acordo com Pereira (1986), ela não ficou à margem da grande imprensa, pelo contrário, constitui-se num contexto histórico, político-social, embora não muito propício, mas que, necessitava da essencialidade de uma cobertura jornalística à altura dos fatos, que via de regra não eram veiculados nos grandes meios de comunicação, abrindo o caminho para o então surgimento de um segmento que podemos definir como contra-hegemônico.

2.1 Imprensa alternativa no Brasil

No contexto em que a ciência reexamina sua função na sociedade, novas temáticas são analisadas, desde a “economia verde” até a inclusão digital, o acesso às novas tecnologias e as questões sobre a manutenção de práticas culturais de grupos étnicos na conjuntura global e em contextos macrorregionais, a exemplo da socioeconômica dos países pan-amazônicos.

Este tempo corresponde a um grande fluxo de informações em desenvolvimento, à chamada “implosão de informações”. Crescem e se diversificam, a cada dia, as publicações impressas e eletrônicas - tanto de cunho científico, quanto de cunho geral - dentro da imprensa hegemônica e nos veículos denominados “comuns” e “alternativos”. O que exige

cada vez mais que se tenha uma compreensão mais profunda dos acontecimentos e dos fatos que ocorrem no âmbito das sociedades.

Tal quantidade de publicações e informações impulsiona a ânsia de como administrar e eleger fontes confiáveis, que possuem rigor e credibilidades nas notícias e, sobretudo, que possuam o senso crítico da realidade estudada e incentive uma reflexão mais sólida do acontecimento posto em evidência.

No campo jornalístico, a notícia - “produto altamente perecível”- orienta a competitividade pelos clientes, cria o mecanismo pela concorrência da prioridade, ou seja, “pelas notícias mais novas”, (o furo), e isso tanto mais, evidentemente, quanto se está mais próximo do polo comercial. Bourdieu (1997, p. 10) alerta “[...] de fato, muitos desses furos são procurados e apreciados como trunfos na conquista da clientela [...]”. Essas notícias, muitas vezes, passam despercebidas pelos leitores e são observadas somente pelos próprios jornalistas - os únicos a ver o jornal como todo.

Nessa lógica da concorrência, não surge a originalidade e a diversidade, o que tem como tendência é estimular a uniformidade da oferta da notícia, verificada com a comparação dos conteúdos dos semanários, jornais veiculados cotidianamente (BOURDIEU, 1997, p. 108). Desta forma, “[...] os mecanismos de que o campo jornalístico tornam-se o lugar e os efeitos que exercem sobre outros campos são determinados em sua intensidade e sua orientação pela estrutura que o caracteriza”, no qual esse campo jornalístico está envolto de um dinamismo do mercado.

A Estrutura exerce influência na lógica comercial do campo científico envolvido no campo político. Conforme Bourdieu (1997) estes campos têm em comum o fato de estarem sob a interferência do mercado e da concorrência, e o campo jornalístico contribui para as tendências dos agentes envolvidos com o campo político a sujeitar-se às exigências e perspectivas das reivindicações pela exposição recebida na imprensa.

Nesse sentido, para Bourdieu (1997, p. 133) “[...] o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político, que encontra seu princípio na estrutura do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas que aí se geram”, levando-os a romperem com os pontos de vista do público, considerando apenas os interesses vinculados à competitividade imposta, e despreocupados com as consequências reais que as tomadas políticas podem exercer sobre o mundo social.

A questão é como refletir uma prática jornalística coerente, séria, comprometida com notícias de qualidade, rompendo com a concepção da lógica do campo jornalístico? A respeito dos “jornalistas do cotidiano”, Bourdieu (1997, p. 141) esclarece que “[...] através das

rotinas e dos hábitos de pensamento que ele impõe sem discussão, produz uma representação do mundo preñe de uma filosofia da história como sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada”, ou seja, segundo ele, estes jornalistas produzem uma “representação instantaneísta e descontinuísta” do mundo.

Essa representação instantaneísta converge também para o enfoque do noticiário ambiental, na qual se tem um conjunto de situações ambientais definidas como críticas, centro da atenção das sociedades modernas e segmentos dela que buscam se informar acerca da problemática ambiental, na qual se veicula a opinião generalizada que parece identificar-se com o que é apresentado como “crise ambiental”.

Desse modo, indaga-se: de que opinião está se tratando? Será uma opinião pautada no senso comum, ou essa opinião está fundamentada em fatos apurados com todo rigor e disponibilizados com profundidade e objetividade?

A priori, pela sua natureza, os veículos de comunicação estão comprometidos com as informações de qualidade, coerentes com a prática jornalística, em informar a sociedade com dados sólidos, sérios, não exercendo a espetacularização da notícia, como produto vendável, porque é modismo debater sobre meio ambiente, transformando-o em sinônimo de competitividade e numa pré-condição para garantir a sobrevivência da empresa de comunicação, para concentrar o maior número de leitores e assegurar sua presença no mercado.

Em outra linha entende-se que os meios de comunicação, sobretudo os jornais, são importantes aliados na formação sobre questões críticas, construindo opiniões que desenvolvem um papel importante no processo de construção de um jornalismo comprometido e mais ativo com o conflito de ideias, com a questão ambiental - tema que encerra uma diversidade e complexidade de opiniões veiculados em diversos meios impressos.

No entanto, muitos veículos ocultam e camuflam as verdades omitindo informações, dados importantes para uma avaliação e análise crítica por parte dos leitores que almejam ter informações confiáveis com devido aprofundamento das questões abordadas. E assim, os meios de comunicação devem apresentar aos leitores, ao público fatos sociais relevantes, atuais, aproximando-os da história à vida dos cidadãos.

A expressão imprensa alternativa, segundo Fontcuberta; Mompert (1983) é, historicamente, vinculada aos eventos ocorridos na França em 1968, quando os protestos de estudantes lançaram mão da impressão artesanal para publicar seus manifestos. Esses autores, ao fazerem referências aos diversos estudos acerca de uma definição de “meios alternativos”,

concluem que o significado, a definição é cautelosa, e inerente a uma “[...] conjuntura concreta de cada panorama comunicativo” [...] (FONTCUBERTA; MOMPART, 1983, p. 26 apud VELOSO, 2008, p. 29). Desse modo, a questão do alternativo relaciona-se à forma e conteúdo dentro de um contexto histórico, hegemônico em que se enquadram diversos meios alternativos à cultura corrente.

Mas ainda nas produções acerca da comunicação contra-hegemônica, os meios de comunicação são compreendidos conforme Veloso (2008) como bens comuns que devem garantir e promover a liberdade de expressão e o direito à informação da sociedade atenta as suas reivindicações e aos seus interesses comuns.

Por sua vez, Ramirez (1997, p. 32) apud Veloso (2008, p. 33-34), ao tentar conceituar os meios alternativos, destaca que um “conjunto de características, entre elas o fato de serem populares, participativos e plurais [...] permitem uma relação mais horizontal entre emissores e receptores [...] e investem na consciência crítica, estimulando argumentação e o debate”. Com o objetivo de explicar a experiência comunicativa baseado em Ramirez (1997, p. 42), Veloso (2008, p. 34) preceitua que a ideia de alternativo é consequência de um conceito histórico numa reflexão inserida numa conjuntura de diferentes significados variando de acordo com o contexto e o processo que o originam.

Observamos que esses autores definem o alternativo como uma forma de sair do “obscurantismo e da censura ao exercício ativo do pensar e do divergir” (RAMIREZ, 1997, p. 44 apud VELOSO, 2008, 35). Dessa forma, a comunicação alternativa aparece como atividade dispendiosa, difícil, pois vai contra a corrente, contra um modelo imposto pela imprensa tradicional, convencional, no protesto contra as injustiças, a corrupção, a publicidade e a interesses do mercado ao lucro, ao vendável.

A imprensa alternativa teve seu auge no Brasil no período mais sombrio da história brasileira, o regime militar, no qual a liberdade de expressão foi controlada por órgãos do governo e pela grande imprensa. Um dos mecanismos para burlar, despistar esse controle foi o surgimento de diversos jornais alternativos que denunciavam as injustiças, o direito à informação e satirizavam o modelo econômico vigente, no momento em a imprensa oficial só veiculava o que fosse da instância dos donos do poder na época. Portanto, a imprensa alternativa, ou “nanica”, também como era chamada, constituía-se como uma “oposição intransigente” ao regime militar, incomodando os possuidores dos meios de comunicação que ditavam o que deveria ser informado na imprensa.

Em relação ao debate do jornalismo alternativo, a obra de Bernardo Kucinski: “Jornalistas revolucionários nos tempos da imprensa alternativa”, escrita em 1991⁵, contribui para problematização da época mais vigorosa da imprensa alternativa brasileira, citando os diversos jornais alternativos surgidos nesse período, como: o Pif-Paf, de Millôr Fernandes, em 1964, Folha da Semana, entre outros. No Pará, menciona-se o “Bandeira 3”, publicado em 1975, em Belém, pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. A proposta editorial do Bandeira 3 segundo Kucinski (2003, p. 114) era encaminhada à periferia de Belém, no entanto, direcionou-se à “classe média politizada e com forte vocação ecológica, dada sua inserção na região Amazônica”, exercendo um importante papel nesse período da imprensa paraense.

Um estudo anterior ao de Kucinski é a de Raimundo Rodrigues Pereira, um jornalista que também viveu a experiência da imprensa alternativa e em texto publicado em 1986, faz referência aos alternativos. Pereira (1986, p. 54) indaga sobre qual o sentido “dessa alternativa?”, que significado tem para os interesses populares, principalmente durante o regimento fechado da ditadura no Brasil?

Na visão de Pereira (1986) a imprensa alternativa é oriunda de partidos, de frente popular e proletária, era herdeira de lutas travadas que provocavam mudanças e davam voz a todos. O autor faz uma crítica ao estudo de Sérgio Caparelli, que não considerava a imprensa de partidos, uma imprensa alternativa, e sim a imprensa alternativa de últimos 15 anos, que infelizmente desapareceu como Opinião, Movimento, Coojornal entre outros. A seguir capas desses alternativos.

Imagem 1 – Capas dos jornais alternativos que circulavam durante o regime militar.



Fonte: Amorim; Fernandes; Trindade (2011).

⁵Data referente à tese do autor, defendida no Programa de Pós - graduação da Escola de Comunicações e Artes da USP, logo depois o trabalho foi publicado.

Dessa forma, para Pereira (1986, p. 52), quando se discute sobre imprensa alternativa no Brasil, não quer dizer que essa alternativa resistiu ao regime ditatorial após 1964 e ao terror político, mas também publicações tradicionais como a Revista Veja, A Tribuna da Imprensa, O Estado de São Paulo, vinculados a um dos grandes propagandistas do golpe militar, Carlos Lacerda, resistiram igualmente ao momento político instaurado no Brasil, apesar de serem submetidos, à época, à censura prévia, principalmente nos anos de 1968 a 1975, período “duro” regime militar.

Pereira (1986) ainda elucida que a imprensa alternativa não apenas se opôs ao regime militar, mas combatia o “conteúdo antinacional e antipopular”, e era contra a monopolização da economia e sua interação com os grandes investidores financeiros internacionais.

Mudanças no cenário econômico, político, levaram a mudanças na grande imprensa, assim como na imprensa alternativa. Os grandes jornais são em número menor, no entanto, são os mais fortes, investem em imagens, em tecnologia de ponta, além de parcerias com grandes órgãos, como bancos nacionais, seguindo um modelo de desenvolvimento econômico, político, social vinculado à conjuntura do capital e da globalização.

Outra obra de Kucinski, a “Síndrome da antena parabólica”, auxilia no entendimento dos vínculos entre sociedade, partidos, imprensa, Estado, no curso da história mais recente e permite traçar um panorama da imprensa alternativa que criava um espaço contra-hegemônico e plural. A partir dessa obra, pode-se conhecer parte da história da imprensa na ditadura e a realidade da época desse meio de comunicação. Nesse livro, Kucinski (1998) relaciona as diversas publicações alternativas na década de 1990, idealizadas no mesmo imaginário da imprensa contra-hegemônica na época ditatorial.

Essas publicações, conforme Kucinski (1998), eram conhecidas como “imprensa nanica” em função de seu formato (tablóide)⁶. Esse tipo de imprensa assemelhava-se aos jornais que circulavam nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 e 1960, intitulados “jornais *underground*”, que criticavam as ações e abusos do governo. “Os nanicos”, assim chamados por alguns jornalistas e publicitários, utilizavam a criatividade e a linguagem diferente em relação à imprensa convencional. Havia, neste momento, um universo de 160 jornais, no entanto, apesar do adjetivo mostrar admiração, eles eram taxados de “imprensa marginal”, sugerindo pequenez, superficialidade, imaturidade.

Segundo Kucinski (1998), este termo alternativo era utilizado nos Estados Unidos e na Inglaterra para indicar arte e cultura não convencionais, não relacionadas à cultura

⁶Jornal, caderno ou suplemento que tem cerca da metade do tamanho padrão dos jornais habituais (HOUSSAIS, 2009).

hegemônica, além do confronto contra a corrente dominante. Esse termo no Brasil foi retomado por Alberto Dines⁷ em suas matérias. A imprensa alternativa, conforme Kucinski (1998) adquiriu vigor no período da ditadura militar no Brasil, no chamado milagre econômico (1968-1973), quando esta alavancou com seus inúmeros jornais, denunciando o discurso do governo pela imprensa convencional na temática das torturas e violações dos direitos humanos, constituindo-se desse modo uma alternativa ao discurso dominante da grande imprensa.

A imprensa alternativa dos anos de 1970 no Brasil passou por diversas etapas, tornando-se um fenômeno de contracultura no país, no qual congregava jornalistas, intelectuais, revolucionários que durante o período militar ansiavam por transformações sociais pela liberdade de expressão e ao direito de informação de maneira mais sólida, transparente. Na visão de Kucinski (1998, p. 184), essas etapas trouxeram “novas propostas políticas e editoriais e formas diferentes de articulação entre seus protagonistas”, contribuindo assim para a efervescência de jornais alternativos, instituindo um marco na imprensa brasileira com abordagens diferenciadas dos fatos divulgados pelos meios impressos convencionais.

Ainda segundo Kucinski (1998, p.190), há uma demarcação da imprensa alternativa e imprensa convencional no Brasil, no sentido da função de cada uma, ou concretamente “os papéis opostos como agregadores ou desagregadores da sociedade civil, em especial dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos”, permitindo que muitos jornais tivessem editores diferentes; muitos atuavam na grande imprensa, porém, também eram colaboradores da imprensa alternativa. Na visão de Kucinski (1998, p. 90), os jornalistas assumiam o caráter de “aglutinadores espirituais e agregadores dos trabalhadores intelectuais”, o que constituiria os jornais alternativos como “espaço público alternativo, virtual, afetivo e contra-hegemônico” no campo da resistência ao sistema vigente.

O desaparecimento dos jornais alternativos, com o término do regime ditatorial, fecha um ciclo do surgimento destes veículos impressos. Num universo de 160 jornais, alguns não atingiram um ano de existência, mesmo assim, muitos, de acordo com Kucinski (1998, p. 192), constituíram:

[...] embriões de futuras equipes que tiveram grande importância no jornalismo. Muitos alternativos, como Amanhã, Pif-Paf e Informação, exerceram influência decisiva nos campos da política e do jornalismo em apenas meia dúzia de edições. Apenas cerca de 25 jornais, nascidos de

⁷ Jornalista brasileiro que dirige o Programa de TV Observatório da Imprensa.

articulações mais densas, tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos.

Nesse sentido, os alternativos tiveram vida perene e quase nenhum deles sobreviveram com suas características originais. Kucinski (1998, p. 192) elabora uma suposição para o esse desaparecimento: os jornais eram inerentes à lógica do regime ditatorial, e o motivo da existência seria a resistência, no entanto, uma compreensão mais ampla para “a gênese e a morte” dos jornais insere na procura “principalmente no imaginário de seus protagonistas, daqueles que os fizeram, e não nas ações daqueles que não os quiseram”, desaparecendo desse modo uma imprensa mais voltada para a resistência a um regime político imposto.

Assim, segundo Kucinski (1998), a imprensa alternativa da década de 1970 quase se extinguiu, no entanto, jornais alternativos apareceram com o mesmo ideário dessa época, alguns pelos mesmos “criadores” anteriores e outros, pela iniciativa por convicção ou uma ausência da alternativa parecida com a que surgiu na fase da ditadura, e entre esses, encontra-se Caros Amigos, de Sergio de Souza e Roberto de Freire, e o Jornal Pessoal, de Lúcio Flávio Pinto.

Partindo desses argumentos, Kucinski (2007)⁸ apud Veloso (2008, p. 14) considera que o periódico Jornal Pessoal, “apesar de ser um jornal de uma pessoa só, tem todas as características [de um alternativo] pela radicalidade, dissidência, por ser contra a corrente”. Ademais, a imprensa alternativa na Amazônia, necessita de mais debates na literatura acadêmica e jornalística visto que a complexidades dos acontecimentos correntes são notório e pedem uma abordagem jornalística mais comprometida com as informações veiculadas e o processo de democratização da comunicação amazônica.

2.1.1 Imprensa alternativa na Amazônia

O surgimento da imprensa alternativa na Amazônia, assim como no restante do Brasil, foi vigoroso e importante para difusão de fatos que a grande imprensa se eximia em mostrar frente ao regime político autoritário. No entanto, em diversos estados da região Norte, surgiram, no período do regime militar, ou não, meios alternativos, diferenciados em informar os cidadãos e demonstrar que a região amazônica não ficou à margem da dinâmica dos alternativos no Brasil, nem mesmo quando esse período sombrio desapareceu, a exemplo, do alternativo do sociólogo Lúcio Flávio Pinto, com a criação do Jornal Pessoal, em 1987.

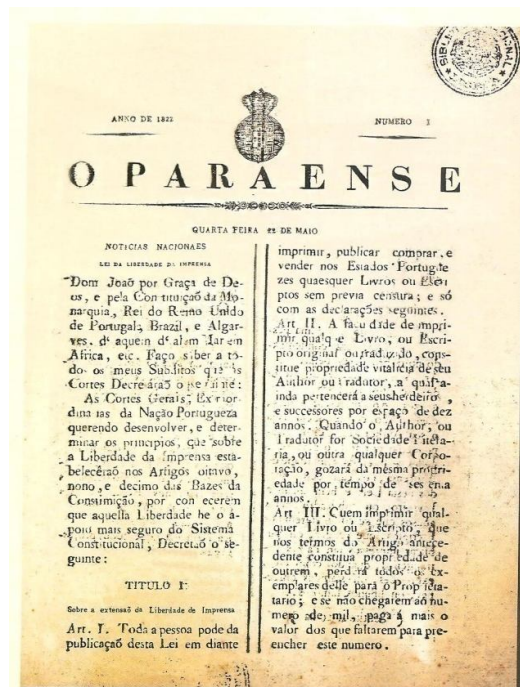
⁸Informação fornecida na entrevista concedida a Socorro Veloso, em 2007, por ocasião da elaboração da tese: Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007).

Nos parágrafos seguintes, mostraremos um pouco da história e trajetória de alguns periódicos que surgiram na Amazônia, especificamente no Pará e Acre, além de alguns estados da Região Norte. Esses jornais evidenciam o fortalecimento da imprensa nortista alternativa do século XIX e o papel que desempenhou no contexto histórico e político vivido.

Em pleno conflito político entre colonizados e colonizadores, surge no Pará o primeiro jornal impresso, “O Paraense”, de Felipe Patroni. O primeiro número saiu em maio de 1822, inaugurando a imprensa no Norte do Brasil. Esse fato ocorreu num período de agitação na Província, em que havia conflitos políticos no domínio da Coroa Portuguesa, além da propagação de pasquins manuscritos, até de forma clandestina, incluindo o Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa, o qual divulgava a contraposição à censura da Corte Portuguesa que proibia a instalação de tipografias.

Coelho (1985) descreve a proposta de Felipe Patroni, que reuniu os homens do seu tempo e com apoio de sócios, como o tipógrafo Garção de Melo, Domingos Simões da Cunha, Baptista da Silva, que compraram uma tipografia em Portugal, transportaram-na até a Província do Grão-Pará e procederam a instalá-la com o nome de Imprensa Liberal de Daniel Garção de Melo e C&A. A partir de então, foi lançada a primeira edição do Paraense, que circulou com 70 números; mas em 1883, a tipografia foi confiscada pelos militares da Junta do Governo do Grão Pará, encerrando a história do periódico.

Imagem 2 - Edição n. 1 do Jornal O Paraense, de 1822.



Fonte: Coelho (2012, p. 36).

No entanto antes de aparecer, O Paraense, circulou na Província do Grão-Pará em 1821, a Gazeta do Pará, impressa em Lisboa pela Imprensa Nacional, circulou em três números. O surgimento da Imprensa no Pará se deve ao vínculo com as ideias do Vintismo, movimento liberal português, “iniciado no Porto, em 24 agosto de 1820, e pela Regeneração Portuguesa e Constitucionalista, que lutava contra os mecanismos da tirania e do despotismo português” (COELHO, 1985, p. 14). A Gazeta do Pará também foi criação de Felipe Patroni, em 1821 quando esteve em Portugal e serviu para relatar e divulgar os acontecimentos na Província.

Coelho (1985) considera que o jornal O Paraense foi um marco nesta produção jornalística, e não é intenção aqui fazer uma história linear indicando em uma linha do tempo os jornais alternativos que surgiram no Pará. Vale o registro para chamar a atenção sobre as recorrências deste jornalismo em contextos diferentes cujo elemento comum é a oposição e crítica política. Como já dito, descrevemos a história desses jornais alternativos em épocas recentes e remotas da imprensa paraense.

Na década de 70, surgiram alguns jornais alternativos, dentre eles o Bandeira 3, em 1975, tendo à frente o sociólogo Lúcio Flávio Pinto e outros jornalistas. O grupo lançou sete números do periódico que teve uma vida efêmera na história da imprensa, entretanto, lançou discussões relevantes no jornalismo paraense instigando debates acerca da Amazônia não veiculados na grande imprensa.

Apesar desse caráter efêmero, o Bandeira 3 teve papel importante e o próprio jornalista Lúcio Flávio Pinto, no editorial de encerramento do periódico, considera que o mesmo deveria existir, apesar da passagem rápida na imprensa alternativa, mas que era um mecanismo, segundo Kucinski (2003), que os jornalistas tinham para expressar algumas necessidades que a grande imprensa não permitia. Assim, logo depois do Bandeira 3, surgiu o Resistência, outro jornal alternativo da imprensa paraense.

Imagem 3 - Capas do n.1 e 2 do Jornal Bandeira 3 de 1975.



Fonte: Barros; Almeida (2013, p. 75).

Dois anos depois, em 15 de agosto de 1977, nasce a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que fundou um dos grandes jornais alternativos de Belém do Pará, O Resistência, o qual disseminou as ideias desse Partido se empenhou em lutar pela anistia e liberdade dos presos políticos, em defesa dos direitos humanos. O periódico, ao ser lançado, não citou nomes da equipe editorial como forma de prevenção quanto à perseguição dos governantes militares. Não obstante à história da censura no Brasil nesse período, alguns editores do Resistência foram presos⁹, encarcerados.

Imagem 4 - Edição de 1977 do Jornal Resistência.



Fonte: Amorim; Fernandes; Trindade (2011, p.7).

De acordo com Amorim (2011), os jornais alternativos no cenário da imprensa na Amazônia ainda lutam contra os jogos de interesses políticos do Estado que detém em seu bojo grande poder econômico aliado aos interesses de capitais estrangeiros e de empresas exploradoras de recursos naturais, além de empresas de jornalismo que monopolizam e comandam a comunicação na Região. Isso mostra a importância imprescindível dos alternativos contra a hegemonia dos grandes grupos de interesses que se consideram “os donos da terra”, da verdade e da supremacia.

Em relação a outros jornais que surgiram no período militar, destaca-se o Jornal Varadouro, de autoria de Elson Martins, no estado do Acre. O Jornal circulou no período de

⁹ Paulo Fonteles de Lima, Isabel Cunha, Hecilda Veiga Fonteles, entre outros, ativistas políticos, jornalistas e intelectuais.

1977 a 1981. Foi uma proposta da Igreja Católica no Acre, que reuniu intelectuais e jornalistas contrários ao regime militar se uniram e com a finalidade de denunciar crimes que ocorriam, principalmente no campo, além da defesa dos direitos do povo da floresta em relação à posse da terra e combate aos grandes jornais locais dirigidos por empresários, latifundiários e oligarquias regionais.

O Varadouro enveredou num processo editorial que fez um jornalismo sério, crítico, alternativo, porém, por questões financeiras depois de quatro anos o Jornal não resistiu ao mercado impresso e fechou, ainda chegou a publicar 24 edições do alternativo. Apesar de pouco tempo, o Varadouro se encaixou na chamada imprensa alternativa. À medida que defendia interesses de movimentos sociais, causas de uma comunidade, se contrapunha às ideologias veiculadas na grande imprensa; ademais, foi criado a fazer frente aos jogos de interesses das elites regionais.

Em estudo realizado sobre O Varadouro, Portela (2009) coloca que enquanto o jornal existiu, inseriu na cena política os movimentos sociais do Acre, ressaltando suas estratégias de sobrevivência e organizativa, defesa de seu território, além de enfoque sobre questões indígenas, meio ambiente, posse de terra, assuntos relacionados ao publico alvo do Jornal.

Imagem 5 - Capas do Jornal Varadouro.



Fonte: Varadouro. Resistir é preciso (2013).

A imprensa alternativa no Acre surgiu, conforme Portela (2009), num contexto de transformações políticas, econômicas e sociais durante a o ano de 1970, quando também o Brasil, a Amazônia estavam na linha das transformações que ocorriam na América Latina - a passagem da ditadura para a democracia. América Latina viveu anos de ditadura e nos anos de 1980 teve um sonho realizado, passou a ter vivências democráticas, assim como lutas em prol

da liberdade de expressão e comunicação como instrumento em defesa dos direitos do cidadão e voz dos oprimidos.

Por conseguinte, também em outros estados da Amazônia surgiram os pequenos tablóides, nanicos, como também eram chamados os jornais alternativos na época. Em Manaus, por iniciativa de estudantes universitários, fundaram o Porantim; segundo Portela (2009), o nome é de origem indígena, da tribo Sateré Mawé, povo do remo sagrado.

De acordo com Portela (2009), o Poratim publicava em suas páginas a violência dos fazendeiros e burocratas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a fracassada política indigenista dos militares na Amazônia. À frente desse jornal estava um jornalista, José Ribamar Bessa Freire, que pela sua experiência em questões indígenas, colocou em pauta os direitos dos índios no contexto de lutas do povo brasileiro e da imprensa alternativa.

Imagem 6 - Capas de edições do Jornal Porantim.



Fonte: Porantim. Resistir é preciso (2013).

Em Manaus, apareceu no início do governo Geisel, um jornal alternativo, o Jornal da Amazônia, que tinha como editores os intelectuais Aldísio Figueiras e Márcio Souza. O Jornal Amazônia surgiu em maio de 1975 e terminou também no mesmo ano. Segundo Portela (2009, p. 48), o periódico deixou um “legado de jornalismo” pautado na apresentação das “contradições entre atores políticos do momento”; o mesmo valorizava a reivindicação dos indígenas, denunciava os agravos dos grandes projetos para a Amazônia e criticava o

consumismo exagerado e artificial que iludia a população em relação à Zona Franca de Manaus.

Assim como no Brasil crescia o movimento dos metalúrgicos, também na Amazônia, em Manaus pelo sindicato da Zona Franca de Manaus, foi criado um jornal que representava o interesse desse grupo e assim, apareceu, o Linha de Montagem, apoiado por intelectuais artistas, universitários que auxiliavam o sindicato em resultados em momento de eleição para que não houvesse fraudes e o jovem movimento operário alcançasse o poder sindical.

No estudo de Portela (2009) é registrado o surgimento de outro alternativo ainda no Acre, o Jornal Folha Literária, em 1979, tendo como editores Joaquim Caixeta e Wanir de Almeida Horário e Silva. O Jornal foi um suplemento do Jornal Gazeta do Acre, esse suplemento serviu de incentivo para que um grupo de artistas locais e estudantes secundaristas criassem o Artiação, em 1980, que era uma publicação bem artesanal, pois ainda era mimeografada.

No estado do Amazonas, em Manaus, foi lançado, em 1977, o Zero; em 1978, o Livro Jornal. Em 1979 surgiu o Painho, informativo da Comissão Pastoral da Terra. Na década de 80, surgiram: Carta Geral, Dos Confins da Terra e Novas Tribos; alguns desses jornais eram mimeografados, caracterizando uma comunicação bem artesanal, no entanto, bastante insistente e vigorosa.

No Pará, além do Resistência e do Bandeira 3, houve em Santarém o jornal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém; intitulado Lamparina, que em 1979 teve seu primeiro número. O Jornal, segundo Leroy (1991) tinha a finalidade de disseminar ideias centrais do movimento, possuía boa apresentação gráfica e editorial, utiliza a estrutura física da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Além do jornal do sindicato, havia outro meio de comunicação, a Rádio Rural de Santarém, que disponibilizava seu espaço para grupos organizados que divulgavam as brutalidades e violência realizadas pelo regime militar.

Em Belém do Pará, além do destacado Bandeira 3, diversos jornais alternativos foram criados, como O Jornalista, de 1969, pertencente ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Pará. No ano de 1974, aparece Samizdat, publicação literária que tinha à frente Luiz Lima Barreiros. Em Conceição do Araguaia, outro tabloide divulgava os interesses de trabalhadores rurais e da reforma agrária no município; de acordo com Portela (2009), não se sabe ao certo data de sua criação, só que ele circulava por volta do ano de 1979.

Outros alternativos, como Mensageiro, jornal de caráter indígena, divulgava as causas indígenas, assim como discutia sua população e descendência. Em 1979, surgiu também o

Nanico, tablóide com periodicidade mensal que editava assuntos variados; tinha como editores, jornalistas recém-formados pela UFPA.

Em Marabá, aparece O Artista, no ano de 1981, outros como Barca, Cupim e Grito da PA 150, cujo objetivo era divulgar os conflitos fundiários. No município de Tucuruí, surge Arca em 1982. Em relação a essas publicações se tem pouco registro. Em Rondônia, conforme registros de Portela (2009), apenas um jornal, Barranco, de caráter cultural e político, surgiu em 1970 em Porto Velho.

Conforme Santos (2010) em São Luís, Maranhão, surge o Jornal Pequeno, cujas veiculava ideias de poetas, políticos e intelectuais davam vozes as questões críticas à ALCOA Mineração. Esse periódico dirigia-se aos segmentos médios e populares da cidade; realizava ferrenhas críticas a José Sarney. O Jornal surgiu em 1951, sob comando de José de Ribamar Bogéa, as materiais veiculadas eram direcionadas a acontecimentos locais, destacando as incoerências políticas de grupos dominantes do governo nessa década. Os conteúdos do periódico eram de caráter opinativo, eram ideias contrárias ao Projeto da ALCOA, divulgando os danos ambientais que o projeto ocasionaria para a cidade e sua população.

Esses periódicos, que passam a existir nesse momento histórico do regime militar, faziam oposição ao regime, o que aparece como objetivo comum e tiveram grande importância na história da imprensa alternativa brasileira e Amazônia, pois não se deixaram calar pela opressão e censura da época. Ao longo dos anos de 1980, foram desaparecendo e substituídos por outras formas de imprensa alternativa que não deixaram de cumprir seu papel: divulgar suas posições, críticas frente a um contexto político, econômico que se apresenta.

Ademais, os jornais constituem fontes relevantes na divulgação de notícias e ocupam um lugar nos meios midiáticos; esses veículos são tão importantes na história da imprensa remota como na história recente dos acontecimentos; são considerados fontes de informação, cuja discussão perpassa o próximo tópico do trabalho.

2.2 Jornais como fonte de informação

No atual contexto, está em voga a questão do meio ambiente, que preocupa o mundo, o Brasil e a Amazônia pelo espaço que representa no contexto de transformações econômicas o equilíbrio ecológico. Como entender as controvérsias em relação à redução de emissões de CO₂ na atmosfera e a manutenção da floresta prestando serviços ambientais?

No conjunto da política ambiental, diversas publicações científicas e os meios de comunicação debatem, analisam os fatos e frisam os critérios de objetividade. Já a imprensa

alternativa mostra a realidade, sem fantasias e exotismo, apresentando-a com veracidade e declarada responsabilidade social. Para esses analistas, as fontes de informação constituem elementos essenciais na construção, produção e divulgação das notícias, temáticas. Supõe-se que os diversos meios de comunicação – impressos e meios digitais – devam tentar o cumprimento de seus objetivos na cobertura de acontecimentos com forte impacto social, econômico e político em contexto temporal determinado. Estas ideias são centrais para abordar o jornal como fonte de informação.

Os jornais, enquanto veículos de comunicação têm um papel primordial na disseminação das notícias, informações em diversas áreas do conhecimento - política, economia, cultura, meio ambiente, entre outras. De acordo com Teixeira (2008), a história dos jornais se cruza com a história da imprensa, quando surgiu o primeiro documento impresso, a Bíblia de Mogúncia, por Johannes Gutenberg, marcando assim a invenção da imprensa. Entretanto, os jornais só vieram a aparecer 150 anos após a invenção de Gutenberg, devido aos altos custos financeiros da produção e controle das publicações pela aristocracia e clero da época.

Segundo Teixeira (2008), aos jornais são atribuídas características como o caráter da novidade periódica diária, porém, principalmente nos primórdios da imprensa, havia carência de informações, ao contrário da época atual considerada como “era da informação e da informática” em que não se tem a ausência de informações, mas excesso, e em velocidade acelerada com diversos suportes e opções de acesso.

A leitura de jornais, enquanto fontes de informação, é analisada por Teixeira (2008, p. 67, 68) por quatro funções: 1) Os jornais como fonte de informação noticiosa: exercem uma função mais informativa, seguindo “uma linha editorial específica” (direcionados notadamente para um setor, como esporte, política) ou uma linha diversa (juntando diferentes cadernos); 2) Os jornais como vetor narrativo ideológico: referem-se “confeção da narrativa jornalística”, permitindo leitura das análises discursivas das notícias; 3) Os jornais como documento histórico: definem um determinado período da história, tornando-se um documento histórico; 4) Os jornais como fonte de informação para demandas específicas: suprem necessidade de comunidades, instituições que buscam determinado tema, assunto, caracterizando assim demandas específicas de informações.

A proposta deste estudo enquadra-se no viés dos jornais enquanto fonte de informação que veicula formações discursivas situadas num contexto ideológico e histórico, no qual as notícias dos acontecimentos são postas num cenário em que as questões mercadológicas e hegemônicas são quebradas, apresentando para os cidadãos os fatos tais quais são.

Em relação ao conceito de informação, registram-se as contribuições de Le Coadic (2004, p. 4), que define informação como “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Diversos sentidos emanam da informação que são transmitidos pela linguagem que une “significante a um significado”.

A necessidade de conhecer, de ser e estar informado sobre os fatos políticos, econômicos, sobre os avanços da ciência e de acompanhar os resultados de experiências, enfim de estar a par das últimas notícias, identifica uma posição. Le Coadic (2004, p. 5) expõe que a informação ainda tem como finalidade “a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte, da estrutura [...]”. O mais banal é a informação, a notícia veiculada por um jornal, pelo rádio ou pela televisão. A informação inserida em um contexto de comunicação vem, cada vez mais, sendo implodido no meio de tantos dados e a cada momento surgem novas informações rompendo as fronteiras de conhecimento.

No âmbito da comunicação, os jornais se destacam como fontes históricas de informação. Ao analisar retrospectivamente as publicações, pode-se conhecer o contexto da época, os comportamentos, as temáticas propostas, construindo um retrato pretensamente completo. Na visão de Teixeira (2008), destaca-se a relevância que os jornais tiveram e tem, não apenas como um elemento importante na reconstrução da história, mas no acompanhamento dos fatos relatados no contexto histórico, político, social daquele local e de sua circulação enquanto uma imagem histórica daquele momento.

Destarte, os jornalistas têm responsabilidade com a apuração dos fatos, dos acontecimentos de forma séria, com compromisso da verossimilhança. Os fatos não podem ser inventados, criados, como na ficção, eles devem mostrar a realidade, elucidando os elementos, os aspectos cruciais que compõem a produção das notícias.

De acordo, com essa linha de pensamento, a verossimilhança dos jornalistas existe, enquanto a neutralidade não existe na produção das notícias, dos fatos. Conforme Teixeira (2008, p.58), o jornalista tem influência nos “resultados de uma rede de circunstância, na qual essa rede terá um lugar e nunca um não-lugar de onde ele fala ou expõe suas ideias”, a partir dessa acepção os conceitos de imparcialidade e objetividade são quebrados, visto que cada jornalista tem um estilo próprio, os textos não seriam heterogêneos. Na visão de Teixeira (2008, p. 58), “essa peculiaridade insiste-se, não exime o jornal e, tampouco, o jornalista, de expor o fato de maneira mais correta, precisa, honesta e responsável é possível”, o que ser um princípio da prática jornalística.

2.3 Debates sobre Meio ambiente

Na atualidade, as transformações vêm ocorrendo na esfera social, econômica, cultural, e principalmente na ambiental, questão apropriada nas discussões tanto de instituições ambientalistas como dentro da própria sociedade civil. Um dos momentos históricos para as discussões ambientais foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, que ocorreu na Suécia, conhecida também como Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (CNUMAD), que trouxe benefícios a partir do posicionamento político diante dos problemas ambientais.

Nessa trilha, o debate no campo ambiental ampliou-se em escala global. Em 1986, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMMD), no chamado Relatório *Brundtland*, alertava para tomadas de medidas que impedissem as perdas no patrimônio natural, e prevenisse uma séria crise ambiental no mundo. Nesse relatório se concebeu o conceito de desenvolvimento sustentável, que pela primeira vez foi debatido com compromisso de refletir o meio ambiente além da visão biológica.

A partir dessa concepção de desenvolvimento e meio ambiente, ganharam forças as discussões, à medida que o desenvolvimento econômico, pautado no uso adequado dos recursos naturais e na procura pelo equilíbrio desses recursos com as populações humanas, tornou-se imprescindível para se pensar a sustentação e preservação da biodiversidade baseada em medidas racionais da natureza.

No Brasil, com a Confederação do Rio 92, ficaram estabelecidos objetivos e normas para a preservação do meio ambiente, juntamente com a formulação da Agenda 21, pela CNUMAD. A Agenda 21 traçou os objetivos e as ações direcionadas para o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, de tal maneira que refletisse um mundo mais comprometido com o desenvolvimento sustentável, fazendo com que os países pautassem seus atos e pensamento nessa questão.

Em 2012 ocorreu a Rio + 20, a qual objetivou contribuir para discussões da sociedade brasileira e global acerca da redefinição de estratégias relacionadas ao desenvolvimento econômico, à regulação dos mercados, pautado em encarar dois desafios na concepção de Sachs (2012, p. 4): primeiro: deter as mudanças climáticas, originadas pela emissão de gases de efeito estufa causada pelo homem; segundo, planejar com base em objetivos sociais e éticos, de “condicionalidade ecológica e de viabilidade econômica”. Essa estratégia requer a cooperação da sociedade civil organizada, trabalhadores, órgãos públicos e privados e Estado

voltado para uma visão mais ampla de desenvolvimento que abranja o meio ambiente como categoria inerente a esse processo.

Esses eventos e documentos trouxeram discussões em diversas instâncias, sejam políticos, econômicos e ambientais, levando os atores sociais a repensar ações em prol de um desenvolvimento dito mais sustentável, inscrito em uma racionalidade ambiental, num debate mais sólido acerca da concepção de meio ambiente e suas implicações na epistemologia ambiental, na qual Leff (2012) assegura um saber vinculado à existência humana, o desejo de vida e as condições vitais do planeta.

Dentro da concepção de racionalidade ambiental, elegeu-se para o estudo, a categoria de meio ambiente, cujo aporte está em Costa, L. (2006) e Leff (2012; 2001). Segundo Costa, L. (2006, p. 72), o conceito de meio ambiente “carrega o peso de sua raiz histórica, das resignificações que sofreu no decorrer do tempo, das lutas pelo poder simbólico que seus diferentes significados foram adquirindo, das lutas pela sua definição”; dessa forma, observamos que esse não é um conceito neutro, porém, vem de uma construção histórica e social, que incorpora sentidos diferentes dependendo da situação no qual é inserido.

A concepção de meio ambiente não está dissociada das ações humanas e como essas ações são organizadas e situadas num contexto mais amplo das relações natureza-homem. O meio ambiente é um sistema complexo, abrangendo dimensões econômicas, políticas, sociais ambientais. Dentro de uma visão protecionista, conforme Costa, L., (2006), o sentido de meio ambiente configura-se numa questão voltada para a relação harmônica homem - natureza, em que se procura utilizar os recursos da natureza sem expropriá-la, resultando num modelo associativo de aspectos ambientais e sociais.

O meio ambiente - também denominado de ambiente - está inserido nos processos socioeconômicos, não apreendido como categoria somente biológica, mas social. Para Leff (2001), essa categoria está configurada por valores, saberes, e por novos potenciais produtivos inseridos numa racionalidade social.

Na denominação de Leff (2012; 2001), o ambiente se integra por processos de ordem física e social, muitas vezes eliminados e sobrepujados pela racionalidade econômica, que deteriora os recursos da natureza assim como destrói a qualidade de vida, e anula a cultura, as identidades dos povos. No entanto, para Leff (2012; 2001), o ambiente surge como um “novo potencial produtivo”, consequência da associação sinérgica da “produtividade ecológica, da inovação tecnológica e da organização cultural”.

Assim, o ambiente dentro do sistema econômico, para Leff (2012; 2001), constitui-se pelos pressupostos ecológicos da produtividade e da renovação dos recursos naturais, à

medida que os limites e formas de exploração dos recursos naturais são respeitados, utilizados em prol de uma sustentabilidade respaldada nesse processo de potencialidade e regeneração da natureza.

O ambiente vinculado às ações antrópicas preocupadas num racionamento e na preservação de identidades étnicas, segundo Costa, L. (2006), privilegia os atores sociais que necessitam dos recursos naturais e que estes não sejam postos à margem do processo econômico e da espoliação desses recursos, visto que os mesmos fazem e devem ser reconhecidos nessa distribuição dos custos ambientais do crescimento e da acumulação do capital. Esse capital deve retornar para a subsistência dos povos que detêm e dependem das práticas do desenvolvimento sustentável.

No contexto dos requisitos de sustentabilidade, o ambiente, segundo Leff (2001), necessita absorver os “paradigmas teóricos”, como forma de assimilar os custos ecológicos do campo econômico e tecnológico, a racionalidade ecológica das comunidades tradicionais, os valores de conservação das ações antrópicas, considerando uma busca incessante de um saber ambiental como condição para distinguir os modos culturais de apropriação dos recursos naturais e da espoliação desordenada e desequilibrada dos agentes do processo produtivo.

Leff (2012, p. 17) reflete uma epistemologia ambiental e considera o ambiente, uma categoria a ser apreendida e construída para além dos “limites da racionalidade que sustenta a ciência”, envolvido num saber ambiental que articula as ciências, com a intenção de ter um “pensamento global e um método integrador do conhecimento disciplinar”, caracterizando o saber numa perspectiva da racionalidade ambiental e na externalidade do conhecimento, lançando olhares críticos para o contexto que se encontra o ambiente.

De acordo com Loose (2012), meio ambiente é um termo que ainda não tem muita clareza para maior parte do público, como é modismo utilizar a palavra até mesmo pelos empresários que agregam valor ao termo somente por uma questão comercial, sem a verdadeira preocupação com o que de fato ocorre em relação ao meio ambiente e atuação dos seres humanos na natureza, o que provoca até conflitos e ignorância no uso e compreensão do termo.

Loose (2012; 2010) destaca a forma como o meio ambiente é dissociado da vida de indivíduos. Alguns pensam o meio ambiente apenas relacionado à fauna e a flora, como algo a parte de si, desvinculado de sua realidade, o que impede maior conscientização e conhecimento dos problemas ambientais como fatores vinculados ao contexto social, político e econômico e no qual os indivíduos não se sentem parte desse processo.

A autora assevera que além desses deslizes em relação ao sentido do meio ambiente, algumas expressões são utilizadas como sinônimos, a exemplo de ecologia, ecossistemas, provocando distorções na compreensão do termo e divergências de ideias, o que ofusca a importância que o meio ambiente possui para o equilíbrio ecológico e a harmonia das relações homem e meio ambiente. Ainda dentro dessa perspectiva, Loose (2012; 2010) reflete que meio ambiente é apresentado como sinônimo de natureza, passando a visão de ideia de paisagem natural, mais conhecida em livros, filmes, simplificando ainda mais esse termo, pois a percepção de animais e vegetais constitui como se fosse todo o meio ambiente.

Loose (2012; 2010) destaca que há diversas definições de meio ambiente por estudiosos da área e muitas definições se embatem até em grupos comuns como políticos, biólogos, geógrafos, dependendo da intenção e dos valores. A autora, em sua pesquisa, toma como definição de meio ambiente a de Bueno¹⁰ (2007, p. 35):

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e as expressões/manifestações que garantem a sobrevivência humana (política, economia, etc.).

Na sua argumentação tal definição se enquadra mais com o jornalismo ambiental, por incorporar a complexidade e amplitude que encerra a temática ambiental. A partir do que expomos nas linhas anteriores, essa definição também se adequa à proposta de discussão da noção meio ambiente comungada nesta dissertação.

As visões de mundo são diferentes; cada uma representa seu ponto de vista, com seus determinados discursos, que não estão isolados, fazem parte de um contexto histórico, econômico e social, inserem-se em um campo ideológico com a presença de sujeitos de seus próprios discursos. Assim, ocorre na questão ambiental em que o discurso jornalístico se entrelaça nos discursos ambientais, fazendo parte desse processo de discussão nos veículos de comunicação da grande imprensa e da imprensa alternativa.

2.3.1 Discurso jornalístico e discurso ambiental

A questão ambiental está presente nos diversos discursos, sejam políticos, econômicos, sociais, e os meios de comunicação, sobretudo o campo jornalístico, têm

¹⁰Jornalista e pesquisador na área de jornalismo ambiental.

interferência direta ao evidenciar, enunciar um discurso sobre essa questão, cuja noção de meio ambiente e ecologia é exposta às vezes sem maior reflexão e profundidade. Nesse sentido, segundo Foucault (2008, p. 28), o discurso torna-se vago, frágil, desvinculado do processo de produção, “[...] um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro”, perpassando pelo que “não foi dito, jamais dito”, camuflando em seu interior toda visão mais crítica, sem dizer o que necessita ser dito.

A partir dessas proposições, os discursos são imbuídos de sentidos numa formação discursiva, na qual os sujeitos estão envolvidos, num contexto socioeconômico, cultural que tem em seu bojo elementos de uma ideologia com valores e princípios que representam classes sociais, além de ideais voltados para afirmação e resistência de tais classes.

Um conceito fundamental, proposto por Foucault (2008, p. 43), é o de formação discursiva, vista como “[...] número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos [...] se puder definir uma regularidade (ordem, correlações, posições e funcionamentos) [...]”. A formação discursiva envolve lugar de constituição dos sentidos, em que há uma relação de posições ideológicas e, essa formação; segundo Orlandi (2009, p. 43) se caracteriza “numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada”, definindo o que deve e pode ser dito.

Partindo desses pressupostos, as formações discursivas são influenciadas pelas formações ideológicas, visto que a ideologia é imanente ao discurso, e este é dirigido pela formação ideológica; então, o discurso transporta, seja ele um discurso econômico, histórico, ambiental, a marca ideológica na ocasião da enunciação. Desse modo, o enunciado dos discursos faz referência à sua formação discursiva.

A prática discursiva se insere no bojo das questões ambientais, cujo discurso, conforme Foucault (2008) é compreendido como espaço de tarefa da ‘produção dos sentidos’, ‘do dito e do conteúdo’. Desta feita, essa prática discursiva “não deve ser entendida como sistema fechado, mas como um processo dialético que ocorre em um espaço ou campo de troca entre os sentidos que se deslocam de acordo com as lutas ideológicas travadas nesse espaço” (PRESSLER, 2012, p. 86). Assim, constata-se que essa prática discursiva suscita a interdiscursividade e intertextualidade, que são suas essências.

O jornalismo, enquanto uma unidade de discurso tem sua legitimidade construída na imprensa; ele está envolvido num contexto histórico-político dos fatos, das notícias veiculadas em documentos impressos, nos suportes digitais que buscam inserção no mercado e nas

sociedades modernas. No entanto, o discurso jornalístico não está num espaço tranquilo, pois os problemas colocados podem ser questionados, outros podem ser levantados, sua estrutura, suas transformações, coerências podem ser interrogadas, ou seja, na visão de Foucault (2008, p. 29), “[...] exigem uma teoria, e que essa teoria não pode ser elaborada sem que apareça, em sua pureza não-sintética, o campo dos fatos do discurso a partir do qual são construídas”, inculcando, dessa forma, um processo de continuidade, transformação, de análise histórica e de problemas teóricos.

Portanto, nessa unidade de discurso será possível observar que normas foram seguidas para um enunciado ser construído? Que outros enunciados poderiam ser construídos? Por que surge um enunciado determinado, e não outro? Essas são questões que aparecem dentro da problemática ambiental na Amazônia, veiculadas, sobretudo, na mídia impressa, entre jornais, telejornais, e também de forma diferente na chamada imprensa alternativa.

Na imprensa alternativa, se percebe o discurso jornalístico sobre a temática ambiental de maneira diferenciada, em que se tenta noticiar aspectos diferentes, críticos do que não foi exposto pela imprensa hegemônica, tradicional. O jornalismo alternativo busca, principalmente, emitir uma opinião crítica, dar uma visão mais aprofundada dos fatos, inculcando, desse modo, enunciados mais contundentes, muitas vezes contrapondo-se aos dados fornecidos pela imprensa convencional, objetivando fornecer aos leitores e telespectadores, uma opinião, uma ideia mais rigorosa, mais sólida e crítica dos fatos.

Nesse sentido, o discurso ambiental passa por uma descrição de acontecimentos que envolvem todo um processo de ações e fatos que precisam ser discutidos dentro de uma visão mais ampla, num contexto histórico, social, num campo dos acontecimentos discursivos, no qual o estudo proposto se deterá no discurso sobre o desmatamento, como ele é enunciado, construído, como se manifesta, se constitui, visto que:

[...] trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível o interstício das linhas escritas e, as vezes, as desarruma.[...]. A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência [...] (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Em razão disso, o discurso ambiental e o discurso jornalístico estão de forma intrinsecamente, relacionados, manifestos, e mesmo que estreitamente devedor de outro discurso, ocupam um lugar no meio de outros, envolvendo a análise de condição de sua existência, no modo como diz os fatos de uma posição, como exclui determinados fatos, qual

a intenção de sua atividade, de sua fala, qual seu modo de enunciação e suas relações ideológicas com esses enunciados.

O enunciado é um conceito também trabalhado por Foucault (2008, p. 96-99), que assim o define:

[...]. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...]; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida pela análise ou pela intuição [...], o enunciado não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Dessa forma, a definição de enunciado não tem uma característica própria, um adequado significado, o enunciado, não é uma unidade, é uma função que se apresenta no ato de falar dos sujeitos, no qual constitui um ato complexo de análise e de limitação. Tal função precisa ser descrita em suas condições, em sua atividade, nas normas que a comandam, no campo que se exercita e, na existência dos signos traçados, produzidos.

Outro conceito destacado por Foucault (2008) refere-se ao sujeito do discurso e os processos de regulação. Os sujeitos do discurso ocupam posições a partir dos “modos de enunciação”, modos estes relacionados ao domínio do sujeito em relação ao objeto falado, tendo como pressuposto que os discursos não são soltos, são subordinados aos procedimentos de organização, envolvendo as condições de existência dos enunciados e os processos de regulação e de delimitação do discurso.

As condições de existência dos discursos se envolvem no plano dos enunciados propriamente produzidos, que estão inseridos dentro da prática discursiva. Segundo Foucault (2008, p. 136), ela encerra “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, em dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. A função enunciativa ao ser exercitada envolve as relações dos discursos entre os sujeitos e seus respectivos sentidos.

Nos discursos os sentidos são expostos, o que não é diferente do discurso jornalístico por mais que prime pela objetividade. Nas matérias, notícias, os diversos sentidos que um assunto produz são consequências de uma ideologia dos sujeitos da linguagem envolvidos nesse discurso; para Orlandi (2009, p. 96), “a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo, reúne sujeito e sentido”. Tais sentidos não estão

isolados, eles estão inseridos numa realidade e são mutáveis, conforme fatores histórico-sociais de uma formação histórica de quem os produzem.

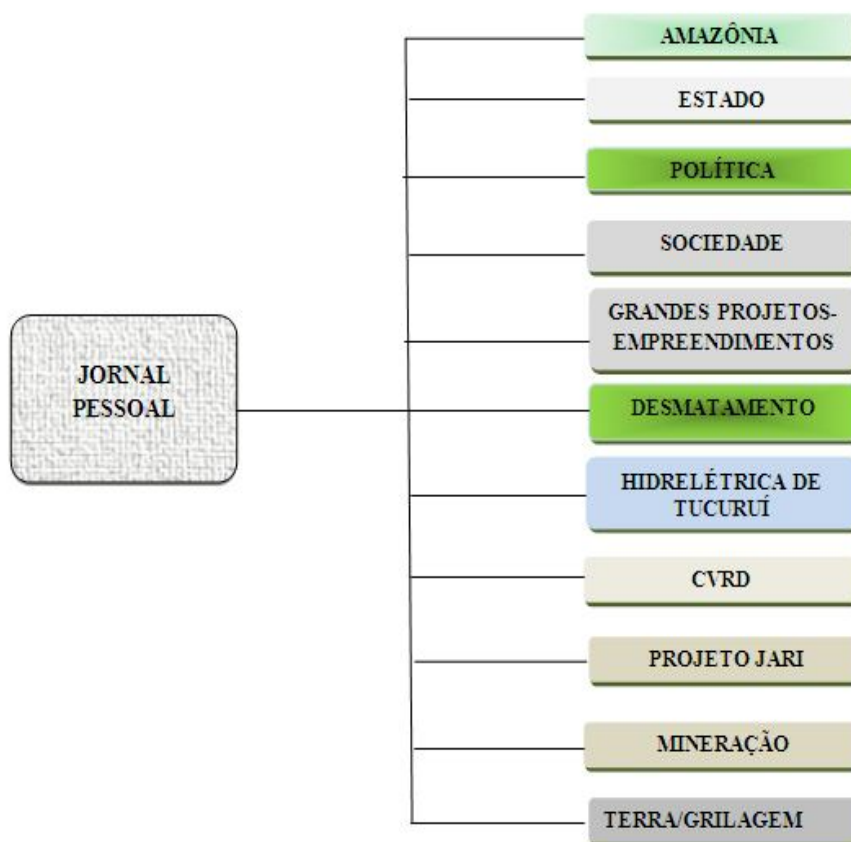
Loose (2012, p. 7) enfatiza que os discursos ambientais, integrantes da “significação simbólica do cotidiano” são apoiados em outros sentidos que se aproximam dos elementos econômicos, biológicos, culturais. As notícias, matérias de caráter ambiental veiculadas em meios de comunicação, sejam impressos ou não, são baseadas em dados das fontes de informação ou nas abordagens que a pauta fornece, no entanto, os sentidos intrínsecos aos discursos aparecem nos debates e nas falas dos produtores, e assim os sujeitos desses discursos permeiam os textos e suas respectivas temáticas.

3 “JORNAL PESSOAL” DE LÚCIO FLÁVIO PINTO

Discorrer acerca do Jornal Pessoal implica num desafio, em grande responsabilidade, mas, ao mesmo tempo satisfação em tê-lo como nosso objeto de estudo empírico. Essa fonte é tão simples na sua forma de apresentação, no seu formato, sem ilustrações coloridas, porém, tão intenso na sua forma de discorrer e discutir fatos tão emblemáticos, profundos na análise acerca de questões da Amazônia. Dificilmente há quem passe por ele sem se inquietar com a exposição dos fatos, de temas, muitas vezes veiculados na imprensa tradicional, no entanto, sem maiores aprofundamentos, ou de forma camuflada e\ou deturpada.

A agenda do Jornal Pessoal aborda variados assuntos, como política, imprensa, conjuntura amazônica, sociedade, grandes projetos - empreendimentos, questões ambientais amazônicas, entre outros. O esquema abaixo mostra uma parte dessa agenda.

Figura 1 - Jornal Pessoal e seu agendamento.



Fonte: Elaboração própria (2013).

A reflexão envolvendo problemas da Amazônia de natureza política, econômica, social, ambiental é realizada com seriedade, veracidade, baseada numa formação teórica densa e compenetrada em fontes oficiais, científicas. Revela-se nele o conhecimento acumulado ao longo dos 48 anos de jornalismo do editor do periódico, além das andanças do mesmo pelo interior da Amazônia, em que testemunhou, identificou diversos acontecimentos, quando esteve naquele local, no momento que ocorriam os fatos, a exemplo da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

É notório que o Jornal Pessoal pratica um jornalismo crítico e independente, fugindo aos padrões da imprensa tradicional, hegemônica. Seu editor, segundo Veloso (2011), passou da condição de “mediador da informação” para exercer a função de “voz especializada” da Amazônia, o que comprova em seu estudo de tese, quando da leitura integral de 401 edições do periódico.

Conforme Veloso (2011, p. 15), a experiência do editor, tanto na imprensa tradicional quanto na imprensa alternativa na década de 1970 e 1980, concomitante com a “formação de uma consciência do ‘ser amazônida’, estão na raiz” da relevante e longínqua prática do jornalismo alternativo. O Jornal Pessoal, que resiste ao longo da história da imprensa paraense, apesar dos percalços que enfrenta no decorrer de sua trajetória, não deixou de combater, mas, segue modificando o cenário amazônico por meio de seu compromisso com a veiculação das notícias acerca dos problemas que afligem a região, fornecendo um entendimento privilegiado dessa realidade.

De acordo, com Veloso (2011, p. 2), essa experiência alternativa, não se deve só pelo formato, e por não aceitar anúncios, sendo uma produção independente de financiamentos comerciais, empresariais, mas a forma como são propostos os temas, “cuja abordagem e profundidade se contrapõem frontalmente ao agendamento proposto pela imprensa de massa do Pará”. O Jornal Pessoal, desse modo caracteriza-se num formato único e ímpar no jornalismo paraense em plena época de democracia e liberdade de expressão.

Para situar a emergência do Jornal Pessoal, é preciso ler sua genealogia na década de 1970 quando surge o Bandeira 3, publicado em meados de 1975. Este jornal alternativo circulou no período do regime militar, era dirigido por Lúcio Flávio Pinto e por alguns jornalistas paraenses. Era inspirado no O Pasquim, do Rio de Janeiro. Tinha 24 páginas, impressão em *offset*, tiragem de dois mil exemplares.

O projeto do Bandeira 3 ocorreu concomitante com a implantação da sucursal de O Estado de São Paulo na região amazônica. Conforme Veloso (2011), o alternativo, assim como O Pasquim, trazia humor, críticas, entrevistas, além de ser o primeiro alternativo da

imprensa paraense durante a ditadura militar. Infelizmente, sua duração foi curta, publicou apenas sete números. A ausência de publicidade foi um dos fatores para esse período curto. Apesar, de ter sido efêmero, o *Bandeira 3* foi laboratório para os iniciantes na carreira jornalística paraense.

Reportagens publicadas no Estado de São Paulo na década de 1970 produzidas pela sucursal em Belém abordavam temas da construção da Transamazônica, Projeto Grande Carajás (PGC), Garimpos e conflitos na Serra Pelada, Projeto Jari. Essas reportagens e o acervo do Estado de São Paulo devem fazer parte de consulta para quaisquer pesquisadores que estejam estudando a história da Amazônia nesse período.

O *Jornal Pessoal* foi inspirado na experiência de o *I. F. Stone's Weelky* (IFW), semanário norte americano, autoria do jornalista Isidore Feinstein Stone¹¹. O *I.F.Stone's Weelky* circulou nos Estados Unidos por cerca de 18 anos, compreendendo o período de 1953 a 1971. O periódico tornou-se um ícone na imprensa Americana, fazendo de Stone um exímio combatente dessa imprensa.

A primeira edição do *Jornal Pessoal* foi lançada na primeira quinzena de setembro de 1987, com a manchete: “Caso Fonteles: um crime bem planejado”, fazendo referência ao assassinato de Paulo Fonteles, ex-deputado estadual na época, um dos maiores crimes ocorridos no Pará; o periódico levou três meses para desvendar esse enigma.

A reportagem deveria ser publicada no *O Liberal*, onde na época Lúcio Flávio Pinto trabalhava, ele solicitou a diretora do periódico que publicasse a investigação, no entanto, a reportagem trazia dois nomes de anunciantes do *Jornal*, por isso, a publicação foi vetada. Todavia, a tipografia do jornal acabou imprimindo a primeira edição do *Jornal Pessoal*.

¹¹Conhecido também como *Izzy Stone*. Publicou IFW aos 45 anos de idade e tinha 26 de jornalismo (PINTO, 2012h).

Imagem 7 - Edição n. 1 do Jornal Pessoal - Assassinato de Paulo Fonteles (1987).



"gerente do complexo residencial das empresas estabelecido na margem da BR-316", no divisa do Pará com o Maranhão, como declarou num inquérito policial. Ali, numa gleba chamada Cidápolis, com pretensões sobre um terço do município de Vitor, empresas como a Agropastoral Grapiá, Comercial do Pará, Cooperação e Propagro, tendo como carro-chefe o Banco Denasa de Investimentos (ao qual o ex-presidente Juscelino Kubitschek esteve ligado), operavam judicialmente com o Estado — que considerava os terrenos devolutos — e no dia a dia, com quase 10 mil famílias de posseiros com ocupação antiga no área.

Muitos conflitos e vários mortos ocorreram durante os confrontos foram debilitados na conta de Vitor Lopes. Andando às vezes com 50 homens, sempre fortemente armado (com pistolas 7.65 ou metralhadoras), usava motocicleta ou helicóptero, trajando uniforme de camuflagem, não foi difícil para ele passar o seu trabalho como capôlo James. Tinha estabelecido seu domínio no área e não surgia em seu caminho outro bando com propósitos conflitantes.

Quintino do Silveira, um colabo do regime, também queria ser o dono do local, mas estava de outro cliente, o dos lavradores, para os quais passou a ser uma espécie de Robin Hood, que tirava dos ricos para dar aos pobres, (embora com uma adaptação moderna: cobrando contatos). O "capôlo" James e o "gatilheiro" Quintino testaram sucessivamente suas forças nos conflitos de mata, mas quem pôs fim à contenda foi um terceiro personagem, o Polícia Militar, não sem a orientação de um dos contendores. Quintino foi morto a 4 de janeiro de 1983 com um tiro de fuzil pelas costas, depois de cair numa armadilha.

Mas James não poderia comemorar pessoalmente essa vitória. Preocupado com o grau de independência que ele havia conferido a si mesmo, passando a prestar serviços para várias empresas ou agindo por conta própria, a Propagro — que teria sofrido "presenças governamentais", segundo o próprio James — despediu os serviços do seu chefe de segurança e ele voltou para São Paulo. No retorno ele deu o que os senhores chamam de "volta por cima".

James foi do aeroporto para o Hilton, o único hotel de luxo da cidade. Ligou para o subalterno que lhe impediu o conhecimento do que permanecia sendo uma hipótese o completo elucidação, pois primeiro vez em muitos anos, de um crime político.

Fonte: University of Flórida Digital Collection (2013).

A partir dessa data, surgiu na imprensa paraense um dos veículos de comunicação mais instigante da história do jornalismo na Amazônia. Destaca-se na divulgação de acontecimentos que a imprensa oficial deixa de veicular, o que foi um dos motivos para que Lúcio Flávio Pinto criasse o Jornal Pessoal, pois não encontrava nesses veículos as notícias que considerava mais importantes. Segundo o próprio jornalista, ele não faz reportagens, artigos, notícias, o que ele faz são análises, auditoragem dos fatos:

[...] *Eu quero os fatos, enquanto eu não tiver, eu vou atrás. Durante anos e anos eu fui atrás de quanto custou a PA 150, umas das estradas mais caras do Brasil de tanta corrupção. Depois de vários anos eu tive a forma. Porque a Andrade Gutierrez que construiu entrou com uma ação contra o governo pra ter o valor exato do que ela tinha gasto lá. E aí ela cedeu tudo, mas só que tudo eram seis volumes, 1800 páginas. Eu li as 1800 páginas durante uma semana, indo ao cartório do Tribunal onde estava o processo e escrevi um artigo na primeira página do Jornal Pessoal. A PA 150 custou um bilhão e meio de milhões de dólares. Aí eu provei. Enquanto eu não tinha esse fato, eu nunca disse quanto custou a PA 150 (Informação verbal).*¹²

Lúcio Flávio Pinto, defensor ferrenho de uma Amazônia desvinculada da condição colonial, além de advogar por investimentos em pesquisas e tecnologias como forma de

¹²Entrevista concedida a autora, em junho de 2013.

desvencilhar de heranças históricas, dá voz à problemática amazônica e ao desenvolvimento, com maestria, desenvoltura, sagacidade.

Como jornalista, trabalhou no Estado de São Paulo, O Liberal (Pará) (década de 1970), dentre outros. O jornalista possui uma trajetória do jornalismo alternativo, pois resolveu sair da imprensa tradicional, hegemônica para adentrar no caminho do jornalismo alternativo, com integridade e compromisso com a Amazônia na busca constante de apresentar uma realidade complexa com transparência e veemência, democratizando o acesso à informação de forma crítica e séria, com os leitores, na apuração legítima dos acontecimentos.

Em dezembro de 2013, o Jornal Pessoal, publicado em Belém/PA, estava na 551 edição; sua periodicidade é quinzenal, não aceita anúncios publicitários, seu formato é em tamanho ofício, impresso em papel linha d'água, possui 16 páginas, antes, circulava com 12, sem cores, tiragem de dois mil exemplares. Atualmente, cada exemplar custa R\$ 5,00.

Conforme Veloso (2012), o nome do periódico mostra a atividade quase solitária na produção do jornal, com exceção de Luiz Pinto, diagramador e ilustrador do JP, é irmão do jornalista. A origem do título da publicação vem de uma coluna que Lúcio Flávio escrevia para jornais paraenses na década de 1970. Primeiramente, publicava no Jornal a Província do Pará, mais adiante, em 1973, no O Liberal, pois na Província estava recebendo cortes em seus textos, daí o aceite em publicar no O Liberal.

O título “Jornal Pessoal” demonstra um projeto de vida pautado na “individualidade”, daí uma condição para ser imprensa alternativa como pontua Veloso (2012, p. 8). Os conhecimentos e a experiência do jornalista passam a credibilidade construída com o leitor, em que os longos anos de jornalismo transmitem confiança e responsabilidade na análise dos fatos.

Em 2013 o Jornal Pessoal completou 26 anos de existência, marcado por lutas, grandes análises, alegrias e também 33 processos judiciais movidos por pessoas, grupo de telecomunicações, políticos, juristas e pessoas que vêm seus atos e ações vir a público pelas páginas do periódico alternativo que não deixa de denunciar as ilegalidades praticadas.

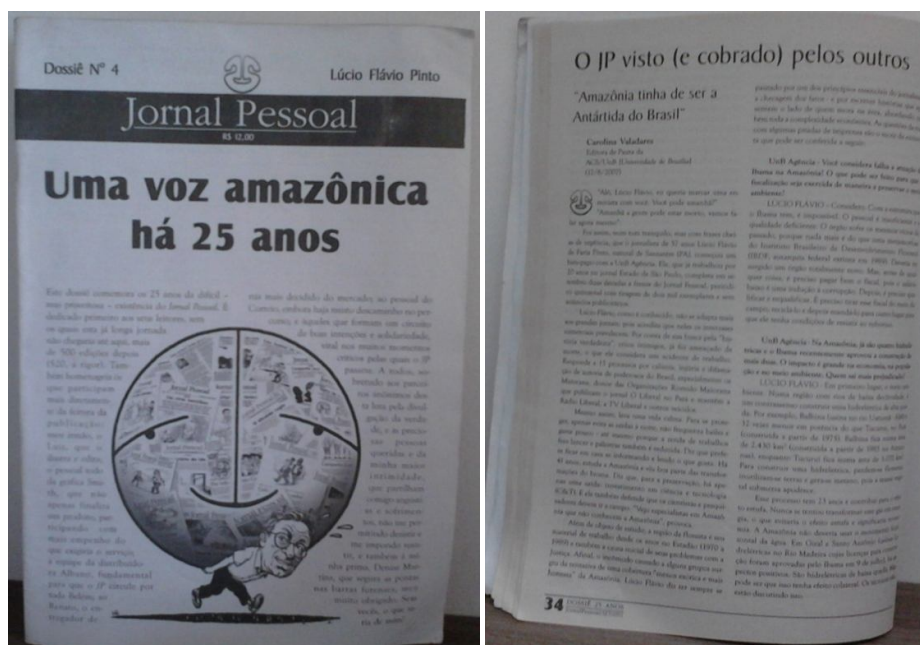
Um dos processos enfrentados pelo jornalista refere-se às denúncias de apropriação e fraude de posse de terra pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, que moveu outro processo contra o editor do Jornal, havia intitulado o empresário de “pirata fundiário”, cujo processo condenou Lúcio Flávio ao pagamento de R\$ 8 mil ao empresário, logo depois a Polícia Federal comprovou a grilagem, entretanto, o processo já havia prescrito.

Conforme comentário de Fraga (2012) em *Journalism in the Americas* outro processo relaciona-se a reportagem publicada no JP em 2005, cujo título chamou-se o “O rei da

quitanda”, a qual relatava parte da história de uma das maiores empresas de meio de comunicações da região norte brasileira e acusa o proprietário de utilizar empresas para pressionar os anunciantes. Esse processo resultou no pagamento de R\$ 410 mil ao dono da empresa de comunicação e a Delta publicidade. Além desse processo, há mais 19 ações criminais e cíveis contra o jornalista pelos herdeiros das Organizações Rômulo Maiorana.

Entretanto, o jornal alternativo resiste na grande imprensa, é reconhecido nacional e internacionalmente. Veloso (2012, p.11) aponta que o Jornal Pessoal, sendo realizado por uma pessoa só, se ampara na força e qualidade da argumentação do editor, uma vez que o JP é um “produto intelectual na esfera pública paraense”. O que o próprio Lúcio Flávio diz ser “uma pedra no sapato”, ou seja, assuntos que não são tratados na grande imprensa vão aparecer no Jornal Pessoal, e se houver algo errado, virá à tona, e assim, o JP caminha com seriedade na apuração dos fatos. Abaixo, capa do dossiê de 25 anos do periódico, no qual trouxe uma série de entrevistas, homenagens, análises dedicadas à Amazônia ao longo desses anos.

Imagem 8 - Capa do Dossiê 25 anos do Jornal Pessoal.



Fonte: Pinto, L., (2012h).

O Jornal Pessoal não possui assinatura, é vendido em bancas de revista na cidade de Belém. No entanto, o periódico mantém cortesias, com destino a lugares fora de Belém e para outros estados. Segundo o editor do Jornal, as pessoas que recebem as cortesias já solicitaram a substituição da cortesia para a assinatura, porém, o periódico não tem como oferecer tal serviço.

A partir dessas informações, se percebe que alguns leitores do JP são pessoas que não residem na capital paraense ou/e são também fora do território do Pará e do Brasil. Então, nos questionamos: quem são esses leitores? Seriam jornalistas, amigos distantes? Admiradores dos jornalistas? Instituições que teriam interesse em saber o que está sendo escrito, veiculado nas páginas do JP? Seriam leitores assíduos ou leitores que esporadicamente acompanham as notícias editadas?

Quem seria o leitor do Jornal Pessoal? Qual seria o perfil dele? Quem lê realmente o periódico? “As informações e análises chegam ao conhecimento do grande público, em especial o amazônico”? Benedito Carvalho Filho (Manaus) levanta este questionamento, e comenta geralmente as matérias do JP na seção *ombudsman*¹³ do próprio Jornal Pessoal.

Carvalho Filho (2013) faz duas suposições em relação a quem não lê o JP. A primeira refere-se que nem mesmo a camada mais instruída da população lê o jornal, isto porque, na visão de Carvalho Filho (2013), parte dessa população, às vezes, não concorda com o editor e com sua linha editorial, outra parte, o qual ele considera a maioria, não lê porque desconhece a existência do jornal.

São perguntas que não se têm respostas prontas, precisam ser investigadas. Todavia, não foi proposta e nem foi objetivo da dissertação verificar essa questão, todavia, é um estudo que pode ser posteriormente realizado com pesquisa de campo e aporte teórico no sentido de embasar essa discussão.

Entretanto, aqui fazemos breves comentários em relação ao perfil do leitor do JP. Por meio da seção cartas presente no periódico, o jornalista fornece espaço para os leitores comentarem as matérias, assim como exercer o direito à crítica, o direito de respostas; o editor do jornal permite, incentiva o espaço para o exercício da democracia da informação, assim como, desempenha a chamada metalinguagem jornalística, contribuindo dessa forma para o debate acerca do jornalismo exercido e de discussões relevantes para a tomada de uma consciência crítica em relação aos problemas que tanto afligem à Amazônia brasileira.

Notadamente a existência do Jornal Pessoal ao longo de seus 26 anos permeia também a permanência de leitores, porque sem leitor o jornal sem dúvida deixaria de existir, como Carvalho Filho (2013) conclui em um de seus comentários, agradecendo a existência do JP, e por ele incomodar, fustigar, retirar da mesmice do cotidiano e inserir abordagens novas na conjuntura que vivemos.

¹³ Termo usado na imprensa para instituir o representante dos leitores dentro de um jornal e faz crítica interna do jornal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

3.1 Prêmios, publicações e a trajetória em universidades

Lúcio Flávio Pinto e o Jornal Pessoal obtiveram reconhecimento público e externo, visto que seu jornalismo é pautado na seriedade. Independente, crítico, o Jornal Pessoal, e respectivamente seu editor Lúcio Flávio Pinto, ganharam quatro prêmios Esso de Jornalismo, dois da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Em 1989, o prêmio FENAJ foi atribuído pela matéria inaugural do Jornal Pessoal, referente ao assassinato de Paulo Fonteles, e o segundo relacionado ao Jornal Pessoal “como melhor publicação alternativa do Norte e Nordeste do País. No ano de 1997 recebeu o prêmio *O Colombe d' Oro per la pace*, prêmio criado com a finalidade de incentivar a defesa dos direitos humanos e pelo combate ao desarmamento. Foi o primeiro jornalista fora da Europa a ganhar esse prêmio.

No ano de 2004, houve a homenagem do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o jornalista recebeu um diploma por seus escritos, estudos acerca da Amazônia. Segundo o jornalista, isso revigorou a relação afetiva e intelectual com o órgão, desde 1966, quando cobriu como repórter da Província do Pará o I Simpósio Internacional sobre a Biota Amazônica, no qual se comemorou 100 anos da instituição.

Outro prêmio recebido foi da Associação Internacional da Liberdade de Imprensa, dado pelo *Comite to Protect Journalist* (CPJ), em novembro de 2005. A cerimônia do prêmio ocorreu em Nova York. Na época, o jornalista não compareceu em função dos processos judiciais que responde, quem o representou foi sua filha Juliana, que leu o discurso preparado pelo jornalista no momento da entrega do prêmio.

Outra homenagem foi realizada pela SBPC, na 59^a Reunião da Sociedade, que ocorreu em Belém, Pará, em 2007. No evento, a homenagem especial foi prestada ao jornalista, recebida do presidente da Sociedade, Ennio Candotti, quem ressaltou a grande importância do jornalista para a comunicação na Amazônia e pela função que o jornalista desenvolve na divulgação de informações a favor da justiça e verdade.

No ano de 2012, Lúcio Flávio Pinto, juntamente com o jornalista Alberto Dines, recebeu o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos¹⁴. Esse prêmio é conferido por uma comissão julgadora formada por membros de vários órgãos de defesa de direitos humanos e de comunicação, apreciando trabalhos realizados por jornalistas brasileiros

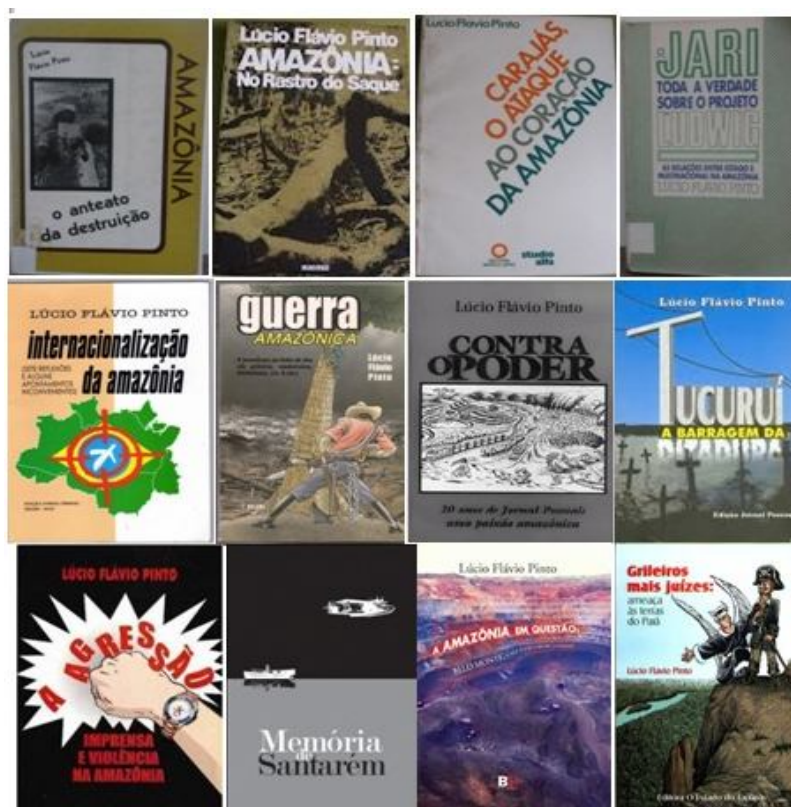
¹⁴Esse prêmio é promovido pelos órgãos: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; ABRAJI; do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo; FENAJ; da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Instituto Vladimir Herzog, entre outros.

em categorias como: documentário de TV e reportagem de TV, artes, menores abandonados em rua, fotografia, internet, jornal, rádio, revista, entre outros.

Nesse mesmo ano, o jornalista foi contemplado com o Prêmio da Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil (ACIE), responsável pela criação, em 1989, do Prêmio Imprensa Estrangeira. Cerca de 22 países e 91 veículos de comunicação fizeram a seleção. Lúcio Flávio foi o primeiro jornalista da Amazônia a receber esse prêmio que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 2013. Segundo Pinto, L., (2013), até 2003 o prêmio estava mais direcionado para autoridades, a partir de 2004 passou a contemplar jornalistas destacados na imprensa nacional.

O editor do Jornal tem diversos artigos publicados em revistas nacionais, assim como várias obras, todas referentes à Amazônia, obras que contribuem para o conhecimento da região; possui livros em co-autoria, a exemplo, “Amazônia decifrada”. Sua obra assim como também o editor são objeto de estudo de diversas universidades, institutos nacionais e internacionais. A Universidade da Flórida digitalizou quase todas as edições do Jornal Pessoal, o que o torna acessível no meio *on line*. A seguir capas dos livros escritos sob a pena do jornalista.

Imagem 9 - Capas de obras publicadas de 1977-2012.



Fonte: Blogs jornalcatarse; sergiobastos; Com adaptações da autora (2013).

Sem dúvida, as obras do jornalista são referências na problemática amazônica. Sua experiência jornalística, pautada na luta e defesa de causas públicas na região, apresenta um complexo cenário sociopolítico, econômico e ambiental amazônico, além de uma reflexão crítica baseada em princípios éticos de um jornalismo voltado para o social.

Por sua vez, o arcabouço teórico, decorre da formação sociológica, de suas atividades acadêmicas quanto aluno do mestrado na Universidade de São Paulo, além do vasto conhecimento, como próprio jornalista denomina de “conhecimento de vanguarda”, e pelo capital social, cultural adquirido ao longo de seus 30 anos de atividades na grande imprensa. Abaixo, quadro demonstrativo da cronologia das obras escritas ao longo de sua carreira.

Quadro 4 - Cronologia das obras publicadas de Lúcio Flávio Pinto.

Ordem	Título	Ano
1)	Amazônia, o anteato da destruição. Belém: Grafisa. 372 p.	1977
2)	Amazônia: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec. 219 p.	1980
3)	Carajás, o ataque ao coração da Amazônia. São Paulo: Marco Zero. 112 p.	1982
4)	Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. São Paulo: Marco Zero. 219 p.	1984
5)	Amazônia, a fronteira do caos. Belém: Edição do autor. 159 p.	1991
6)	Amazônia, o século perdido. Belém: Jornal Pessoal. 160 p.	1992
7)	Panará. Belém: Edição Jornal Pessoal. 168 p.	1997
8)	Internacionalização da Amazônia. Belém: Jornal Pessoal. 57 p.	2002.
9)	Hidrelétricas na Amazônia. Belém: Jornal Pessoal. 124 p.	2002
10)	CVRD: a sigla do enclave na Amazônia. Belém: Cejup. 256 p.	2003
11)	Guerra amazônica. Belém, Edição Jornal Pessoal. 300 p.	2005
12)	O jornalismo na linha de tiro. Belém: Jornal Pessoal. 530 p.	2006
13)	Contra o poder. Belém: Jornal Pessoal. 278 p.	2007
14)	A agressão. Belém: Jornal Pessoal. 183 p.	2008
15)	Memória do cotidiano 1 (Belém quase de ontem). Belém: Jornal Pessoal. 225 p.	2008
16)	Memória do cotidiano 2. Belém: Jornal Pessoal. 225 p	2009
17)	A história censurada: o Pará de nossos dias. Belém: Jornal Pessoal. 123 p.	2009
18)	Memória do cotidiano 3. Belém: Jornal Pessoal. 145 p.	2010
19)	Memória de Santarém. Santarém, Pa: O Estado do Tapajós. 342 p.	2010
20)	Memória do cotidiano 4. Belém: Jornal Pessoal. 155 p.	2011
21)	Tucuruí, a barragem da ditadura. Belém: Jornal. 257 p.	2011
22)	Amazônia em questão: Belo Monte... São Paulo: B4 Editores; Saraiva. 307 p.	2012
23)	Memória do cotidiano 5 (A Belém do séc. XX). Belém: Jornal Pessoal. 149 p.	2012

Fonte: Elaboração própria (2013).

Lúcio Flávio Pinto foi pesquisador visitante no período de 1989 a 1990 no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. O convite partiu do professor Jean Hébette, juntamente com Raul Navegantes. O jornalista no Núcleo iria processar e organizar uma parte de seus documentos primários, a exemplo de centenas de cadernos de anotações, sistematizar um banco de dados de sua produção acerca da Amazônia, além disso, iria aprofundar

pesquisas que o exercício da atividade jornalística muitas vezes não permitia pela ausência de tempo.

Segundo o jornalista, no início o ambiente foi propício e agradável, entretanto, por disputas internas entre os professores do Núcleo, esse ambiente tornou-se inviável; o jornalista optou por exercer a docência no curso de comunicação, no Departamento de Comunicação Social do Centro de Letras e Artes da mesma Universidade, onde permaneceu por sete anos, correspondendo aos anos de 1991-1998.

Essa oportunidade de ser pesquisador visitante, o jornalista, tivera no período de 1983-1984, no Centro de Estudos Latino-Americanos na Universidade da Flórida, em *Gainesville* (E.U.A), quando também foi por meio de bolsa de estudo pesquisador visitante nesse Centro. Uma das atividades exercida era estudar e também dialogar com os alunos dessa Universidade; para Lúcio foi uma experiência única, um paraíso, momento importante e compensador na vida dele.

Durante esse período no curso de comunicação Lúcio Flávio Pinto perseguia um objetivo que era buscar jornalistas para atuarem na linha de frente da grande imprensa; entretanto, apesar de se deparar com discentes capazes e talentosos, não conseguiu encontrar um com o perfil de jornalista. Avaliando, o quanto essa atividade de docente estava consumindo muito seu tempo e o fazia afastar-se dos fatos, interferindo de certa forma na produção do Jornal Pessoal, ele resolveu abdicar desse ofício e deixou de ministrar aulas.

No curso de comunicação, lecionava quase todas as disciplinas, com exceção de Teoria da comunicação, haja vista que o editor do JP, tinha o objetivo de formar jornalistas, ele pensava que a “teoria” não era tão necessária, e muitas vezes, poderia ser importante para análise do jornalismo, porém, não para aqueles que o produzem. Neste sentido, o editor tem opinião acerca dos cursos de jornalismo e da exigência do diploma para exercer a profissão de jornalista.

Nos anos de 1978 a 1980 exerceu o cargo de presidente no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Pará. O jornalista sempre é convidado para realizar palestras, mesas redondas, participar de fóruns tanto no Brasil quanto no exterior. As palestras são realizadas desde 1969, chegando para mais de 500 palestras. Ele considera que não por meio da escrita, mas também por meio do discurso se empenha na defesa da Amazônia. No tópico seguinte, apresentamos um pouco da história do jornalista na grande imprensa.

3.2 O Editor do Jornal Pessoal e o percurso na grande imprensa

Nascido em Santarém, Pará, em 1949, o jornalista Lúcio Flávio Pinto veio ainda menino para a cidade de Belém, onde atualmente mora. Seus pais eram Elias Ribeiro Pinto e Iraci de Farias Pinto. O pai era radialista, político em Santarém, proprietário do Jornal O Baixo Amazonas. Em 1955, Elias Pinto, elegeu-se deputado estadual, ano que trouxe sua família para Belém, depois foi prefeito de Santarém em 1966. Lúcio Flávio Pinto, de certa forma teve influência do pai para adentrar na carreira jornalística com mais quatro irmãos que também atuam na profissão. Antes de entrar no jornalismo convencional, teve suas experiências jornalísticas ainda na adolescência, pois fez os jornais de classe, clube, bairro.

Sua carreira de jornalística iniciou em 1966, aos 16 anos, no Jornal A Província do Pará, no qual exerceu a função de repórter, cargo conquistado graças a um artigo sobre a Segunda Guerra Mundial, a pedido do diretor de redação do Jornal, Cláudio Augusto de Sá Leal, escrito em quatro laudas. O diretor aprovou o texto e resolveu publicá-lo no dia seguinte no Jornal; naquele dia se comemorava o aniversário da Segunda Guerra Mundial.

Um ano depois, foi para o Rio de Janeiro trabalhar no Correio da Manhã. Depois retornou para o Pará como editor do Jornal a Província do Pará, embora também exercesse as funções de repórter, secretário de redação e pauteiro. Em 1969, aos 19 anos se muda para a cidade de São Paulo, para trabalhar e estudar. Essa decisão foi tomada depois da publicação do Ato Institucional n. 5, instituído pelo governo Arthur Costa e Silva, e assinado no Pará pelo então governador na época Jarbas Passarinho.

Desde então, seu profissionalismo invadiu as páginas de diversos semanários, como: Correio da Manhã, Diário da Noite, Veja, Isto é, Jornal da República, Realidade, O Estado de São Paulo entre outros. Pela Revista Realidade recebeu o Prêmio Esso de Reportagem de 1971. O Prêmio foi em função da edição especial sobre a Amazônia, dirigida pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, que resultou numa publicação de 400 páginas com tiragem de 450 mil exemplares.

A carreira de Lúcio Flávio Pinto se consolidou no Jornal O Estado de São Paulo. Antes de fazer parte da equipe do Jornal, trabalhou na Rádio Eldorado, propriedade também do Grupo Mesquita. No período de 1971 a 1988, era repórter do Jornal, na época, um dos maiores jornais da grande imprensa brasileira. Formou-se em Sociologia em 1973 pela USP. Também na própria USP, iniciou seu curso de mestrado, os créditos foram concluídos, porém sua dissertação que seria transformada em tese de doutorado, não foi concluída. O que não traz arrependimento e nem lamento ao editor do JP.

Essa formação possibilitou ao jornalista aperfeiçoar sua metodologia de trabalho, baseada no rigor exato dos dados, na apuração e disseminação de fatos relevantes e também em seu arcabouço teórico, com leitura de clássicos das Ciências Sociais nacional e internacional.

O jornalista ao mesmo tempo em que estava engajado na grande imprensa, também se filiou à imprensa alternativa, com as publicações Opinião, Movimento, Ex e Versus, até porque precisava publicar as reportagens que eram vetadas pelo Estado de São Paulo. Essa necessidade veio do próprio método de jornalismo que Lúcio Flávio Pinto exerce ao apurar os fatos com veemência, seriedade, e tentar conciliar as demandas da sociedade com os ócios do ofício.

Dessa forma, o jornalista pode transitar entre a grande imprensa e a imprensa alternativa, naquela, tinha o aparato de uma redação estruturada, porém, com caráter censório, e noutra livre, enquanto a censura consentia, possibilitando a divulgação de acontecimentos, informações, que a grande imprensa proibia de anunciar, assim, o jornalista chegou a publicar várias notícias nos periódicos, Opinião, Movimento e outros.

O jornalista trabalhou por 18 anos no Jornal O Estado de São Paulo. Em 1974 apresentou uma proposta ao então diretor das sucursais do Jornal, Raul Martins Bastos. A proposta era criar uma sucursal, rede de correspondentes na Amazônia, com sede no Pará. E assim, Lúcio Flávio Pinto, dirigiu uma equipe de jornalistas gabaritados entre eles, Elson Martins, Sergio Buarque, Raimundo José Pinto, Eliana Lucena, Raimundo Costa, entre outros.

Conforme Veloso (2011) a coluna também fez parte em 1972, na Província do Pará, que publicava os artigos enviados pelo jornalista de São Paulo, como esses artigos estavam passando por cortes, Lúcio Flávio Pinto resolveu em 1973, aceitar a proposta para escrever essa coluna no O Liberal. No periódico, Lúcio Flávio Pinto, escrevia na Coluna Repórter 70, umas das colunas mais conceituadas do Jornal, além de ter uma coluna diária, o Informe Amazônico, abordando temas da região.

Mais adiante, em 1980, o jornalista criou uma publicação quinzenal, que recebeu o mesmo nome da coluna que escrevera no Jornal O Liberal, Informe Amazônico, a *newsletter*, tinha assinaturas e circulou ainda com 12 números, focalizando assuntos amazônicos, mas restrito mais aos aspectos econômicos da Amazônia. Por questões de saúde, o jornalista teve que encerrar o quinzenário, conforme Veloso (2008).

No Informe Amazônico, o jornalista exercia atividades solitárias, pois, era o pauteiro, editor, distribuidor. Tais atividades serviram como experiência para posteriormente lançar o

Jornal Pessoal, no qual também, Lúcio Flávio Pinto desenvolve solitariamente essas funções, com exceção para as ilustrações que saem no Jornal, cuja autoria é de Luiz Pinto, cartunista, irmão do jornalista, com quem compartilha a concepção das charges.

No entanto, o jornalista, não desistiu de editar mais uma publicação, e em 1999 lançou a Agenda Amazônica, atividade paralela ao Jornal Pessoal; a Agenda saía mensalmente e atendia ao público desde discentes do ensino fundamental ao superior e referia-se a aspectos da história da Amazônia relacionados a temas do presente.

Seu primeiro número foi lançado em 2001, com 12 páginas, em formato Ofício, era vendido em bancas de jornal, foram editadas 25 edições. Quando o periódico parou de ser editado, seu título foi incorporado ao nome do Jornal Pessoal, além da seção Memória do Cotidiano que a Agenda trazia em suas páginas.

Lúcio Flávio Pinto escreveu uma série de textos acerca da Hidrelétrica de Tucuruí, publicados na época no O Liberal. Esses textos foram objeto de estudo da dissertação de Graça Leal, em 1993 e compuseram parte da documentação do relatório preparado pela Comissão Mundial de Barragens sobre Tucuruí, em 2001, na qual o sociólogo também foi convidado como consultor.

No ano de 2000, o jornalista assinava uma coluna no Portal da Agência Estado, a coluna chamava-se de “Cartas da Amazônia”, onde publicava textos relacionados à Amazônia e seus problemas socioambientais. Infelizmente, por questões financeiras, a coluna fechou em 2003. No entanto, a mesma coluna, atualmente, está no *site do Yahoo*, na qual Lúcio escreve também temas acerca da região amazônica.

Segundo Amorim (2008), o jornalista e sociólogo teve três inspiradores na sua formação, entre esses nomes estão: Cláudio Augusto de Sá Leal, responsável pela entrada de Lúcio Flávio Pinto na área do jornalismo; Raimundo Rodrigues Pereira, grande jornalista que ensinou muito ao paraense os dois trabalharam juntos na revista Realidade; e *Izzy Felddenstein Stone*, editor do *I. F. Stone's Weekly*, a maior inspiração para a criação do Jornal Pessoal, comentado anteriormente. Num esforço de apresentar um pouco dessa formação do jornalista, temos na seguinte seção uma abordagem acerca do que representa o conceito de intelectual para o exercício público desse sociólogo.

3.3 O intelectual e a Amazônia

Na concepção gramsciana os agentes sociais que praticam atividades intelectuais como também o militante político, os jornalistas, os professores desempenham papel fundamental

na transformação social. Esses agentes, tanto podem contribuir a transformar a sociedade quanto podem reproduzi-la. Gramsci (1982) enfatizou a categoria social do intelectual, a função do mesmo, na história e nas diversas instâncias da vida social. Questões que, segundo Beired (1998), foram latentes nos estudos de Gramsci nas décadas de 20 e 30. Ele, como nenhum outro grande teórico deu relevância para o debate dos intelectuais como elemento indispensável à conjuntura sociopolítica.

Mas qual a origem da palavra intelectual? Esse termo foi cunhado na Rússia em meados dos séculos XIX. A palavra derivou-se do latim, *intelligentsia*. O termo definia um grupo de indivíduos cultos surgido na Rússia, eles se preocupavam com as questões públicas. Nos finais do século XIX, os europeus ocidentais, sobretudo, os franceses, criaram o termo intelectual a partir da apropriação do conceito de *intelligentsia*, conforme Beired (1998). A partir do episódio chamado o Manifesto dos Intelectuais, escrito em apoio ao capitão Alfred Dreyfus, (*Affaire Dreyfus*) que foi condenado sem provas por espionagem em favor da Alemanha, o termo se desenvolveu e se ampliou para mundo inteiro, consagrando-se.

A respeito do intelectual Gramsci (1982) propõe de duas concepções, uma em que se tem o intelectual tradicional, envolvido no plano das ideias sem interação com a sociedade, ele a estuda, porém, não cria relações sociais, não se torna um ser público, não se coloca na linha de frente. Enquanto que a outra concepção de intelectual se refere ao intelectual orgânico, cuja função, se faz presente na sociedade, é um ser público, um líder que consegue articular os indivíduos para enfrentar, defender os problemas, causas sociais, tornando-se não só agente que pensa a sociedade, mas um ser que age, muda realidades.

Gramsci (1982) frisa que todo grupo social tem seu intelectual orgânico, desde um grupo de operários até um grupo de alto nível acadêmico. Gramsci (1982) defendia que os intelectuais têm o poder de mudar ou manter a superestrutura, ou seja, transformar ou reproduzir contextos sociopolíticos, culturais numa sociedade, e que não existem organizações sem intelectuais, dirigentes e organizadores. Deve haver articulação política e cultural das classes sociais com os intelectuais, principalmente das classes subalternas.

Por sua vez, o debate gramsciano acerca da função dos intelectuais - transformador ou conservador, que articula a sociedade com o aparelho estatal, organiza a cultura, tornam-se agentes históricos à medida que produzem uma ideologia, e esta incute às classes representadas consciência e “homogeneidade”.

Gramsci foi um dos teóricos dedicado à interpretação original das funções dos intelectuais, centrando seus estudos em relação a essa temática em que considerava diversos tipos de intelectuais, entre eles, artistas, jornalistas, industriais, empresários entre outros. Essa

ideia de intelectual divergia da concepção da época, que considerava os intelectuais a partir de suas qualificações interiores.

As atividades intelectuais na concepção de Gramsci (1982) deveriam estar atreladas ao sistema de relações sociais e aos grupos a ele vinculados. Os intelectuais não seriam abstratos, estariam inseridos num grupo social, numa classe, dentro de um modo de produção, junto com os aspectos políticos e sociais que a dinâmica sociopolítica contém.

Partindo desse pressuposto a denominação de intelectuais orgânicos, diferentes dos intelectuais tradicionais, “eram os intelectuais estagnados no mundo agrário do Sul da Itália, eram o clero, o funcionário, voltados a manter os camponeses atrelados a um *status quo* que não fazia mais sentido” nas considerações de Semeraro (2006, p. 377) seguindo os argumentos de Gramsci. Esse tipo de intelectual ficava distante da realidade socioeconômica do Sul da Itália, alheios aos acontecimentos, ao curso da História; mantinha-se numa redoma sem manter relações com grupos.

Na visão de Semeraro (2006, p. 377), os intelectuais orgânicos são aqueles que estão dentro de um contexto dinâmico, vinculados às organizações políticas e culturais, essas organizações são mais avançadas que o próprio grupo que os intelectuais fazem parte. Desse modo, ao estarem nesse invólucro, os intelectuais orgânicos conectam a um projeto global de sociedade, em que além de especialistas na sua profissão, segundo a concepção gramsciana, eles formam conforme Semeraro (2006, p. 377) uma concepção ético-política que “os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam”, ou tentam vivificar e consolidar essa concepção em prática profissional.

Os intelectuais orgânicos têm a função de exercer uma interpretação entre conhecimento científico, filosofia e ação política, sendo um permanente educador, organizador, construtor a medida que o mundo da ciência, da política, do trabalho dentro de uma visão integrada desses elementos constituem princípios educativos que contribuem para a formação básica dos intelectuais (SEMERARO, 2006).

Gramsci adverte que os intelectuais orgânicos desempenham um grande papel na sociedade, seja no partido, nas organizações, sindicato, Estado, mas o que é mais relevante para ele não é o lugar que exercem, mas, “sua vinculação de classe, a relação democrática que o intelectual estabelece e o horizonte ético-político que descortina, isto é, a capacidade de promover um projeto socializador que reconheça os subjugados como sujeitos políticos” (SEMERARO, 2006, p. 387). E assim, os intelectuais estabelecem pontes de diálogos em que esses atores sociais são postos em evidência.

Na tentativa de discutir a função do editor do *Jornal Pessoal* na imprensa amazônica, reconhecemos nele um intelectual militante, que rompe com as fronteiras do conhecimento em diversas áreas seja na economia, sociologia, história. Ele faz do campo do jornalismo um, projeto socializador, entendendo por este seus atos e ações para compartilhar conhecimentos, experiências, visão crítica do mundo, propostas sociais e políticas.

O editor, por meio da imprensa alternativa, busca incessantemente inserir na vida dos cidadãos temas provocativos nos quais toma partido de causas públicas, fazendo, conforme Habermas (2006, não paginado), “[...] um uso público do seu saber profissional além dos limites da sua profissão”, sem pertencer a nenhum partido, o que ele pretende é suscitar, acalorar a “a opinião pública” ou constituir uma instância crítica, considerado por Habermas (2003) atribuição de significados diferentes aos da “publicidade” divulgada de forma manipuladora e coercitiva, recorrentemente vinculada ao âmbito do poder político, econômico e social num eixo normatizado exigido.

Nessa “publicidade crítica”, o editor faz do *Jornal Pessoal* sua arena de combate no qual as lutas são travadas, em que sua prática jornalística configura-se numa interferência social na esfera pública, tornando-se um intelectual militante cuja postura, audição dos acontecimentos caracteriza um viés de poder de reflexão e discussão crítica e política voltada para a opinião pública, constituindo-se em um “formador de opiniões”.

Nesse sentido, cabe situar os dois conceitos para opinião pública apresentados por Habermas (2003); um voltado para publicidade relacionada à crítica e outro direcionado para a publicidade manipulativa. Habermas (2003, p. 284; 287) pontua que a opinião pública abrange “dois setores de comunicação politicamente relevantes: o sistema das opiniões informais, pessoais, não-públicas; e as opiniões formais, institucionalmente autorizadas”, sendo que para este autor, “uma opinião rigorosamente pública” só é estabelecida quando os “dois setores da comunicação” são intermediados pela “publicidade crítica”, o filósofo assevera, a liberdade de expressão é direito assegurado pelo poder público, no qual o autor adiciona; a opinião pública, é mecanismo para legitimar o poder político, por meio de uma comunicação crítica.

Retornando com esta análise ao editor do *JP* longe dele proclamar-se o dono da verdade, insiste em realizar as análises de fatos que ocorrem na Amazônia a partir de um conhecimento específico, instaurando uma ação de comunicação crítica, com domínio específico dos assuntos e notícias veiculadas nesse periódico alternativo. Portanto, o jornalista segue uma linha de tradição de intelectuais engajados, e a partir de seu ofício consegue dar

voz àqueles que estão à margem do processo histórico da Amazônia; sendo esse ofício pautado num campo científico, no campo do jornalismo no qual as notícias se inserem.

Por sua vez, Bourdieu (2004, p. 23) no texto *Os usos sociais da ciência* faz referência ao campo científico, o qual se configura como um campo de forças, de luta, cuja finalidade é transformar ou manter esse campo, em que as relações de dominação entre os agentes são confrontadas numa relação de forças. O autor dá exemplo de agente (empresa) no campo econômico, em que esse agente “deforma todo um espaço econômico em torno de si conferindo-lhe uma certa estrutura”, então, esse espaço criado só existe porque há relações objetivas entre os agentes.

Em relação às contribuições de Bourdieu ao campo acadêmico da comunicação, este autor conforme Ferreira (2005, p. 36) lança três perspectivas críticas, uma referente aos conceitos de cultura de massa; outra voltada para o jornalismo “como espaço estratégico de ação vulgarizadora dos campos político e acadêmico”, e por fim, a crítica direcionada ao jornalístico como campo de autonomia incompleta, que se submete às estratégias do campo econômico.

Ferreira (2005) destaca as relações entre campo das mídias e outros campos sociais, a exemplo do campo acadêmico e político, mediadas por meio das atividades jornalísticas. Essa relação dos campos é um processo relevante no debate que Bourdieu realiza nos estudos da mídia e no jornalismo, pois contribui para entender os capitais midiáticos em correlação com os capitais econômicos, políticos, culturais dos agentes institucionais e individuais de acordo com as classes sociais em movimento no campo político que distingue o acesso ao capital midiático.

Ao se referir ao campo científico, Bourdieu (2004, p. 23), explica que quem dirige as intervenções científicas, os temas selecionados, os interesses dos objetos estudados, os pontos de vista, “é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer”, mais especificamente são as posições ocupadas dentro dessa estrutura. E na esfera do jornalismo, conforme Ferreira (2005) isso ocorre visto que a autonomia de um jornalista particular está entrelaçada a posição que o jornal ocupa nessa estrutura e não da individualidade do jornalista.

Todavia, a compreensão dessa estrutura, no campo do capital científico, conforme Bourdieu (2004) corresponde a duas formas de poder: o poder temporal ou político, o poder institucional ou institucionalizado, relacionado às posições ocupadas nas instituições científicas e o poder sobre os meios de produção; e no campo jornalístico, deveria ter uma perspectiva de ser serviço público, mas é sobrepujado pela lógica do mercado. Entretanto,

Bourdieu, segundo Ferreira (2005) volta a discussão da autonomia do jornalismo para criação de regras de produção, que proteja contra os desvios e fortifique o campo jornalístico em relação a ética, veracidade e autonomia, principalmente pelos jornalistas não seguirem a lógica do mercado.

Bourdieu faz menção ao capital cultural; para este autor, conforme Goldstein (2000, p. 60), “uma riqueza simbólica desigualmente distribuída dentro de cada campo, que é acumulada e transmitida de geração em geração, traz poder a seus detentores e suscita o desejo - consciente ou não - de se distinguir dos demais por meio de atitudes "típicas" de um conhecedor”. Esse capital cultural, de acordo Bourdieu, pode surgir de três modos diferentes: 1) *Habitus* cultural - fruto de “uma socialização prolongada”, por exemplo, que permite que alguém fique a vontade numa ópera, ou garante alguém falar bem em público; 2) Forma Objetivada – relacionada aos bens culturais, como em livros, discos; 3) Forma institucionalizada – vinculada aos títulos escolares e ao mercado de trabalho.

Goldstein (2000) destaca que o capital cultural não necessariamente se associa ao capital econômico, pois muitas vezes, grupos de menor poder aquisitivo são os maiores possuidores do capital cultural, mas que de qualquer modo, a natureza e a quantidade do capital cultural dos diferentes agentes se relacionam com preferências culturais e estéticas.

No percurso intelectual do editor do JP, elementos das três formas de capital cultural são expostos, representados em forma de conhecimento com propriedade e profundidade em que os fatos são provados, baseados numa densa investigação, constituindo-se num saber, conhecimento que exerce um resultado libertador, transparente.

O jornalista insere-se num cerne do capital intelectual e capital simbólico acumulado e *habitus*: Em entrevista ouvimos suas reflexões a respeito:

Eu acho que tive a sorte de começar no jornalismo em 1966. Foi o ano que foi criada a SUDAM, o Banco da Amazônia, a política de incentivos fiscais, o ano do centenário do Museu Goeldi, que teve encontro da biota amazônica, sou um dos poucos sobreviventes desses acontecimentos.

Eu pude contactar com cientistas do mundo inteiro aqui em Belém que estudavam a Amazônia. Eu pude desde os primeiros dias como jornalista viajar. Então meu grande capital foi o que eu vi o que tava acontecendo na Amazônia nesse período, e conversei com os personagens. Então, por ter trabalhado num Jornal, tão importante, com tantos recursos, como naquela época, era o Estado de São Paulo, eu viajei muito. E todos os acontecimentos da Amazônia até pelo os anos de 1990, com mais de 30 anos, eu vi com meus próprios olhos, fui lá testemunhar, conversar com as pessoas, criar fontes (Informação verbal)¹⁵.

¹⁵Entrevista concedida à autora, em junho de 2013.

Partindo da concepção bourdieusiana de “*habitus*”, o jornalista desenvolveu esse “*habitus*” na formação de jornalista, e conseqüentemente aparece em sua carreira, à medida que a acumulação desse capital pede árduo trabalho de assimilação, exige tempo investido pela própria pessoa que, para Bourdieu (1979, p. 12), “El trabajo personal, el trabajo de adquisición, es un trabajo del “sujeto” sobre sí mismo (se habla de *cultivarse*). El capital cultural es un tener transformador en ser, una propiedad hecha cuerpo que se convierte en una parte integrante de la “persona”, un hábito”. E assim, o “*habitus*”, no campo jornalístico, se constitui um “capital simbólico”, se constrói e se apresenta na veiculação das notícias, na apuração dos fatos com seriedade e compromisso social do jornalista para com a Amazônia.

Por outro lado, o jornalista na sua formação acadêmica teve influência de diversos intelectuais tanto da sociologia, antropologia, ciência política, esses intelectuais são tantos brasileiros quanto estrangeiros, entre eles: Antonio Gramsci, Carlos Heitor Cony, Curt Nimuendaju, Antonio Callado, Herbert Baldus, José J. Veiga, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Gondin da Fonseca, Agripino Grieco, Darcy Ribeiro, Nunes Pereira, entre outros.

Portanto, o percurso biográfico, intelectual e profissional do sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto é marcado por uma série de acontecimentos em que seu capital cultural permeia toda sua obra e vida, e isso aparece nos debates e análises de questões amazônicas, configurando-se num capital simbólico transmitido, sobretudo, em seus discursos e investigações dos fatos, deixando para gerações do jornalismo e da ciência um legado cultural e social principalmente no que se refere à discussão de problemas da Amazônia Legal.

4 AMAZÔNIA E A COMPLEXIDADE AMBIENTAL

As discussões acerca da temática ambiental estão presentes no cenário mundial e nos estudos acadêmicos envolvendo questões focalizadas sobre desmatamento, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas. Desse modo, a problemática do meio ambiente, que preocupa a sociedade, o Estado e as Organizações Não governamentais (ONG), está em pautas de reuniões de organizações que procuram incentivar os “cidadãos” a terem uma consciência de preservação da natureza e do habitat, e a buscarem alternativas para amenizar os contrastes e diferenças na relação meio ambiente e sociedade.

No contexto em que a sociedade está inserida, mudanças de ordem econômica e político-social ocorrem continuamente. Essas mudanças direcionam para uma complexidade de questões que vão desde as oscilações financeiras, conflitos políticos, alterações climáticas, até as mazelas sociais (pobreza, violência, fome) presentes na vida em sociedade, e que devem ser refletidas, com o intuito de se buscar, pensar soluções.

Pensar na complexidade dos problemas exige-se lançar um “olhar profundo na realidade”, um olhar que mergulhe não só nas estruturas, mas um olhar que abranja a totalidade, do “ser e do ente”. Assim, entende-se que a problemática ambiental se insere num contexto de aprendizagem, cujo, “aprender a complexidade ambiental implica num processo de desconstrução e reconstrução do pensamento [...]” (LEFF, 2003, p. 16), incluindo o homem (enquanto elemento organizado) e a realidade que o cerca.

O grande desafio que se impõe ao crescimento econômico e ao progresso é a preservação do meio ambiente. Com a destruição do planeta, ocorreu uma busca constante em se pensar num mundo menos poluído, em que se percebam os danos causados na natureza, em virtude de um crescimento acelerado imposto pelo capitalismo, pela cobiça dos bens naturais, em que muitas empresas se apropriam de tais recursos, “sem considerar” sua inesgotabilidade, ou, conscientemente, apenas visam o lucro, sem dar a devida importância para a conservação dos mesmos.

4.1 Crise e complexidade ambiental

Refletindo acerca das diversas teorias sobre a natureza, compreende-se que muitas discussões estão ainda se consolidando, e que é necessário um “novo pensar” sobre a realidade ambiental. Neste sentido, Leff (2003, p. 16) chama a atenção dizendo que a crise ambiental é a crise da civilização, e essa crise não teria outra saída senão “pela via da

racionalidade teórica e instrumental que constrói e destrói o mundo. Aprender a complexidade ambiental implica num processo de desconstrução e reconstrução do mundo do pensamento [...]”. Dessa forma, o autor chama o ser humano a repensar suas ações perante um mundo racional, alienante e envolvido pelo sistema de produção insustentável e negativo, incentivando uma nova consciência sobre a questão.

Leff (2003, p. 36) destaca que a complexidade ambiental pressupõe um aprender a apreender, cuja base está na construção de um novo saber e uma “nova racionalidade” que envolve uma transformação de conhecimento e de mentalidade direcionada para a constituição de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Desta forma, o autor, ressalta que a complexidade ambiental se desarticula da epistemologia – na qual “o ambiente é concebido como uma totalidade conformada por espaço teórico constituído por diferentes paradigmas transformados pelo saber ambiental” (LEFF, 2003, p. 36) para a área política, na qual os procedimentos de apropriação dos recursos naturais estão inseridos em estratégias discursivas (teorização e imaginário) sobre a natureza, até os atos de se apropriar, produzir e transformar a natureza pelas normas da sustentabilidade.

Este olhar sobre o meio ambiente sai da transcendência epistemológica para a arena política, e isso fornece um rumo, pois Leff (2003, p. 36) frisa que “a articulação do saber, de práticas e estratégias discursivas [...] surge o efeito de um limite de racionalidade econômica, científica [...] que objetiva o mundo e domina a natureza”. O autor conclui que a crise ambiental implica uma pedagogia que se reaproprie de “um novo saber” fundado na reconstrução social e maneiras novas de “reapropriação do mundo”. Essa crise ambiental requer a construção de uma racionalidade ambiental que garanta “condições” de sustentabilidade ecológica.

Assim, espera-se que essa racionalidade não só assegure tais condições, mas que proporcione, na visão de Leff (2001, p. 121) “[...] um potencial ambiental de desenvolvimento a partir dos princípios de produtividade cultural, ecológica e tecnológica que gere uma formação socioambiental [...]”, relacionada às unidades produtivas articuladas com as forças produtivas surgidas com o processo de construção social desse potencial, da produtividade tecnológica e ecológica para a gestão ambiental, ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, e um “novo pensamento ecológico” capaz de refletir a ação ambiental a partir de uma ética nova como escreve Morin (1998) até agora a ação ambiental foi pensada em relação *ao homos economicus*, à medida que os estudos das ações econômicas admitiram que as dimensões culturais do comportamento humano como as dimensões políticas, morais,

religiosas, éticas, etc., são dissociadas da dimensão econômica, e que o consumo e a produção são as funções elementares desempenhadas pelos indivíduos; não é pensada a natureza; a relação de uso da natureza, uma construção da consciência planetária.

Morin (1998) ressalta o pensamento ecológico, sugerindo uma ecologia da ação, em que o autor concebe a natureza com duplo comando: natureza dirigida pelo homem, mas este por sua vez, deve ser dirigido pela natureza; deste modo, Morin (1998, p. 62) enfatiza que “o pensamento ecológico é uma forma de pensamento que reflete a lógica da realidade natural e a complexidade da organização viva”. Então, espera-se que a fusão destas duas visões, resulte numa dupla direção da natureza e a procura de um pensamento respeite a:

[...] complexidade da organização viva - transforma profundamente o papel do ser humano. Seremos levados a formular uma ética nova, profundamente diferente da antiga, baseada na dominação da natureza pela ciência e pela técnica. Entretanto, o caráter indissociável da relação homem-natureza só é inteligível se nos fundamentarmos em novo paradigma [...].

Morin (1998) enfatiza que este “novo paradigma” governa uma cultura, um pensamento e um discurso, e se introduz numa recíproca visão do homem e da natureza, em que este busque tornar sua vida e suas ações ecológicas, junto a uma consciência da ecologia social e dos problemas que afligem a maneira de viver do ser humano.

Neste sentido, exige-se uma nova ecologia social, que investigue a totalidade, integre o objeto a um conjunto teórico, daí a necessidade de uma ciência da complexidade, de uma ciência das interações inter-referências (MORIN, 1998), da reformulação do mundo das ideias e da reformulação da política.

Então, a complexidade ambiental é também uma questão de política pública em que as instituições pensem um meio ambiente sustentável e uma sociedade inserida neste contexto, sem separá-la, pois se deve conceber um mundo socializado e cheio de significados. A esse respeito Acserald (2004) entende que a natureza não se constitui só de energia e matéria, mas possui toda uma conotação histórica, cultural simbólica; os rios, por exemplo, não têm o mesmo significado para as comunidades tradicionais que para as empresas que geram hidroeletricidade, assim como biodiversidade cultivada pelos pequenos agricultores não tem o mesmo sentido para a biotecnologia.

Desta forma, os elementos do meio ambiente, as atividades sociais desenvolvidas no campo social, o uso e os significados atribuídos à natureza se relacionam e vinculam “materialmente e socialmente, seja através da água, do solo, da atmosfera. Este caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica, pois, o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos sócio ecológicos”

(ACSELRAD, 2004, p. 7-8), e este processo implica conflitos, pois a sociedade disputa com distintos projetos de utilização e significação dos recursos naturais. Os conflitos socioambientais constituem temática nem sempre discutida na esfera pública e nos meios de comunicação de forma comprometida e com seriedade.

O assassinato de Chico Mendes, em 1988, foi um “marco simbólico” na visão de ambientalistas e desenvolvimentistas, que tinham uma concepção clássica, defendendo Zhouri; Laschefski (2010, p. 12) que “[...] a natureza poderia ser valorizada com a inclusão dos grupos sociais que nela vivem. Então, nos anos de 1980, se consolidou a noção de uso sustentável da natureza e existência dos ‘povos da floresta’, isto é, os grupos indígenas, ribeirinhos, seringueiros” [...], atores-chaves na história no avanço do binômio natureza - sociedade e da promoção do desenvolvimento sustentável.

Essa concepção foi reconhecida internacionalmente na Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (CNUMAD) na II Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, a ECO 92, na qual diversos países discutiram sobre um modelo de desenvolvimento pautado no tripé economia - ecologia - equidade social (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) em que os países e suas respectivas lideranças convocaram vários especialistas dessas áreas de conhecimento, com a finalidade de formulação de políticas públicas referentes à temática.

No entanto, o discurso sobre desenvolvimento sustentável foi apropriado de forma diferente daquele defendido pelos seringueiros, pelos “povos da floresta”, pois era oposto aos costumes de vida urbano-industrial, que não tinha como levar em frente o desenvolvimento econômico em virtude de sua “insustentabilidade”. Porém, desse processo de discussão surgiu a perspectiva da participação na gestão ambiental social com a finalidade como pontua Zhouri; Laschefski (2010, p. 13) de “conciliar os interesses econômicos, ambientais e sociais e, assim moldar o modelo clássico de desenvolvimento”, e partir de então buscaram implementar medidas de prevenção de impactos ambientais por meios de técnicas, ou ações para minimizar os danos causados ao meio ambiente.

Por sua vez, Leff (2001, p. 122) fornece uma grande contribuição à problemática ambiental a partir de seu conceito de racionalidade, visto que sua alusão à articulação dos processos sociais e naturais possibilita refletir, de modo integrado, “os diferentes processos sociais que dão coerência e eficácia aos princípios materiais e aos valores culturais que organizam uma formação social ambientalmente saudável”. Esses princípios e valores integram processos discursivos, teóricos, ideológicos e técnicos que visam legitimar e orientar as condutas sociais perante a natureza, assim como as atitudes responsáveis para a elaboração

da racionalidade ambiental e execução de um processo da gestão participativa sobre os recursos produtivos pela sociedade direcionada para meios da sustentabilidade ecológica.

Defende Leff (2001, p. 124) que a constituição de uma racionalidade social baseada nos princípios da gestão e do desenvolvimento sustentável se reitera por um “processo de desconstrução da racionalidade econômica dominante, bem como de transformações das instituições e dos aparelhos ideológicos que a sustentam e legitimam”. Neste sentido, o autor propõe a formulação de uma “economia ecológica”, a promoção da “administração transetorial do Estado” e a gestão participativa da sociedade, quanto à elaboração de um “saber ambiental interdisciplinar e, congrega regras ambientais às atitudes dos agentes econômicos e aos comportamentos individuais”, aliado às ações coletivas.

A partir dessa racionalidade ambiental, é preciso pensar-se uma nova realidade que abranja as dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais inseridas no contexto da problemática ambiental, presente no âmbito internacional, nacional e regional, uma vez que os “olhos” se voltam para a região amazônica, vista como fronteira de recursos naturais que abriga a maior biodiversidade do planeta, possui maior quantidade de água e tem um das maiores reservas de minérios, tornando-se, por isso, alvo dos grandes agentes econômicos e das principais empresas internacionais.

Os meios de comunicação, principalmente o jornalismo, não poderiam ficar à margem da questão ambiental que está cada vez mais presente em debates acerca do papel social que a ciência desenvolve junto à sociedade e como podem contribuir para amenizar a degradação do meio natural, assim como auxiliar “[...] num equilíbrio entre as diferentes lógicas do social, do econômico e do ecológico [...]” (BRÜZEKE, 1994, p. 7), e inferir uma proposta de um desenvolvimento sustentável nesse tripé.

Nestes termos, Brüzeke (1994) considera que agregar o fator ecológico nas discussões das ciências sobre a questão de um crescimento alternativo torna-se um item de desafios às mesmas, visto que aparecem novos paradigmas, e a quebra deles, dentro de uma instância de novas abordagens e a troca de tradicionais doutrinas do “desenvolvimento social pela teoria e prática do desenvolvimento sustentável”, porém, essa troca não é a solução dos problemas apresentados, mas repercute-se numa reflexão voltada para comunicação aberta, direcionada, segundo Habermas (1987, p. 112), num “intercambio existente entre áreas da vida comunicativamente estruturada, de um lado, e Estado e economia, de outro lado”, estabelecendo diálogos entre esses elementos que são fundamentais para a discussão e reflexão acerca de pressupostos quanto a uma teoria de desenvolvimento sustentável.

Nestes termos, pensar uma teoria do desenvolvimento sustentável torna-se um desafio para os meios de comunicação, principalmente para o jornalismo que necessita estar disposto ao diálogo e aos novos debates, incluindo neles os elementos necessários para as relações ecológicas e econômicas apoiadas em uma sociedade mais justa e igualitária, em que o desenvolvimento sustentável da sociedade, conforme Brüseke (1994, p. 12) agregue a “dimensão econômica, biofísica e a sociopolítica”, dentro de uma visão holística da realidade, em que esse desenvolvimento “[...] que integra os interesses sociais, econômicos, as possibilidades e os limites que a natureza define”, alia conhecimento científico das riquezas naturais e uma estrutura de controle estatal.

Desse modo, o tema da questão ambiental está imerso numa discussão de gestão de recursos naturais, levando a uma reflexão da função que a informação e a comunicação possuem nesse contexto com formação de opinião acerca dessa realidade, incutindo o respeito a esses recursos, inserindo debate público voltado para a conscientização ambiental e a utilização racional da natureza.

Os meios de comunicação têm o desafio, enquanto instrumento de informação, produtores de conhecimentos e possuidores de capacidades e valores direcionados, de contribuir com o entendimento e a solução de problemas nos quais estão inseridos. Um dos problemas nos dias atuais é a degradação do meio ambiente, e o jornalismo como mecanismo de formação de opinião tem o desafio de informar e noticiar de maneira crítica, séria, objetivando a conscientização dos indivíduos, divulgando alternativas mais práticas capazes de edificar coletivamente uma sustentabilidade futura.

A sustentabilidade envolve um debate, em que as ciências estão interessadas em propor melhoras na gestão de recursos naturais, visando o bem da comunidade e garantindo os avanços econômicos pautados no respeito aos valores culturais do amazônida, como também rever o cerne do desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Mediante esse posicionamento, recorrem-se às contribuições de Costa, F. (2009, p. 303), quando apresenta a abordagem do uso dos recursos naturais versus ao desenvolvimento sustentável, e questiona: o que seria o desenvolvimento sustentável? E se embasando nos teóricos, Sachs (1993); Alier (1994) enfatiza que este “alia eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica”, inserida numa discussão nas áreas das ciências sociais e naturais.

Segundo Costa, F. (2009, p. 303) nessa concepção da ciência comum, o desenvolvimento seria “um ideário”, mas visto pelas ciências humanas e sociais aponta-se “a necessidade primeira de verificar as condicionantes de insustentabilidade da realidade social

presente”, possibilitada pela ligação da dimensão econômica, biofísica e sociopolítica discutida por Brüseke (1994). Ao abordar essa questão Costa F. (2009), refere-se ao teórico Edgar Morin, que releva o “paradigmático problema” da separação entre ciências da natureza e ciências do homem e da sociedade e admite que a alternativa para essa separação seria “uma interdisciplinaridade ampla” das ciências da natureza com as ciências da sociedade, o que naturalmente seria complicado, mas que “tem que ser buscada institucionalmente, provocada estrategicamente, perseguida politicamente”, à medida que a problemática do meio ambiente suscita regulação estatal envolvendo sistema de controle e fiscalização.

Conforme o ponto elencado acerca da regulação estatal, em relação à problemática ambiental, sobretudo, no que diz respeito à Amazônia, os meios de comunicação têm papel basilar nesse debate, à medida que são instrumentos de fiscalização sobre o controle e a intervenção do Estado quanto a exploração irracional dos recursos da natureza assim como a abertura ou não das frentes pioneiras de expansão, da entrada de agentes econômicos e de implantação de políticas ambientais voltadas para a preservação dos recursos naturais.

Nesse contexto, reside também a função da imprensa alternativa que assume, no caso do Jornal Pessoal a posição de “auditor” dos agentes políticos, econômicos, grandes corporações quanto à prevenção, controle, fiscalização das ações e ocorrências de atos que favoreçam ao grande capital, isenção de incentivos fiscais em detrimento às normas ambientais, aos direitos sociais e à exploração irracional e duradoura dos recursos minerais, aquáticos e desmatamento no solo amazônico. Esse desmatamento há anos vem crescendo em função do afrouxamento de uma regulação ambiental mais rigorosa, e da abertura de entrada de capital estrangeiro e nacional em que a agenda ambiental prevalece em relação à agenda política e econômica.

4.2 Problemática ambiental na Amazônia

Partindo de uma “estrutura de fiscalização e controle” inserida em situações de degradação dos recursos naturais, entende-se que os meios de comunicação teriam a capacidade de produzir controle e fiscalização das formas de exploração dos recursos, exercendo não só a função de informar, mas, de assegurar, legitimar esse controle. A Amazônia torna-se, segundo Costa, F. (2009, p. 183), “foco da atenção mundial como natureza e como sociedade”; em sua dimensão de natureza, como maior floresta do planeta, com rica biodiversidade e fundamenta a promoção de serviços ambientais para o equilíbrio climático global; e na dimensão de sociedade, exerce ações que são realizadas com os recursos naturais para benefícios de poucos, em detrimento de uma perspectiva futura melhor,

em que “as intervenções políticas, constituem um paradoxo por realizar-se destruindo”, sem considerar essa perspectiva.

A Amazônia é um ecossistema natural e, ao mesmo tempo um ecossistema social. Na visão de Morin (1998, p. 114), “a noção de ecossistema significa que o conjunto de interações e das interdependências no seio de um nicho ecológico constitui (produz) um sistema”, então, a Amazônia é considerada uma “totalidade de relações e interações” com seu meio (grupos sociais, indivíduos, instituições econômicas, sociais políticas, culturais), e envolvem ordens, desordens, conflitos, antagonismos que sustentam e desenvolvem sua complexidade.

Em relação à complexidade que Amazônia envolve, Vidal (2006, p. 2) frisa que “[...] a Amazônia possui características próprias que a diferenciam do resto do país, e que, portanto, exigem o desenvolvimento de uma epistemologia específica” [...], estudos e pesquisas voltadas para essa complexidade; na qual segundo o autor, se formalizem “novos paradigmas teóricos” baseados na sustentabilidade local e no dinamismo, na complexidade da região.

A complexidade e o dinamismo da região englobam as mudanças ambientais ocorridas na Amazônia ao longo do processo histórico, desde a colonização aos grandes empreendimentos voltados para o desenvolvimento da região, nos anos de 1950, com as primeiras ações do governo e na década de 1970 com os grandes projetos e as frentes pioneiras com seus empreendimentos alheios à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável inseridos mais em uma política do Estado para aliar crescimento econômico sem a preservação dos recursos naturais.

O debate acerca da questão ambiental na Amazônia Legal traz à tona, uma série de mudanças ambientais sucedidas nesse processo histórico da região desde o maior índice de desmatamento, poluição dos rios, extinção de espécies de animais e vegetais, principalmente em relação às espécies de madeira, assoreamento dos rios, causando grandes danos aos recursos naturais, sobretudo, para a floresta amazônica e para os povos tradicionais que a utilizam para seu sustento e sobrevivência.

Não há dúvida que as mudanças ambientais na Amazônia deixaram consequências profundas e inevitáveis, à medida que as mesmas esbarram nos desafios da problemática socioambiental a ser inserida enquanto uma prioridade da agenda do Estado. Essas mudanças não são componentes da dimensão econômica, política, social e ambiental do plano do governo, da intervenção governamental, elas são dissociadas da esfera nacional e concentradas apenas no regional e no local.

Segundo Luft (2005), os diversos registros científicos mostram que o processo de desmatamento na Amazônia, como já colocado anteriormente, a Amazônia Legal, se desencadeou no modelo de desenvolvimento implantado nos governos militares. Foi com esse modelo que a Amazônia, vista como fronteira de recursos naturais passou a ser “objeto da cobiça internacional”, o “El dourado” dos trópicos, em outros termos a grande fornecedora da biodiversidade, a ser expropriada pelo grande capital.

A partir de um discurso oficial desenvolvimentista, de acordo com Luft (2005), mais do que uma estratégia para a solidificação da função do Estado em relação à expansão capitalista na região, ocorreu a instalação de empresas multinacionais, mais do que ações para o desenvolvimento de fato da região ou da resolução de problemas como conflitos fundiários, ecológicos. Desta forma, o discurso voltado para resolução dos interesses regionais, voltou-se para fortalecer interesses privados e estatais em função de grandes obras de infraestrutura, com a construção de hidrelétricas, estradas, com a finalidade de suporte logístico aos grandes empreendimentos implantados no setor mineral, agroindustrial, agropecuário e agronegócio. (LUFT, 2005).

Ab’Saber (1992) lembra que as obras de infraestrutura realizadas nesse período na Amazônia trouxeram vários prejuízos aos cofres públicos, aumentaram os conflitos entre os habitantes e obras, resultando em atuações dissociadas do projeto de integração da região e originando grandes impactos socioambientais. Conforme Luft (2005), um exemplo de projeto que trouxe grandes desajustes ambientais à Amazônia foi a implantação do PGC, que transformou o Pará num polo exportador, mais ou menos tempo, originou um dos maiores centros de desmatamento da Amazônia.

Os incentivos fiscais estimulados pelo governo e uma ausência de gerência, ineficácia dos recursos ampliou mais ainda a exploração exacerbada dos recursos naturais, demonstrando assim um Estado frágil sem um projeto consolidado que visasse à integração dos interesses da população com os interesses dos grandes projetos. Por conseguinte, a fragilidade do Estado e a dissociação de um projeto integralizador acirrou a instalação de madeiras, de projetos agroindustriais e agropecuários, juntamente com o PGC, foram os maiores responsáveis pelo desmatamento predatório da Amazônia ao longo das últimas cinco décadas, segundo estudos de Luft (2005). A falta de planos ambientais, fundiários, agrícolas adaptados à realidade local gerou danos ambientais no centro-norte do Brasil, principalmente no caracterizado “Arco do Desmatamento” que abrange o estado do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde uma vasta área de vegetação foi destruída dando lugar a grandes obras de infraestrutura e projetos agropecuários.

Na Região Norte, os projetos de ocupação na década de 1970 significaram intensa instalação de indústria madeireira, ocasionando ampla devastação de floresta principalmente na parte hoje denominada metaforicamente de “Arco do Desmatamento”, destacando o Pará como um dos campeões em relação ao desmatamento. E devido aos debates e a relevância que os impactos ambientais tomaram em instâncias nacional e internacional, que a imprensa passa a dar atenção para as ameaças da depredação da floresta amazônica e seus recursos naturais, exija políticas públicas voltadas para maior fiscalização, controle do território, dos bens naturais.

Esse quadro de devastação da floresta preocupa o futuro da vida de povos indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, trabalhadores nas cidades constituindo problema e desafios para os diversos atores sejam eles econômicos, políticos, sociais, e da própria imprensa. A imprensa alternativa tem ocupado uma posição de análise e crítica do processo de integração dos interesses que visam o lucro, dos que dependem do extrativismo para sua sobrevivência e os que protegem a Amazônia como patrimônio natural.

Assim o desmatamento desenfreado e o uso irracional dos recursos naturais. veio se constituir um eixo do debate do Jornal Pessoal como procedemos a analisar no *corpus* eleito no próximo capítulo.

5 A DEBATE SOBRE DESMATAMENTO NO JORNAL PESSOAL À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

Nos anos de 1960, no contexto francês acadêmico e político, apareceu a análise do discurso, tendo como fundador Michel Pêcheux. Sua obra questiona a epistemologia linguística, sugerindo a análise das condições de produção dos discursos e de seus processos discursivos (GREGOLIN, 2003). Para Pêcheux, como aponta Gregolin (2003, p. 7), o discurso não é um dado empírico, “não se confunde com o discurso empírico de um sujeito, nem com o texto”; a análise objetiva apreender esse novo objeto, ou seja, o discurso como processo, partindo de que o discurso é definido pela conjuntura histórico-social que o compõe.

A análise do discurso apareceu com a finalidade de explicar os mecanismos discursivos que pautam a produção de sentidos. Havendo uma associação essencial entre história e a linguística, essa área transdisciplinar suscitou diversos estudos voltados para o entendimento de como se coaduna, realiza a produção e a interpretação de textos em certas sociedades e contextos sócio-históricos. Nas pesquisas brasileiras, esse campo está se expandindo, desde o final da década de 70, se concretizando um campo produtivo de investigação que relaciona as problemáticas da história com as análises linguísticas.

Gregolin (2003) destaca que nos anos de 1980 e 1990 as opiniões de Pêcheux vão se juntar a outros pensadores como Michel Foucault, quando suas ideias têm mais abertura para novas discussões, como, por exemplo, no conceito de formação discursiva do filósofo e ainda o debate da relação entre poder e saber. Outro pensador com o qual Pêcheux dialogou foi Bakhtin, principalmente em relação aos conceitos de heterogeneidade e dialogismo.

Além desses teóricos citados, ainda incluíam Michel Certeau, Jacques Le Goff, que propuseram a análise do discurso a partir dos discursos cotidianos e da escrita da história. A partir de então, Pêcheux sai “da primazia sobre o discurso político” para se aproximar de outras “formas materiais”, mudando da análise de discurso para análises dos discursos, assim como também, Pêcheux se aproxima da semiótica envolvendo a análise da materialidade não-verbal escreve Gregolin.

Ainda em relação à análise do discurso, Gregolin (2003, p. 7) assevera que a mesma objetiva “apreender” o discurso como processo, este instiga sobre as condições de sua produção, em vista do discurso ser pautado na história social que o forma. E assim, o discurso assenta-se na construção da história e no contexto em que ele foi disposto, dito.

Nas formações discursivas se deparam o discurso, sujeito e o sentido (GREGOLIN, 2003).

É por meio da obra de Pêcheux, "*Analyse Automatique du Discours*" que aparece "o discurso", objeto novo dentro das discussões teóricas, e que o mesmo deve ser investigado junto às questões de sujeito e ideologia, sendo a construção do objeto de discurso pautada na "teoria do valor que coloca a língua como sistema formal", o que para muitos estudiosos da área colocam o tema de Pêcheux como nascimento dessa abordagem (CUNHA, 2010, p. 81),

Da mesma época da "*Analyse Automatique du Discours*", de Michel Pêcheux, contemporâneo a ele, temos Michel Foucault, intitulado filósofo dos discursos sociais, fez da análise de discurso um diferencial para entender o discurso. Escreve Cunha (2010, p.81) que Foucault insere o discurso numa formação discursiva, o qual se materializa na prática discursiva (conjunto de enunciados) que envia essa mesma formação discursiva, além de que, em sua opinião, o discurso "seria ainda, um jogo estratégico de ação e de reação", espaço de produção de sentidos, onde também as relações de poder se corporificam.

Para a análise do discurso a língua não é um sistema abstrato, mas está inserida na fala dos homens, na produção de sentidos, nos modos de significar. Para compreender os sentidos, a análise do discurso procura localizar marcas no texto deixadas pela produção de sentidos, o que nada mais é que compreender o processo de enunciação, indo além da análise de conteúdo dos ditos pelo sujeito. (ORLANDI, 2009). No campo jornalístico a prática discursiva comporta oferta de sentidos dos fatos presentes e acontecimentos passados.

Nas considerações de Orlandi (2009, p. 17), a análise de discurso diferencia-se da análise de conteúdo, esta se caracteriza em extrair os sentidos dos textos, questionando o que este texto que dizer, enquanto que a análise do discurso entende que a linguagem não é transparente, ela não busca atravessar o texto para "achar um sentido do outro lado, perguntado como este texto significa?" Ela objetiva entender como os objetos simbólicos trazem sentidos. Segundo Orlandi (2009), a análise do discurso não estanca na interpretação, pelo contrário, trabalha seus mecanismos, limites, elementos que compõem o processo de significações.

As bases da análise do discurso iniciam-se pela constituição do *corpus*, o que não segue critérios empíricos, mas sim critérios teóricos (ORLANDI, 2009). Quanto ao tipo de linguagem, a análise tem interesse em diferentes práticas discursivas como letras sons, imagens. Essa forma de análise não quer a exaustividade, a qual Orlandi (2009, p. 62) chama horizontal, isto é, extensão, pois o objeto empírico é inesgotável, partindo do pressuposto que "não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se pode recortar e analisar estados diferentes", o que se pode aduzir que a análise e construção do *corpus* estão intrinsecamente vinculadas.

Assim, o processo de análise se inicia conforme Orlandi (2009) já na determinação do *corpus* que se estrutura em razão da natureza do material e à pergunta que o constitui, permeada pelos critérios decorrentes dos princípios teóricos da análise do discurso, e que a teoria interfira esse processo e conduza a relação do analista com seu objeto. O que vai caracterizar a não objetividade da análise, no entanto, ela deve ser menos subjetiva, haja vista que o objeto de observação demonstre o modo de produção de sentidos.

Na opinião de Orlandi (2009, p. 66) a análise do discurso tem como finalidade “compreender como um objeto simbólico produz sentidos”, ou seja, a superfície linguística modifica-se em objeto discursivo, o que é início para exercer esse “compreender”, essa etapa de constituição do *corpus*, esquematizando seus limites, recortes, se valendo de noções, categorias, conceitos, visto que a análise do discurso demanda um ir e vir a todo instante entre *corpus*, análise e teoria, ocorrendo desse modo, ao longo de toda a pesquisa.

Diversos estudos, assim como o de Cunha (2010), consideram a análise do discurso uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, visto que atua em diversos campos do conhecimento como o linguístico, ideológico e histórico, visando o entendimento do processo de produção de sentidos que se formulam nos embates simbólicos, seja no contexto da política, da sociologia, enfim, nos diversos seguimentos sejam sociais, culturais em que os discursos se apresentem.

Os estudos acerca da análise de discurso têm perpassado várias pesquisas, as quais têm nesse método, uma ferramenta de análise, que contemple o objeto de estudo eleito. O discurso, um conceito bastante amplo, tem sido objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento sejam no âmbito da política, economia, literatura, jornalismo e outras. Esses buscam uma apresentação da abordagem interdisciplinar e holística que engloba múltiplas dimensões sejam as sociológicas, históricas, culturais, epistemológicas, linguísticas e políticas.

Função-enunciativa, discurso, sujeito, enunciado, ordem do discurso, arquivo, posição-sujeito, saber, e outros foram agregados à análise do discurso e são utilizadas em diferentes áreas do conhecimento, inclusive no campo jornalístico. Tenreiro (2005, p. 276) considera que a análise do discurso não se direciona só para o entendimento e a “amostragem dos processos de enredamento discursivos”, mas é preciso (re)pensar a rede de sentidos que constitui a análise do discurso como dispositivo de análise, em que as áreas da linguística, do materialismo histórico estão presentes em estudos da análise do discurso. Todavia, a AD não só se apropria desses princípios, pelo contrário percebe que o corpo da AD envolve um espaço para circulação de sentidos.

Sem dúvida, o discurso, caracteriza como um dos conceitos fundamentais dentro da análise do discurso E na visão de Cunha (2010) torna-se reflexão discursiva, uma prática essencialmente interdisciplinar nos postulados de Michel Pêcheux, constituindo-se num espaço de debate, confronto das ciências para assim exercer a compreensão desse elemento emblemático que é o discurso.

O discurso se define para um dos teóricos da análise do discurso, Foucault (2008, p. 132) como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, ou seja, os enunciados mudam de sentidos quando compõem outra formação discursiva, não são repetitivos, aparecem ou são utilizados no curso da história, caracterizando desse modo, fragmento de história, expondo seus limites, transformações, e as formas específicas de sua temporalidade materializada na linguagem em formato de texto e/ou imagens em que as representações, conflitos, identidades, são construídas pelos sujeitos.

Na acepção de Orlandi (2009, p. 21), discurso também se refere à relação de sujeito e efeitos de sentido no funcionamento da linguagem, visto que essa relação é atingida pela história e pela própria língua, o que não caracteriza só a transmissão de informações, mas um complexo processo de sujeitos e produção de sentidos. Para a autora, o discurso “é efeitos de sentidos entre os locutores”

Gregolin (2003, p. 7) reporta-se ao discurso como um processo permeado por condições de produção, partindo do pressuposto que o discurso é assentado pelo “tecido histórico-social que o constitui”, sendo então um processo, e é necessário articulá-lo aos elementos linguísticos com a história produzindo sentidos.

A partir das proposições acima elencadas, percebemos que o discurso é um conceito que implica a interpretação dos sujeitos falantes dentro de uma ordem linguística, textual, cuja produção de sentidos é inerente a esse processo, permeado pelo curso da história e da ideologia que os sujeitos trazem ao emitir determinados, diferentes sentidos dependendo do lugar socioideológico que eles ocupam. Esses sentidos expressam um dito antes em outro lugar, um já-lá, ecoando efeitos de sentidos nas condições sócio-históricas, ideológicas, de produção.

Ao discorrer sobre discurso, torna-se impossível não se referir aos sentidos emanados por esse elemento que o permeia. Sendo o discurso uma prática, arquiteta seu sentido nas relações e nos enunciados em funcionamento.

A compreensão de noção de sentido se dá como efeitos de sentidos entre sujeitos por meio da utilização da linguagem, denominada também de interlocução. Por sua vez, o significado de uma palavra, no caso, desmatamento, objetivo do estudo, vai ter sentidos

diferentes para determinados sujeitos, sejam os defensores do desmatamento, sejam os que são contra. Assim, segundo Pressler (2012), os sentidos desses sujeitos são produzidos conforme a sua ideologia, do modo como entendem o contexto político, econômico-social que se encontram, pois os sujeitos têm seu lugar de fala e as visões não são neutras, imparciais.

A pesquisadora, Orlandi (2009, p. 21) assevera que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”, corroborando com a conceituação de discurso já destacada anteriormente no texto. A autora, por conseguinte, endossa que a linguagem só tem sentido porque está inscrita na história.

E para investigar o sentido, a análise do discurso, conforme Orlandi (2009, p. 25) congregam-se três campos do conhecimento em suas conexões contraditórias: 1) a teoria da sintaxe e da enunciação; 2) a teoria da ideologia; e 3) teoria do discurso, caracterizada pela “determinação histórica dos processos de significação”. Essas conexões seriam envolvidas pela teoria do sujeito de caráter psicanalítico.

Os sentidos de um discurso estão imbricados pelas condições de produção. Essas condições compreendem o sujeito e a situação, no entanto, o modo como a memória aciona firma as condições de produção, as quais incluem o contexto sócio-histórico, ideológico que determinam ou influenciam na produção do discurso. Tal contexto, conforme Orlandi (2009, p. 31), apresenta exposições “dos efeitos de sentidos, elementos” que resultam da forma de nossa sociedade, com suas instituições, como selecionam representantes, divide posições de obediência e governo, conforme um imaginário que interfere nas posições políticas dos sujeitos.

Por conseguinte, a memória se constitui associada ao discurso; nesse sentido, ela configura-se como interdiscurso, o qual Orlandi (2009, p. 31) define “como aquilo que fala antes, em outro lugar”, intitulado também de memória discursiva, pois oferece “dizeres” que atingem a forma como o “sujeito significa em uma situação discursiva dada”. No caso da proposta da dissertação, o termo desmatamento já foi falado em outro momento, em algum lugar, por alguém. Então, esses outros sentidos dados ao termo têm efeito no que está sendo dito num determinado momento, dito por um sujeito específico tenha outro sentido, “é o efeito do jogo da língua inscrito na materialidade da memória e da história”.

Por sua vez, as condições de produção que designam os discursos ocorrem na relação de sentidos. A esse respeito Orlandi (2009) adverte como um dos fatores importante para essa designação, os discursos se relacionam uns com os outros, por isso, os sentidos derivam de relações, os dizeres têm relação com outros dizeres feitos, imaginados, o que tem um ponto de chegada e nem um ponto de partida para o discurso.

Outro fator, segundo os pressupostos de Orlandi (2009, p. 39), em relação às condições de produção todo sujeito pode se “colocar no lugar em que seu interlocutor ouve suas palavras”, ou seja, esse fator administra o processo de argumentação objetivando seus efeitos sobre o interlocutor. Por fim, o fator intitulado relação de forças, que consiste no poder “dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do ele diz” (ORLANDI, 2009, p. 39), ou seja, as relações de forças imperam na sociedade, sustentando o poder desses lugares caracterizando a posição dos sujeitos, assim como a distinção entre lugares dos sujeitos nos discursos.

Ao explicitar as formas como os sentidos são produzidos, entendendo com mais precisão o que está sendo dito, é necessário remetê-los às suas condições de produção, vincular as relações com sua memória e referi-lo também a uma formação discursiva, pois os sentidos recordados por Orlandi (2009) estão aquém e além das palavras, e não nelas mesmas, conseqüentemente o sentido não existe em si mesmo, é estabelecido pelas posições ideológicas no processo histórico em que as palavras são criadas, e as mesmas modificam os sentidos seguindo as posições daqueles que as utilizam numa formação discursiva, a qual possibilita a compreensão de produção de sentidos e sua ligação com a ideologia, e assim os sentidos são estabelecidos ideologicamente.

Pinto, M. (2002) apregoa que a análise do discurso não se importa tanto pelo que o texto mostra ou diz, visto que não é uma atividade de interpretação semântica de conteúdo. Importa mais para análise, explicitar, “os modos de dizer”, expostos pelo texto, isto é, “como e por que o diz e mostra”.

Num contexto de uma prática analítica, os modos de dizer, conforme Pinto, M. (2002, p. 27) podem ser explicados assim: a) modos de mostrar por meio do uso referencial da linguagem, além de outras semióticas, que no processo comunicacional são produzidos os universos do discurso; b) modos de interagir - consistem no uso novamente da linguagem e outras semióticas no processo comunicacional, no qual os participantes constroem as relações e identidades sociais nesse processo; e c) modos de seduzir - uso da linguagem e de outras semióticas na busca do consenso, em que os afetos negativos e positivos são associados ao universo de discurso em jogo.

Destarte, a definição de discurso como práticas sociais, Pinto, M. (2002, p. 28) alude à linguagem verbal e outras semióticas nas quais são construídos os textos como “partes integrantes do contexto sócio-histórico” e não algo apenas instrumental, externo as influências sociais, pelo contrário, possui uma função primordial na “reprodução, manutenção ou

transformações das representações das relações e identidades” que o homem se coloca numa sociedade.

Considerando que a análise do discurso também implica o postulado do materialismo histórico, Orlandi (2009, p. 19) descreve que há “um real da história”, em que o homem se insere nesse contexto, no entanto, esse real não é nítido, o que pressupõe a relação da língua com a história, na produção de sentidos, cuja “forma encarnada na história para produzir sentidos”, assim sendo, a forma é linguístico-histórica. Essa forma não é vista apenas como estrutura, mas principalmente como acontecimento, e que há uma condução da “noção de homem para a de sujeito”, constituindo um sujeito atingido pela história, a qual é comprometida pelo simbólico, pois os fatos pressupõem sentidos.

E os diferentes sentidos de uma palavra, dão-se, em referência à formação discursiva. Palavras iguais têm significações diferentes em função de estarem em formações discursivas diferentes, por exemplo, a palavra desmatamento, não tem o mesmo significado para as grandes empresas instaladas na Amazônia, assim como é diferente para as comunidades tradicionais, para pequenos agricultores, para os indígenas.

Na análise do discurso uma das questões fortes para compreensão da produção dos sentidos, está em “re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 45). Em outras linhas, pode-se expor que a ideologia é condição para o estabelecimento do sujeito e dos sentidos, que sua vez, não sujeito sem ideologia e não há discurso sem sujeito, desse modo, pela ideologia o sujeito se constitui e o mundo se significa, tornando a ideologia parte do funcionamento da linguagem.

Sendo assim, o sujeito é constituído nas práticas sociais de textualização, e a heterogeneidade de discurso acontece em função dessas práticas que ocorrerem em “lugares sociais organizados e reconhecidos como portadores de fala” (GREGOLIN, 2003, p. 490), como por exemplo, campo político, campo científico, literário, jornalístico, etc. Por sua vez, a produção de sentidos deve ocorrer “no interior desses campos institucionalmente constituídos como lugares de onde se fala”.

A heterogeneidade de discurso para Foucault, relaciona-se essencialmente à dispersão de enunciados, e a análise de discurso busca apresentar como certos enunciados surgem e como se distribuem no contexto de um conjunto segundo Moraes (2010), quem explica que as pesquisas de Foucault constituem uma concepção diferente de discurso, o qual o percebe sua relação com a “legitimação de saberes”, e o caminho pelo qual se aproxima à construção do sujeito (MORAES, 2010, p. 2).

Outro conceito da AD refere-se ao enunciado e enunciação. O enunciado seria um conjunto de signos, “a unidade concreta e real da comunicação discursiva” (CUNHA, 2010, p. 86), em que o discurso só existe na forma de enunciados concretos, no qual os sujeitos discursivos fazem parte desse contexto. E sendo o enunciado resultante da enunciação, esta por sua vez configura-se no modo de dizer, e constitui-se, conforme Cunha (2010), num mediador entre o discurso e o contexto sócio-histórico, cujos locutores possuem um marcante “horizonte social”.

Ainda em relação à enunciação, é caracterizada também como mediadora entre as estruturas discursivas e narrativas que, perpassada pelo discurso, se reconstitui das marcas e pistas deixadas por aquele. Cunha (2010) destaca que os sentidos propagados pela enunciação não se encontra nas palavras, nos locutores e indivíduos, eles estão na “interação entre locutor e receptor”, constituindo desse modo a enunciação como mecanismo essencial na produção de sentidos.

Na produção de sentidos no âmbito da AD, a concepção de um sentido anterior, uma “enunciação específica”, é necessária, o que na concepção de Possenti (2003, p. 38) seria o modo do “funcionamento típico do discurso” reformular, retomar um discurso. E assim, o efeito de sentido não provém de apenas uma palavra, mas de uma família de palavras, na qual se mantém relação entre elas à medida que as palavras têm num discurso já veiculado anteriormente. Possenti (2003) ainda postula que qualquer enunciação propõe uma posição, e diante dessa “posição os enunciados (palavras) recebem seu sentido”, quer dizer - a posição supõe uma memória discursiva, configurando assim que as formulações não surgem de um sujeito que adota somente as regras da língua, porém, acompanha o interdiscurso.

No campo da análise do discurso, Foucault (2008, p. 31) busca entender o enunciado “na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência”, associando-o com outros enunciados, não objetivando o que está aparente, “a conversa semi-silenciosa de outro discurso”, o que deve ser exposto, segundo Foucault (2008, p. 31), “por que poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar”. Sendo assim, os enunciados, conforme Pressler (2012) podem ser interpretados de modos diferentes, desde que sejam produzidos em várias e distintas formações discursivas conforme determinados contextos sociais.

A obra de Foucault, segundo Deleuze (2010, p. 120) compreende-se em três estágios analíticos: o primeiro engloba uma arqueologia do saber, que examina as formas como arquivos e enunciados dispõem uma superfície de inscrição de discursos; o segundo baseia-se na genealogia do poder, tendo como foco as relações de força; e o terceiro, que aborda os

processos de subjetivação, os cuidados de si e da “dobra da força”, em que essa dobra compõe “modos de existência”. Por sua vez, estes estágios perpassam toda obra foucaultiana, no entanto, não é nossa intenção aprofundá-los, a tentativa é se basear em alguns conceitos de Foucault, assim como os de Orlandi (2009) e Gregolin (2003), para dar suporte à discussão da pesquisa proposta.

De acordo com Malheiro (2009), nos preceitos de Foucault, o discurso como materialidade produtiva é uma prática discursiva, e, por conseguinte, uma prática social e estratégica, em que o discurso, nessa materialidade, configura-se numa superfície que não oculta “verdades” a serem desveladas, no entanto, essa prática em certas circunstâncias determina realidades e verdades, constituindo a premissa de que os discursos não são somente inscrições linguísticas, são estratégias discursivas envolvidas num sistema de saber.

Quanto ao conceito de saber dentro da análise do discurso, Foucault, conforme Moraes (2010), explica que o mesmo faz parte de um sistema no qual as visões e opiniões de fontes, principalmente no campo jornalístico, são ligadas a este sistema e que determinados saberes são mais legítimos no contexto histórico e numa definida cultura, o que quer dizer que não sejam os melhores.

O conceito de enunciado para Foucault, conforme Moraes (2010, p. 4), não se restringe a frases, proposições (análise lógica), atos de fala, mas a uma “função de existência” vinculada aos signos. Tal função, segundo Moraes (2010, p. 4) está constituída por quatro noções: a) referente (princípio de diferenciação); b) sujeito (sentido de posição a ser ocupada); c) campo associativo (coexistir com outros enunciados); e d) Materialidade específica (vestígios escritos, ditos, gravados, que podem ser repetidos, reproduzidos por relações sociais, práticas).

Desse modo, para Foucault, os enunciados são permeados por outros enunciados, ocupa diferentes posições em vários campos de relações e diversos lugares, por isso, eles podem, segundo Moraes (2010, p. 5), “reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar extensão, adquirir novos conteúdos semânticos e são característicos de uma época determinada”, relacionados a uma formação discursiva na qual as relações de poder estão inclusas.

Por sua vez, Giacomoni; Vargas (2010) apontam que o discurso para Foucault deve ser baseado no discurso real, ter materialidade existente. E seu método, segundo os autores, seguem os principais conceitos como: discurso, prática discursiva, enunciado, saber e formação discursiva. Além disso, Giacomoni; Vargas (2010, p. 122) apontam que a “compreensão de que o discurso é uma prática, que constrói seu sentido nas relações e nos

enunciados em pleno funcionamento”, na qual esse entendimento se volta para a inscrição do discurso.

Giacomoni; Vargas (2010) enfatizam o método da história arqueológica de Foucault envolvendo os conceitos citados acima. Segundo os autores, na obra *Arqueologia do saber*, Foucault (2008, p. 132-133), define com mais precisão que o discurso é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; este conjunto é limitado a um certo número de enunciados, além de ser histórico-fragmento de história [...]”. Desse modo, ele mostra que os discursos estão envolvidos num apoio histórico, em que sujeitos desses discursos preenchem um “lugar institucional” conforme suas intenções naquele contexto.

Essa prática culmina em uma prática discursiva, conceituada por Foucault (2008, p. 33) como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”, corroborando com as relações do discurso com os níveis da linguagem, do geográfico, do social e político em que os enunciados são postos em evidência.

Em relação ao conceito de enunciado, Foucault (2008, p. 98) o explica como uma “uma função de existência” pertencente aos signos, no entanto, não se determinam critérios estruturais de unidade, visto que não são unidades em si mesmo, mas possuem uma função que perpassa “unidades possíveis” e o domínio de estrutura, situados no espaço e no tempo conteúdos sólidos. E tal função necessita ser vista no campo que ela ocorre, atua, verificando as normas que a dirigem

No espaço e no tempo se situa também a formação discursiva, vista por Foucault (2008, p. 43) como grupos de enunciados dentro de quatro regras, dimensões constituídas em: 1) formação dos objetos; 2) formação das posições subjetivas; 3) formação dos conceitos; e 4) formações das escolhas estratégicas. Todavia, Foucault (2008) adverte, assim como a frase está para o texto, o enunciado está para a formação discursiva dentro das “escolhas estratégicas” em que os sujeitos constroem os sentidos dos enunciados perpassados pela prática social.

Conforme aduz Santos (2010), na acepção de Foucault, o sujeito não tem livre arbítrio para realizar o que quer, mas realiza o que é possível no lugar que ele ocupa num determinado tempo. Sendo que fatores externos interferem na ação do sujeito, o que deixa ele não ser um sujeito autônomo, à medida que não há discurso sem sujeito, sujeito sem discurso, logo então, se percebe que, o sujeito de acordo com Santos (2010, p. 160) “é nem plenamente livre nem

completamente assujeitado [...]”; ele transita, move-se entre o espaço discursivo de um e do outro [...]. Assim, na acepção de Revel (2011), o sujeito se constitui por meio de práticas, as quais podem ser de poder ou de conhecimento, de técnicas sobre si, corroborando com o que Pinto, M. (2002) se refere ao sujeito da enunciação, ao dizer que um os enunciadores de um texto se reconhece e define sua imagem.

Partindo dos pressupostos de Pinto, M. (2002), que análise do discurso atribui atenção especial à “textura do texto”, e que na sua superfície podem ser achadas pistas, marcas deixadas que a interpretação da análise, vai buscar nesse processo de produção de sentidos do enunciado, assim como também assevera Dutra (2003) que é na superfície do discurso que compreendemos esses sentidos produzidos.

Nestes termos de uma perspectiva teórica nosso esforço se volta em interpretar os vestígios, as marcas do enunciado - desmatamento, percebendo o posicionamento, o discurso do *Jornal Pessoal* em relação a esse enunciado no *corpus* posto sob análise, o que logo mais adiante o faremos. Sendo assim, faremos breve explanação sobre o início do debate - desmatamento no periódico realizado no tópico seguinte.

5.1 O desmatamento do Pará no *Jornal Pessoal*

A discussão o desmatamento na Amazônia Legal, sobretudo no Estado do Pará, é pauta nas folhas do *Jornal Pessoal*, que discute o tema associado às outras questões como grilagem de terra, ocupação desordenada na Amazônia, a inserção dos grandes projetos de exploração dos recursos naturais, assim como processo do atraso histórico em que a região se insere, onde as elites do poder estão cada vez mais aliadas às empresas multinacionais e ao capital externo. Neste sentido, enfocaremos nesse tópico o início das primeiras abordagens do *Jornal Pessoal* a respeito do desmatamento, veiculado nos anos iniciais do periódico.

De acordo com levantamentos realizados no *Jornal Pessoal* em 1988, o índice de desmatamento no ano de 1987 sofreu uma grande amplitude na Amazônia, colocando o Brasil como “campeão mundial de desmatamento” em função do “avanço sobre a fronteira amazônica”, chamando a atenção mundial, visto que as derrubadas estavam entre 1,2 e 2,5 milhões de hectares anuais (PINTO, L., 1988, p. 3.); tal amplitude destacava-se em três estados amazônicos (Pará, Rondônia e oeste de Mato Grosso) onde a taxa do desmatamento variava entre 20, 5 milhões de hectares, segundo imagens do satélite NOAA-9 daquele ano.

Segundo Pinto, L. (1988), esses números seriam um recorde na história da Amazônia, e tais incêndios causaram danos à atmosfera, visto que “500 milhões de toneladas de

composto de carbono” foram elevados para a atmosfera. Nessa questão, Pinto, L. (1988, p. 3) ressalta que essa quantidade tem “100 mil vezes mais fumaça e gases do que o que o vulcão *El Chichón* liberou no México em abril de 1982”. Segundo estudos dos cientistas, os danos à atmosfera e o clima da Terra foram alarmantes. No entanto, ainda faltaram examinar cientificamente os efeitos nocivos na camada de ozônio pela queima das florestas na Amazônia.

Pinto, L. (1988) destaca que as análises acerca dessa temática não são mais dispostas pelas agências ecológicas ou órgãos de preservação, mas aparecem algumas entidades do governo e setores empresariais destacando que o instrumento para essas análises são as imagens do satélite *Landsat*, na época a fonte de maior credibilidade. Nesse sentido, as análises e avaliação dos resultados enfatizam que a questão do desmatamento é mais danosa, mais trágica, porque “significa principalmente, a simples queima de floresta, sem qualquer relação com um processo produtivo em bases racionais” (PINTO, L., 1988, p. 4).

De acordo com as análises de Pinto, L. (1988), sem a retaguarda e experiências sólidas de manejo de florestas os grupos ecológicos temem que as empresas e os setores madeireiros internacionais entrem de vez no solo amazônico, mas estes “vão encontrar entre os nativos um estado de perplexidade próprio de quem sido forçado a escolher entre o nada e o coisa alguma, que é o sobra dessa vasta pilhagem feita na Amazônia para satélite registrar e cientista lamentar” (PINTO, L., 1988, p. 5); desse modo, o autor faz severas críticas ao capital internacional e à política de incentivos fiscais que o Estado disponibiliza para os investimentos e exploração dos recursos naturais.

Em 1988, segundo Pinto, L., (1988), a principal causa do desmatamento centrava-se na atividade da pecuária, depois com a tendência da exploração de madeira, isso seria um dos motivos fundamentais; no entanto, com a implantação do complexo siderúrgico na extensão da ferrovia Carajás, esse quadro mudou. Para a produção de carvão vegetal precisam ser postas abaixo uma parte da floresta, o que evidencia que a “siderurgia será a maior demandadora de árvore da região” (PINTO, L., 1988, p. 5). Esses impactos foram enormes em duas guseiras¹⁶ que fariam reflorestamento de pelo menos um terço, para atender as possíveis necessidades da ocorrência de devastação.

Na visão do jornalista, o reflorestamento não ocorreu, principalmente, pela circunstância como ocorreu a opção das siderúrgicas pela Amazônia. As mesmas vieram de Minas Gerais, onde por décadas foram “fornecedoras de ferro gusa à base de carvão vegetal

¹⁶Empresas que transformam o minério em ferro-gusa, matéria-prima para a produção de aço (HOMMA et. al. 2006, p. 56).

para a indústria automobilística instalada em São Paulo” (PINTO, L., 1988, p. 5), o que dizimou uma vasta área de floresta com o objetivo de alimentar os fornos; desse modo, um caminho para continuar as atividades seria deslocar a madeira nativa que fica 800 km de distância da base, o que se tornou uma questão antieconômica. Então, para sanar essas perdas financeiras, as siderúrgicas resolveram agir de outra forma:

Em cálculo de ponta de lápis, mais barato que continuar procurando floresta nativa na região ou implantar reflorestamento é transferir-se para a Amazônia - evidentemente não para plantar novas florestas, mas para usar as que já existem. É uma repetição de Minas Gerais de três décadas atrás, com as mesmas promessas do passado e os mesmos riscos de sempre. Só que as preocupações com os riscos são atropeladas pela busca do lucro imediato (PINTO, L., 1988, p. 5)

Além desse atrativo florestal - fornecedor de carvão vegetal - há outras vantagens regionais em Carajás, e as empresas estão instalando para tirarem maiores proveitos econômicos da região sem a devida preocupação com a conservação dos recursos naturais e de seus povos, destacando o saber que estes possuem da região.

Reportando ao debate histórico sobre o desmatamento na Amazônia, segundo Pinto, L., (2011b), em 1976, a Skilab¹⁷ detectou o maior incêndio registrado pela humanidade, e esse incêndio ocorreu no sul do Pará, detectado nas imagens da equipe da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA); a partir de investigação, a Volkswagen, foi apontada como a autora do dano. O incêndio ocorreu no município de Santana do Araguaia, na Fazenda Companhia Vale do Rio Cristalino, abrangendo 139 mil hectares; esse episódio adiante será mais explicitado, pois faz parte do *corpus* de análise.

5.2 Análise e discussão do *corpus*

Neste item, apresentamos o exame do *corpus* selecionado conforme procedimentos metodológicos elencados na introdução. Ressaltamos que a análise empreendida revestiu-se de um esforço em tentar evidenciar a posição, o discurso do Jornal Pessoal em torno do desmatamento na Amazônia Legal, sobretudo, no Pará, cujo debate perpassa a agenda do periódico que investiga essa problemática em vários momentos da História da Amazônia.

Por conseguinte, as etapas de análise estão estruturadas conforme os três eixos temáticos eleitos para composição do *corpus*. Iniciamos a discussão pelo primeiro eixo temático, cujos textos selecionados foram lidos na íntegra, observando o contexto histórico,

¹⁷Estação espacial norte-americana que, em 1973, foi projetada ao espaço.

econômico, político e social, além disso, verificamos elementos como: titulações dos textos e imagens disponíveis. Esses procedimentos foram realizados com a intenção de verificar os objetivos do trabalho, assim como elucidar a confirmação, ou não, das hipóteses esboçadas.

Para melhor sistematizar a análise do *corpus*, os eixos temáticos foram distribuídos em tópicos, como veremos a seguir. Iniciamos com o primeiro eixo temático, por conseguinte, teremos o segundo eixo e para finalizarmos a análise o terceiro eixo.

5.2.1 Primeiro Eixo Temático: Desmatamento da Empresa Volkswagen em Santana do Araguaia, PA em 1976.

Esse primeiro eixo compõe-se de cinco reportagens, todas lidas na íntegra, dentre as quais destacamos duas, além da entrevista realizada com editor do Jornal, para centrarmos as análises, na tentativa de respondermos nosso problema de pesquisa. Os textos que formam esse eixo temático estão apresentados no quadro seguinte com os destaques para os textos escolhidos, os quais não apresentavam ilustrações.

Quadro 5 - Textos do primeiro eixo temático.

Ordem	Título
1)	O fogo visto do céu: advertência esquecida. Jornal Pessoal, ano 24, n. 493, 2 quinzena, jul. p. 5-7, 2011.
2)	A natureza da aranha. Jornal Pessoal, ano 15, n. 287, 2 quinzena, jun., p. 4-5, 2002.
3)	Só com boa intenção, o caminho do inferno. Jornal Pessoal, ano 25, n. 504, 1 quinzena, jan. p. 5, 2012.
4)	Primeiro retrato da destruição. Jornal Pessoal, Belém, ano 21, n. 415, 2 quinzena, p. 6-7, abr., 2008.
5)	Consciência amazônica: um produto remoto. Jornal Pessoal, ano 12, n. 205, 2 quinzena, p. 5, fev. 1999.

Fonte: Elaboração própria (2013).

O primeiro texto destacado sob o título - **O fogo visto do céu:** advertência esquecida - compõe o n. 493 da segunda quinzena de 2011. No texto, o Jornal Pessoal discorre acerca do incêndio de 1976 que ocorrera no município de Santana de Araguaia, localizado no sul do Pará, fotografado pela estação americana *Skylab* (monitorada pela NASA), que se localizava a 930 quilômetros da Terra.

O incêndio provocado pela Empresa *Volkswagen*, em 1976, é um fato emblemático para a questão ambiental com repercussão em âmbito nacional e internacional, cujo fato trouxe efeitos positivos e negativos para Amazônia. Na perspectiva positiva, porque o Brasil tornou-se referência em tecnologia de ponta em sensoriamento remoto para controle de gerenciamento de cobertura vegetal. Já na perspectiva negativa, os efeitos do desmatamento

causado por aquela ação esvaziou uma agenda de discussão, reflexão, combate e punição contra os causadores, assim como uma densa investigação do que realmente ocorrera.

O Jornal Pessoal faz sempre menção a esse episódio, por considerá-lo importante no processo de ocupação do Pará. A Empresa Volkswagen, proprietária da fazenda mencionada se instalou no local graças à política de incentivos do governo que na época vigorava na Amazônia, com o intuito de ocupar a terra, oferecia incentivos fiscais para aqueles que desejassem se fixar em solo amazônico seja pela “pata do boi” ou por qualquer outro empreendimento. Segundo informações do editor do Jornal, “*criar gado nessa época era a filosofia, a melhor forma para ocupar a Amazônia. Porque a pata do boi exige menos investimentos*” (informação verbal)¹⁸.

A empresa Volkswagen resolveu criar bois, uma atividade que nunca exercera antes, haja vista que sua *expertise* era na época criar automóveis populares, que dispensava uso de água no radiador, cujo instrumento possibilitava andar no deserto sem problemas.

Segundo relato do Jornal Pessoal presente nos textos do *corpus*, além de informações coletadas por meio de entrevista com o editor do periódico, a Volkswagen desmatou uma área de 11 mil hectares. Entretanto, para chegar nesse dado, primeiramente foi realizado alarde quando os cientistas da NASA mandaram para o Brasil a imagem de satélite que deveria ser examinada. Um cientista de São Paulo declarou em Belém que a ação abrangeu um milhão de hectares; a notícia, em caráter de denúncia, ocasionou um estardalhaço, gerando espanto até para aqueles que defendiam veemente a ocupação da Amazônia pela pata do boi.

No entanto, o cientista estava equivocado, o incêndio atingiu apenas “1% da cobertura anunciada, eram impressionantes 10 mil hectares (área de 100 quilômetros quadrados)” (PINTO, L., 2011b, p. 7), mas a enorme diferença amorteceu o impacto da revelação, desinteressando a repercussão da notícia.

Segundo o Jornal Pessoal, a Volkswagen teria utilizado o “agente laranja” para desmatar, mesmo sendo 11 mil hectares. Ela necessitava de outros recursos para praticar o ato. Neste sentido, um desfolhamento químico, que seria comercializado no mercado negro da Amazônia, cuja investigação poderia ter ir mais fundo, seria oportuno com escândalo da Volkswagen, todavia, pelo esvaziamento da denúncia, o caso não foi adiante.

E assim as longas discussões em torno do assunto foram perdendo interesse, e o que “resultou” nisso foi que, como a empresa não tinha autorização legal do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), na época órgão responsável pela fiscalização, deveria

¹⁸ Entrevista concedida à autora (2013).

pagar multa, cujo valor era maior que seus investimentos do projeto na Amazônia, ou seja, a Empresa acabou não pagando a multa devida.

A partir da leitura apreendida do fato relatado, visualizamos que o enunciador/ editor do periódico busca por meio desse episódio colocar em pauta o problema do desmatamento não como algo estanque, mas objetiva inseri-lo num contexto histórico, em que o discurso sobre o fato e/ou o desmatamento está envolto nas condições de produção que o gerou, em que há reiteração desse enunciado na conjuntura atual, pois apesar de tal episódio ter ocorrido na década de 70, o editor o considera importante no sentido de que na *“Amazônia não basta ver, às vezes a gente vê os fatos acontecendo com nossos próprios olhos, incapazes de entender a essência dos fatos e o significado histórico que ele tem”* (informação verbal)¹⁹. Destarte, o editor, procura discutir o problema do desmatamento baseado no conhecimento da região, não basta só estar comprometido.

A referência constante que editor faz desse episódio, seguindo uma linha da análise do discurso, é que o mesmo faz uma reiteração do enunciado, no qual percebemos pelo título do texto: **“O fogo visto do céu: advertência esquecida**, e no trecho: **mas devia ser lembrado sempre. Ajudaria a corrigir tantos e tão graves erros cometidos ao ser tratar da complexa Amazônia”**. Essas marcas linguísticas mostram a preocupação constante do editor em enunciar o desmatamento associado a diversos fatores econômicos, políticos e sociais, causando assim, efeitos de sentidos de debate, de discussão teórica em torno desse assunto, utilizando como estratégia discursiva, a crítica, a reflexão, a interpelação, legitimidade da fala e a inclusão do leitor.

Apontamos que pela estratégia discursiva caracterizada pela legitimidade da fala, o editor, comprova o que está dizendo, relatando, pois que não é apenas enumeração, descrição de ações, mas sim fatos que ele sustenta, com argumentos baseados em fonte de informação científica, quando se utiliza de dados de órgãos como INPE, INPA, valendo-se de argumentos de autoridade, em que a produção de sentidos o coloca numa condição de sujeito da enunciação, uma posição que conforme Orlandi (2009, p. 49) ocupa não como “forma de subjetividade, mas, um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz”.

No quadro seguinte, apresentamos as marcas linguísticas ou pistas localizadas no texto citado acima, demonstrando assim as estratégias discursivas que o enunciador/editor utilizou para opinar sobre a questão do desmatamento.

¹⁹ Entrevista concedida à autora em junho de 2013.

Quadro 6 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	Mas quem vê com os próprios olhos os acontecimentos e sabe o suficiente para definir parâmetros, era um absurdo (PINTO, L., p. 6, 2011b).
Legitimidade da fala	[...] não foi uma invenção, foi uma imagem de satélite, o meio tecnológico mais avançado que o homem criou, o satélite tem a síntese e a essência do saber humano, todo saber humano está comprimido naquele artefato tecnológico. Então, não tem como desmentir (informação verbal) ²⁰ .
Estratégia de interpelação	Como a Volks, com um contingente de trabalhadores [...] 10 vezes inferior ao maior desses exercito de desmatadores em ação, que era o que o Jari utiliza, conseguiu igualar a área derrubada na mesma época pelo milionário [...]. Daniela Ludwig, um pouco superior a 10 mil hectares? [...] Desenvolver a Amazônia seria menos difícil e mais barato. Devastá-la, mais ainda (PINTO, L., 2011b, p. 6).
Estratégias de inclusão do leitor	Qualquer pessoa com conhecimento de campo da Amazônia saberia que é impossível queimar um milhão de hectares de uma só vez [...] (PINTO, L., 2011b, p.5).

Fonte: Elaboração própria (2013).

No texto, observamos movimentos do sujeito da enunciação, que busca interagir com seus leitores quando se utiliza de elementos discursivos para produzir sentidos e ocupar um ‘lugar’ para ser sujeito do que diz, o que podemos notar no elemento discursivo: sujeito da enunciação e estratégia de inclusão do leitor.

Percebemos, pela análise, que o posicionamento do enunciador/editor nesse texto é de oposição ao modo de desenvolvimento proposto pelo governo para colonizar a Amazônia, de fornecer incentivos fiscais, visto que isso traz grandes danos aos recursos naturais e incentiva a prática do desmatamento. O enunciador faz uma interpelação quando dirige a pergunta acerca do desmatamento que o Projeto Jari fazia em plena paisagem intacta da região.

O segundo texto refere-se ao título: **A natureza da aranha**, que compõe o n.287 da segunda quinzena de 2002. O texto tem uma chamada na capa da edição na qual o mesmo se encontra. A chamada faz um questionamento: **Nossas florestas vão acabar?** Desse modo, mostra uma estratégia discursiva de interpelação, inserindo o leitor na discussão, implantando uma dúvida que para uma possível resposta, ele deverá ler o artigo.

²⁰ Entrevista concedida à autora, em 2013.

Ao nos debruçarmos na leitura do texto, observamos que o enunciador/editor faz uma retrospectiva histórica da abertura de estradas na Amazônia, em que a destruição da natureza na região era centrada, e a atividade econômica extrativista exigia pouca derrubada de árvores, como “a extração da balata ou corte seletivo da madeira”. O enunciador/editor ressalta o monitoramento da cobertura vegetal da Amazônia pela tecnologia, que se iniciou na década de 60, assim como aponta que apesar “de a crônica do desmatamento” ainda não ter sido completada, o “colonizador amazônico” já garantiu o título de maior “desmatador da história da humanidade”, uma mancha nefasta e sem volta na floresta amazônica.

Percebemos que ao longo do texto, anunciador/editor sustenta sua argumentação no binômio progresso e destruição, numa abertura para o grande capital que traz consequências nefastas à floresta, e parece que “os brasileiros anestesiados” não observam a gravidade do problema. No debate, o enunciador/editor retoma o caso emblemático do incêndio praticado pela *Volkswagen* na Fazenda Vale do Cristalino.

Mais adiante, o enunciador/editor faz referência a outro episódio de desmatamento, quando em 1988 o INPE anunciou que em 1987 houve grandes áreas devastadas, perfazendo 200 mil quilômetros quadrados, realizados quase todos pelo uso de fogo; todavia, essa estatística provocou polêmicas entre os cientistas do órgão. Polêmicas à parte, a causa desse estrondoso desmatamento era para que os donos de imóveis rurais não tivessem suas terras tomadas pela reforma agrária, uma vez que o desmatamento significava a produção e benfeitoria à terra pelo Valor da Terra Nua (VTN).

No decorrer do texto, o enunciador/editor utiliza como elemento discursivo a estratégia discursiva de inclusão do leitor, para que este vivencie a experiência do enunciador quando este rememora seus tempos de infância, cujo tempo, ele viu o desaparecimento da vegetação. Nisso reside uma reminiscência da memória do acontecimento, em que o desmatamento produz efeitos de sentido investido de significado, de simbolismo da natureza devastada, reiterado pela sucessão do enunciado em afirmação-verificação representado pelo trecho: “o desmatamento era sinônimo de benfeitoria rural, floresta veio abaixo com esse propósito: tornar produtivo o imóvel. Terra com floresta era especulação. Terra nua, produção” (PINTO, L., 2002b, p. 20).

O desmatamento se apresenta como um enunciado, acontecimento no espaço e num tempo, mas não num tempo estanque, linear, em que o episódio do incêndio provocado pela *Volkswagen* é rememorado como repetição para fixar a posição do *Jornal Pessoal* frente essa temática. A seguir os elementos discursivos localizados no texto:

Quadro 7 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	A crônica do desmatamento para valer na Amazônia ainda não completou, a rigor, quatro décadas, mas já garantiu para o colonizador amazônico o título de maior desmatamento da história da humanidade em todos os tempos [...] (PINTO, L., 2002b, p. 4).
Legitimidade da fala	Quando a minha geração ingressou no mundo ativo, o total do desmatamento ainda estava bem baixo do 1% detectado menos de quatro décadas atrás. Desde então vi com meus olhos desaparecer a bela mata alta das margens da Belém-Brasília. Testemunhei também o sumiço da rica vegetação sobre a qual sobrevoava ao ir para Carajás [...] (PINTO, L., 2002b, p. 4).
Estratégia de interpelação	Será que estamos condenados a ser impotentes companheiros de viagem da maior destruição de florestas, justamente daquele componente vital da paisagem amazônica, e do próprio ethos amazônico, que serve de aval para um futuro melhor da região e não ao mesmo destino colonial imposto a africanos e asiáticos? (PINTO, L., 2002b, p. 5, grifo do autor).
Estratégias de inclusão do leitor	[...] Mas o que estamos vendo agora, diante de nossos olhos esbugalhados e indiferentes à propalada evolução da consciência ambientalista mundial, é essa floresta ser dizimada com a mesma fúria que aniquilou a vegetação nativa dos vales do Araguaia e Tocantins? (PINTO, L., 2002b, p. 4).

Fonte: Elaboração própria (2013).

No elemento discursivo, a legitimidade da fala (trecho em destaque) produz o que é dito, é a legitimidade por meio do conhecimento da região, pela experiência vivida, inscrita na história e na ordem da memória, não na ordem cronológica, linear desse acontecimento, reforçado pelo sujeito da enunciação que corrobora com o enunciado do desmatamento como algo devastador que se perdurará por longo tempo.

Nas estratégias de interpelação e de inclusão do leitor, o enunciador/editor utiliza-se da afirmação-verificação ao utilizar perguntas e respostas organizadas na narração do enunciado, e fornece mais interatividade ao que se diz, repartindo a responsabilidade do que é dito com seus leitores, como forma de garantir prosseguimento ao que foi enunciado. Para Orlandi (2009), as relações de linguagem são também relações de sujeitos e de sentidos, cujos efeitos são diversos e variáveis, interferindo na concepção do discurso como efeitos de sentidos entre os enunciadores.

Adiante, seguiremos a análise das edições que formam o segundo eixo temático proposto no exame do *corpus*, no qual tentamos apresentar um fio da história desses “grandes

empreendimentos” voltados na concepção do governo para colonização e integração da Amazônia ao Brasil e ao mundo.

5.2.2 Segundo eixo temático: Desmatamento no Pará na Conjuntura dos Grandes Projetos na Amazônia (1964-1985)

Os textos selecionados para compor esse eixo temático abrangeram três grandes projetos desenvolvidos na Amazônia Legal. O primeiro projeto refere-se ao Projeto Jari, no qual foram escolhidos textos em relação a esse tema; o segundo projeto diz respeito à Construção de Hidrelétrica de Tucuruí; e o terceiro e último refere-se ao Projeto Ferro de Carajás que engloba o Programa Grande Carajás. Nesse eixo, também tentaremos correlacionar as edições do Jornal Pessoal com duas obras do editor, escritas quase concomitantemente ou anterior ao surgimento do periódico, todavia, a produção do jornalista perpassa tanto as obras escritas quanto algumas edições do Jornal.

Iniciaremos a análise pelo Projeto Jari. Os textos que compõem essa parte são cinco. Para procedermos à discussão, selecionamos apenas dois, os quais estão em destaque no quadro seguinte. Juntamente com esses textos, inserimos uma obra escrita pelo editor do Jornal Pessoal em 1986, que retrata a história desse projeto implantado no Pará e Amapá.

Quadro 8 - Textos do segundo eixo temático - Projeto Jari Florestal.

Ordem	Título
1)	Jari: fábrica de celulose deixa de produzir. E daí? Jornal Pessoal, ano 25, n. 525, 2 quinzena, nov., p. 5, 2012.
2)	Grandes projetos: três décadas depois. Jornal Pessoal, ano 23, n. 448, 1 quinzena, set., p. 1-3, 2009.
3)	Jari: É para implodir? Jornal Pessoal, ano 22, n. 205, 2 quinzena, fev. p. 1-2, 1999.
4)	Jari: empresa paraense? Jornal Pessoal, ano 23, n. 57, 2 quinzena, fev., p. 1-4, 1990.
5)	Jari: história errada. Jornal Pessoal, Belém, ano 23, n. 453, 2 quinzena, p. 4, nov. 2009.
1)	Jari toda a verdade sobre o Projeto de Luiwig: as relações.... 1986.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Em 1966, o americano Daniel Keith Ludwig chegou ao Brasil para dialogar com o presidente Castelo Branco; da conversa, o presidente dissera que o governo garantiria os investimentos e Ludwig pagaria pela extensão de terra um valor de 4,7 milhões de dólares, incorporando uma empresa extrativista de quem foi de um dos coronéis da República, José Júlio de Andrade. O Projeto da Jari Florestal Agropecuária, de Daniel Keith Ludwig iniciou em 1967, a partir da compra de extensão de terra próxima a Foz do Rio Amazonas com a

finalidade de produzir celulose, papel, arroz e bauxita refratária, mas somente em 1979 o projeto entrou em operação.

Ludwig iria produzir arroz na várzea do Amazonas e a gmelina arbórea, fonte tradicional de fibras que crescia mais rápida que o eucalipto e o pinho. O americano levaria a tecnologia de ponta da Georgia (E.U.A.) para a Amazônia, porém, não estudou as características do solo e o regime da água. Diversos erros ocasionaram uma situação de caos no Projeto, vários empréstimos a vencer, e não se tinha algum lucro operacional para cobrir determinadas despesas.

Em 1982, a administração brasileira assumiu o empreendimento e um grupo de 32 empresas nacionais, gerenciadas por Augusto Antunes (Caemi), iniciou o controle do Projeto. A partir do ano de 2000, o Jari teve seu controle acionário pelo Grupo Orsa, fabricante de papel e embalagens de São Paulo. O grupo pagou um valor simbólico de um real, assumindo as dívidas com o Banco do Brasil e principalmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim como mudou o grupo acionário, mudou também o nome de Jari para o nome Celulose, Papel e Embalagens.

Segundo informações coletadas em entrevista com o editor do Jornal Pessoal, o Projeto Jari tinha característica diferente para desmatar, ele não usava fogo como a maioria dos projetos. O Jari usava o desmatamento mecânico, por meio de motosserras e tratores e era uma das maiores compradoras de motosserra da *Sthil*, comprava numa faixa de 700 a 800 anualmente.

Por utilizar esse tipo de desmatamento, o Jari causava “menos” danos ao meio ambiente, uma vez que o fogo produz os gases do efeito estufa. No entanto, para o editor do JP, o Jari “[...] fez corte raso em 100 mil hectares pra substituir uma floresta heterogênea e nativa por uma floresta homogênea e exótica, isso foi um desastre” (Informação verbal)²¹. Para fazer a implantação do Projeto de celulose, Ludwig desmatou uma extensa área de florestas entre o sul do Amapá e norte do Pará e a gmelina não fincou, pois ela necessitava de um solo mais rico que aquele; não houve um estudo do solo. Conforme o editor, esse fato foi uma das causas para que o projeto não desse certo.

Pelo levantamento realizado nas edições, encontramos cinco textos referentes ao Projeto Jari, dos quais elegemos dois. O primeiro faz parte do n. 525, de 2012, sob o título **Jari: fábrica de celulose deixa de produzir. E daí?** O título já remete de imediato, a uma

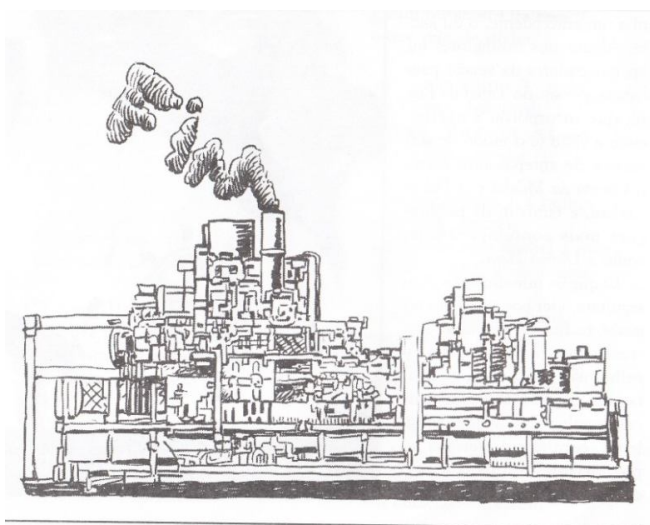
²¹ Entrevista concedida à autora, em junho de 2013, pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

estratégia discursiva de interpelação e inclusão do leitor, pois leva o destinatário a se perguntar: qual importância desse Projeto, o que vai mudar se ele acabou?

O texto comunica que o Grupo Orsa anunciara que a Fábrica de celulose, localizada em Monte Dourado, iria parar por um ano suas atividades. A empresa ia produzir celulose solúvel, que é muito utilizada na indústria de tecido. Antes produzia pasta de celulose branqueada extraída do eucalipto. Com este encerramento da atividade, a unidade de Monte Alegre se tornaria fornecedora de matéria prima para as fábricas de produção de embalagens de papelão e papelão ondulado. E para executar essa atividade, a empresa iria demitir do seu quadro funcional quase cinco mil trabalhadores, o que incentivou os políticos, além de dirigentes sindicais do Amapá e Pará, onde o projeto está instalado, a pressionarem por garantia de empregos.

Após a descrição das informações sobre essa decisão do Grupo, o enunciador/editor conclui com a estratégia discursiva de interpelação realizando uma pergunta: “O Pará, o Amapá e a Amazônia como ficam nesse novo enredo? Criticando assim, o silêncio da opinião pública que não fez nenhuma manifestação acerca dessas mudanças no Projeto Jari. O texto traz um desenho da fábrica do Projeto, da chaminé da fábrica, sai a palavra fim, demonstrando, desse modo, a interação com o leitor, levando a um questionamento se seria o fim de uma era de desmatamento ou seria “um novo começo de devastação”? “Um novo ciclo de exploração”? Abaixo segue imagem.

Imagem 10 – Fábrica do Projeto Jari.



Fonte: Pinto, L. (2012f, p. 5).

A seguir elementos discursivos destacado no texto:

Quadro 9 – Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	O Projeto Jari começou em 1967, quando o milionário americano Daniel Keith Ludwig comprou uma vasta extensão de terra junto à foz do Rio Amazonas, para produzir celulose, papel e bauxita refratária (PINTO, L., 2012f, p. 5).
Legitimidade da fala	O encerramento da produção de celulose faz parte de um rearranjo que a Internacional Paper, maior produtora de papéis do mundo, realiza desde que adquiriu recentemente 75% das ações do grupo (PINTO, L., 2012f, p. 5).
Estratégia de interpelação	O Pará, o Amapá e a Amazônia como ficam nesse novo enredo? (PINTO, L., 2012f, p. 5).
Estratégias de inclusão do leitor	Jari: fábrica de celulose deixa de produzir. E daí? (PINTO, L., 2012f, p. 5).

Fonte: Elaboração própria (2013).

Percebemos pela análise que o enunciador/editor retoma uma discussão em relação ao Projeto Jari; para isso, utiliza elementos discursivos, como sujeito da enunciação para apresentar o que ele, o enunciador/editor, testemunhou, acompanhou a trajetória e a implantação desse projeto às margens do Rio Amazonas, como reminiscência da memória e da história do Projeto, e o legitima pela sua fala, pautada veracidade das informações atuais sobre o Projeto Jari, tomando outros rumos daqueles que foi projetado pelo tão emblemático, americano Daniel Ludwig.

Assim, o enunciado, o do Projeto Jari, revive pelo enunciador/editor como momento histórico que deixou marcas profundas na devastação de centenas de hectares, nos estados do Pará e Amapá. Todavia, esse acontecimento é revivido numa cronologia não linear, não dissociado de contexto que foi implantado e do contexto atual de suas mudanças, no qual o enunciador/editor se apropria de elementos históricos para trazer à tona uma nova discussão dos rumos do Projeto e a questão ambiental que ele encerra. Abaixo, uma fotografia da chegada histórica do complexo industrial do Jari:

Fotografia 1 – Chegada do Complexo industrial ao Jari em 1979.



Fonte: Pinto, L., (1990, p. 1).

Em relação às ilustrações, fotografias utilizadas, observamos uma construção de um discurso imagético, que também conta uma história, reitera um acontecimento, atribuindo significados às imagens disponíveis, imprimindo sentidos ao que foi “construído imageticamente”.

O segundo texto que analisamos em relação ao Jari tem como título **Grandes projetos**: três décadas depois; ele é matéria de capa do n. 448 de 2009. O texto discute acerca dos grandes projetos econômicos que devastaram a floresta amazônica para nela implantarem um modelo capitalista. O editor, logo no início, usa estratégias de interpelação quando se refere ao Projeto Jari, que neste ano havia entrado em operação há 30 anos. Assim, o editor pergunta: Quem se lembra? O que acha? Chamando a atenção de seus leitores que, apesar desses trinta anos, o Projeto está em plena atividade com suas atividades econômicas.

No texto o editor enfatiza a instalação do grandioso Projeto Jari, e diz que “mais do que uma empreitada, ‘o grande projeto’ parecia materializar uma concepção de poder”, se arriscava ser um governo paralelo na região. O editor considera que o regime militar, instalado na época, com sua doutrina de segurança nacional, não entregaria a Amazônia aos estrangeiros, mas, justamente, estava fazendo o contrário, ao firmar e apoiar a inserção do projeto milionário Ludwig no local.

Conforme o editor, o Projeto Jari, além de realizar um desmatamento brutal, provocava conflitos sociais, violência, desorganização social, entre outros problemas. O projeto implantara um capitalismo de “ponta”, importado de seu maior templo. Para reafirmar, esse discurso, o editor utiliza uma imagem de um templo no meio da floresta, como podemos visualizar na ilustração abaixo:

Imagem 11 – Cine Amazônia.



Fonte: Pinto, L., (2009b, p. 1).

Desta forma, o enunciador/editor busca pela imagem causar impacto aos seus leitores, instigando-os a pensar no que se transformou a Amazônia. O enunciador/editor faz referência também pela imagem a um documentário que o Projeto Jari encomendou a Jean Manzon, cineasta que também fez documentários para governo militar divulgar a iniciativa do processo de ocupação da fronteira amazônica, enaltecendo esses feitos.

O documentário sobre Jari objetiva informar aos guardiões da segurança nacional que o Jari se instalava entre o Pará e Amapá, era brasileiro e tinha a mesma função dos demais projetos que era dar grandiosidade à Amazônia. Para ilustrar mais a discussão do texto, destacamos alguns elementos discursivos descritos no quadro abaixo:

Quadro 10 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	Em questão de meses, o cenário amazônico se metamorfoseava em uma unidade de primeiro mundo. Mas também o relativo isolamento, mesmo depois de tanto impacto, dava ao pioneiro um ar de buwana, de dono da vida, ou de imperador, como Ludwig (PINTO, L., 2007, p. 3).
Legitimidade da fala	Do dia para a noite, em vários pontos da região, a vida pulou do zero para 80, graças a desbravadores sem igual, a abrir caminho para a modernidade, como Jari (ainda que a custa de um desmatamento sem paralelo na história da humanidade) [...] (PINTO, L., 2007, p. 2).
Estratégia de interpelação	E não era exatamente isso o que estava acontecendo no império de Mr. Ludwig, ameaçando a soberania do Brasil sobre essa enorme possessão de terras? (PINTO, L., 2007, p. 2).
Estratégia de inclusão do leitor	A data redonda da entrada em operação dos primeiros grandes projetos podia ser a oportunidade para tratar do tema. Mas quem se habilita? (PINTO, L., 2007, p. 2).

Fonte: Elaboração própria (2013).

Destarte, o enunciador utiliza principalmente as estratégias de interpelação e inclusão do leitor para inserir a questão ambiental na Amazônia, tema que precisa ser debatido pela opinião pública. Um fato que trouxe muitos danos à floresta, uma vez que, o documentário do Jari, segundo o enunciador/editor, exalta a substituição de “florestas velhas por plantas novas”, uma atitude que iria causar danos profundos na “natureza como nunca antes na Amazônia”.

Pelo levantamento realizado, não foram encontradas muitas edições do JP dedicadas ao debate do Projeto Jari, um dos maiores causadores de desmatamentos no Pará. Supõe-se que essa “ausência” ocorre em função do editor do periódico ter publicado um livro em 1986, narrando a trajetória do Jari, assim como no livro *Amazônia: no rastro do saque*, no qual faz referências ao Projeto florestal do americano Ludwig, dedicando um capítulo composto de

cinco textos. Além de o editor ter escrito uma série artigos acerca do Projeto Jari no O Liberal, na época em que escrevia nesse jornal. Porém, em nossa proposta de estudo, esses artigos não entrariam no *corpus*.

Como havíamos explicado anteriormente, nesse eixo temático, tentaremos correlacionar o debate do Jornal Pessoal com obras escritas pelo editor. Para tal, a obra - **Jari toda verdade sobre o Projeto de Ludwig**: as relações entre Estado e a multinacional na Amazônia - foi escolhida.

O livro foi lançado em 1986, resultado de 14 anos de investigação jornalística. Lúcio Flávio Pinto realizou 12 viagens ao Projeto Jari, entrevistou diversas pessoas, consultou milhares de documentos originais. Ele sempre fez avaliações críticas acerca do projeto. O jornalista foi suspenso por quatro anos, período que não poderia comparecer ao projeto, pois não era bem visto; como diz, era *persona non grata* pela direção do Projeto, mas a intervenção de diversos técnicos fez com que ele tivesse acesso à área e continuar suas pesquisas.

São apresentadas no livro as investigações e dados de um momento histórico na Amazônia, no Brasil, em particular no estado Pará, onde elementos econômicos, políticos e ambientais influenciaram, marcando uma época, assim como traços ressonantes na conjuntura presente.

A obra é composta por 26 capítulos; desses, destacamos três que são mais direcionados à problemática do desmatamento, por isso, os escolhemos. O livro todo é interessante e bastante rico de informações que não estão em alguns livros que tratam sobre o Jari, ao menos dos quais conhecemos.

Dentre os três capítulos eleitos, o primeiro tem como título: **No lugar da floresta a “árvore do milagre”**; o segundo, **A Floresta do milagre**; e o terceiro capítulo tem como título **Conversão da floresta amazônica**: um grande desperdício de madeira.

Nos capítulos **No lugar da floresta a “árvore do milagre”** e **A Floresta do milagre**, o autor faz referência ao desmatamento de cinco mil hectares, algo espantoso, no entanto, já estava no plano de derrubada que estabelecia oito mil hectares por ano, durante o período de 20 anos, resultando em 160 mil hectares transformados em uma floresta de gmelina. A plantação abasteceria uma fábrica de polpa (celulose), requerendo 500 mil metros cúbicos. O projeto Jari tinha a gmelina como uma substituta do Pinho do Paraná, pois seu crescimento era mais ágil.

Como já comentado anteriormente, o projeto Jari se utilizava de motosserras para desmatar, fato também discutido nos dois textos acima. Inicialmente, para provocar o

desmatamento, o Projeto usava, conforme o autor do texto, “grupo-tarefa”, composto por “grandes seções de braços” e ainda tinha o apoio de “grupos de portadores de serras manuais”, que contavam com o auxílio de tratores de acordo com a extensão da floresta a ser desmatada. Para o Jari, esse procedimento apresentava bons resultados.

No terceiro capítulo: **Conversão da floresta amazônica:** um grande desperdício de madeira é apresentado o programa de desmatamento e reflorestamento do Jari ao IBDF. Em 1967, o Jari havia desmatado na Serra do Areião, ao longo de seis anos, um quantitativo de 5 mil hectare por ano no Planalto de Maracanaquara. A atividade do reflorestamento se daria com a plantação da gmelina, trazida do Golfo de Bengala; Daniel Ludwig acreditava que esta árvore era muito forte, substituindo árvores como o pinho e o eucalipto. Todavia, pela ausência de estudo do solo e pelo desmatamento, onde as máquinas tiraram a fina camada de húmus, empobrecendo-o mais ainda, os resultados já apresentavam fracasso na atividade.

A partir dos resultados nada satisfatórios, em 1971, o Projeto Jari mudou a forma de desmatamento; optou por desmatar manualmente e a queimar o material derrubado, e o que se podia aproveitar, resolveu também plantar no período das chuvas. No entanto, essa solução chegou um pouco tarde, pois o Jari já tinha perdido bastante tempo, esforço e dinheiro. Segundo o autor, Ludwig errou não providenciando “um levantamento pedológico geral da área”. Ele não percebeu que o solo amazônico tinha características diferentes do solo da Nigéria. A gmelina, sem dúvida, era a melhor árvore para produção de celulose, mas assevera o autor, se fosse plantada em local certo.

Apesar desses erros e por outros de concepção, o Projeto Jari foi se implantando, mais à custa de muita aplicação financeira. As decisões tomadas pelo dono, sem maior conhecimento da área, decisões centralizadas, muitas vezes impensadas, impulsionaram sim o projeto, mas dentro de um custo muito alto que mais adiante se tornaria inviável.

Nestes termos, de acordo com o autor, o Jari praticou a devastação da floresta demasiadamente, derrubando até mesmo os castanhais, ignorou as potencialidades da vegetação, pois desconheciam o peso, a espessura e a durabilidade das árvores queimadas e derrubadas. A atividade, endossada pelo proponente do Projeto, Daniel Ludwig, que chegava a adquirir grande quantidade motosserras, tornou-se uma das maiores compradoras da empresa *Sthill* na América do Sul.

O que podemos perceber no debate acerca do desmatamento, tanto nas edições do Jornal quanto na obra Jari, é que o enunciador utiliza estratégias discursivas como argumentos, interpelação para dar voz à questão ambiental, a devastação das florestas, em que o Estado (União) incentivava naquela época a ocupação da terra pelas empresas capitalistas

nacionais e estrangeiras por meio dos incentivos fiscais, como mecanismo de assegurar o desenvolvimento econômico baseado num modelo espoliativo dos recursos naturais.

Pela leitura dos textos eleitos, mais a leitura do livro, numa tentativa de correlacionar o debate do desmatamento, percebemos uma afirmação - verificação que o enunciador busca enfatizar, que o Projeto Jari foi um dos maiores desmatadores na época da implantação dos grandes projetos, que é reiterado nas edições mais recentes do *Jornal Pessoal*. O enunciado da questão ambiental é posto em evidência, e o enunciador objetiva inserir o tema na agenda da opinião pública, retomando um debate do passado com o presente e o futuro, onde o vínculo do espaço-tempo inclui os interesses do colonizado, da floresta.

Para continuarmos a discussão desse eixo temático, inserimos nesse contexto dos megaprojetos, edições referentes à construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que teve seu início em 1979, sob o governo militar do General Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979). Conforme o editor do *Jornal Pessoal*, a Hidrelétrica foi uma das maiores obras públicas da história da Amazônia e do estado do Pará. A construção foi um dos maiores contratos de desmatamento de todas as épocas, cuja área desmatada cogitada seria em torno de 212 mil hectares, 31 hectares foram desmatados pela Eletronorte, o restante foi licitado pelo IBDF, antecessor do IBAMA.

Para tal atividade, apenas a Agropecuária Capemi se ofereceu, todavia, não tinha nenhuma experiência com madeira, daí o fracasso que resultou em diversas denúncias, até mesmo do uso de produtos químicos deixados no local onde ocorreria a derrubada da mata que, por incrível que pareça, estava intacta, segundo informações do editor.

As condições de produção do debate, do discurso produzido pelo *Jornal Pessoal* em torno da Hidrelétrica de Tucuruí e, conseqüentemente, dos danos sociais, econômicos e ambientais, mostram o retrato de uma época; segundo o editor do JP, a construção de Tucuruí só se concretizou graças a um “regime de exceção”, apoiado pelas Forças Armadas Brasileiras, tendo como órgão fundamental o “Exército”.

Ressaltamos que há vasta produção do tema pelo editor, tanto no *O Liberal* como no *Jornal Pessoal*, o que, sem dúvida, resultaria em outro estudo acadêmico pela riqueza do assunto. Desse modo, pelo espaço e tempo, elegemos apenas cinco textos, dos quais dois escolhemos para discutir a Hidrelétrica de Tucuruí. Nesse item também escolhemos a obra: *Tucuruí a barragem da ditadura*.

A seguir, quadro com a descrição dos textos, assim como aqueles destacados para análise:

Quadro 11 - Textos do segundo eixo temático - Projeto Hidrelétrica de Tucuruí.

Ordem	Título
1)	Hidrelétrica: Tucuruí: maior ainda. Jornal Pessoal, ano 20, n. 383, 1 quinzena, jan., p.1-2, 2007.
2)	Hidrelétricas na Amazônia: ontem, como hoje iguais. Jornal Pessoal, ano 24, n. 482, 1 quinzena, fev., p. 3, 2011.
3)	Energia: De novo o rio. Jornal Pessoal, ano 11, n.187, 2 quinzena, p. 1-2, 1998.
4)	Eclusas: Conclusão ameaçada. Jornal Pessoal, ano 28, n. 347, 1 quinzena, jun., p. 9, 2005.
5)	Eclusas: nunca mais? Jornal Pessoal, ano 19, n. 353, 2 quinzena, set., p.1-2, 2005.
LIVRO	
1)	Cronologia da obra. Tucuruí a barragem da ditadura. 2011.

Fonte: Elaboração própria (2013).

O primeiro texto eleito compõe a edição de n. 383 de 2007, sob o título: **Hidrelétrica:** Tucuruí: maior ainda, essa é matéria de capa do Jornal Pessoal. O texto refere-se ao Projeto da Eletronorte na construção da terceira etapa da casa de máquinas, projeto que seria para aproveitar água excedente do inverno, e para isso seria necessário prolongar a estrutura de concreto pela margem direita do rio Tocantins, onde no município de Breu Branco há uma barragem de terra. Essa terceira etapa não foi prevista no projeto original, mas que essa possibilidade de ampliação já teria sido proposta ao governo federal, no entanto os estudos estavam sob sigilo.

Segundo o editor, o custo da ampliação seria menor e funcionaria na grande parte do inverno. Sem dúvida deverá haver um novo planejamento para integração dos reservatórios da bacia Araguaia-Tocantins, pois por ser o segundo maior lago artificial do Brasil, o reservatório de Tucuruí, acumula numa área de 2.875 quilômetros quadrados mais ou menos 50 trilhões de litros de água.

No debate do texto, o editor faz um questionamento quanto ao uso da água somente para produção de energia; nesse questionamento, o editor do Jornal pontua a experiência da Hidrelétrica de Itaipu, que utiliza o excesso de água acumulada pela chuva como ponto turístico, quando abre uma das calhas do vertedouro, utilizando esse escoamento não para produção de energia, mas para atração de turistas dos que visitam a hidrelétrica, gerando renda para a economia do estado.

A seguir algumas evidências empíricas observadas no texto.

Quadro 12 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	Quando um amigo me deu a primeira informação sobre a nova iniciativa da Eletronorte que eu até então desconhecia, tentei obter informações junto à empresa. Mais uma vez sem sucesso (PINTO, L., 2007, p. 3).
Legitimidade da fala	Esse novo projeto exigirá um novo planejamento para integrar as operações dos reservatórios das hidrelétricas na bacia do Araguaia-Tocantins (PINTO, L., 2007, p. 2).
Estratégia de interpelação	O uso que empresa está recomendando é mesmo o mais adequado? Não haverá implicações maiores sobre a operação da água em toda a bacia? (PINTO, L., 2007, p. 3).
Estratégia de inclusão do leitor	Mas essa meta é questionada pelos críticos das construções de hidrelétricas na Amazônia (PINTO, L., 2007, p. 2).

Fonte: Elaboração própria (2013).

Por meio das evidências empíricas destacadas no texto, o enunciador/editor usa estratégias discursivas para inserir a discussão dessa terceira etapa da ampliação da casa de máquinas de Tucuruí, um processo envolto de um sigilo, no qual o enunciador/editor tenta investigar, mostrado pelo elemento discursivo, sujeito de enunciação, quando este busca obter maiores informações acerca do projeto, e o têm, demonstrando assim sua iniciativa e o desejo de querer mais informações acerca daquele, no entanto, não tem êxito em sua empreitada, mostrando assim um jornalista preocupado com as mudanças que essa ampliação das casas das máquinas trará para a maior obra de todos os tempos, e conseqüentemente, para os que dela se beneficiam, além da preocupação maior com a questão ambiental.

Para afirmar essa preocupação e acirrar um debate que parece que está esquecido entre a opinião pública, o enunciador também utiliza a estratégia da legitimidade da fala, em que reafirma seu conhecimento aprofundado acerca de construção de hidrelétricas, assim como usa a estratégia da interpelação para levar os leitores a uma reflexão acerca das implicações ambientais a partir desse novo empreendimento, lançando perguntas como mecanismo de incitar o debate.

O enunciador/editor pergunta: “Quanto renderia um turismo ecológico e inteligente em Tucuruí”? Pois a hidrelétrica tem o segundo maior vertedouro do mundo, além desse atrativo, conforme o editor: “A água que passa pelo vertedouro é atirada pelo alto como maior salto em esqui do mundo. O visitante pode passar por dentro desse túnel e sentir o impacto e a vibração da massa de água”. É uma questão para se refletir, com a ampliação dessa terceira etapa.

Essas interpelações são estratégias discursivas utilizadas pelo enunciador/editor para chamar atenção do leitor. Outro elemento do texto que leva a refletir é a submersão das árvores no reservatório como efeito negativo para o turismo e também para a população local. Uma alternativa, segundo o editor, seria transformar essa paisagem em atração turística, para que os visitantes vissem os efeitos negativos de barragens de altas quedas nas regiões tropicais, tornando, assim, esse, um turismo de base científica em que a ciência levaria em conta a relação harmônica entre homem e natureza.

Abaixo fotografias que mostram um pedaço desse cenário.

Fotografia 2 – UHT de Tucuruí.



Fonte: Cidade de Tucuruí (2013).

Fotografia 3 – Lago de Tucuruí - árvores submersas.



Fonte: Cidade de Tucuruí (2013).

Continuando a análise, temos o segundo texto sob o título **Hidrelétricas na Amazônia**: ontem, como hoje iguais, que faz parte da edição de n. 482 de 2011. O texto insere o debate acerca da construção de hidrelétricas, enfatizando a execução da Hidrelétrica de Tucuruí, envolvendo a discussão da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

No rio Tocantins, em 1975, foi iniciada a construção de hidrelétrica pela construtora Camargo Corrêa, e seria a quarta maior do mundo e a segunda maior do Brasil. Inicialmente, o orçamento era em torno de 2,1 bilhões de dólares; com passar dos anos, ficou em 7, 5 bilhões, e até o final estima-se o valor 10 bilhões de dólares, apesar de oficialmente o governo federal estimar em US\$ 4, 5 bilhões. Segundo o editor do Jornal, é possível que nem todo valor emprestado tenha sido quitado, e nem é provável saber o custo final da grande obra do rio Tocantins.

O Jornal Pessoal levanta um debate em torno da inércia que não foi quebrada com o aterramento do 25º maior rio do mundo, com 2.200 km de extensão, para que fosse construída a represa (exigiu mais concreto do que outra obra pública): a obstrução do rio, que ocasionou a inundação de três mil quilômetros quadrados e com ela a submersão de milhões de árvores que estava ao seu redor. Conforme o editor, na época não existia legislação ambiental

brasileira, mas a Eletronorte estava ciente que a depredação da natureza seria de cima a baixo da represa, não foi realizado nenhum estudo ecológico da área, ignorando a biodiversidade e a população da área.

Seis anos depois do início da construção, foi solicitado ao americano Robert Goodland, juntamente com Howard Irvin, um levantamento ecológico das implicações das hidrelétricas. Conforme o editor do JP, o levantamento de Goodland caracterizava-se mais como um roteiro exaustivo para um estudo mais amplo e aprofundado do fato em questão, entretanto, jamais foi realizado. Os danos à natureza e à grupos indígenas, de agricultores, de moradores de cidades e vilas poderiam ser evitados, tratados, porém, foram esquecidos “ao tempo e ao relento”.

O editor faz menção à Hidrelétrica de Belo Monte, enfatizando que “A correlação de forças não é a mesma de 1975. Por trás do selo de autorização não uma ditadura como então. Mas o Estado (no caso a personificado na União Federal) pode muito”; ou seja, a história não mudou, o que se trocou foi o cenário, os atores, pois o poder decisório, de acordo com o editor, continua nas mãos daqueles que detêm o poder, e para quem os números não interessam, as críticas são como ressonância que os ouvidos fingem não escutarem.

O discurso do enunciador/editor reitera uma posição crítica e consolidada do acontecimento em questão, que procura incorporar a opinião pública, a sociedade a se lançarem no debate da questão ambiental, fazendo uma abordagem comparativa de fatos que ocorreram na história e que são na atualidade vivificados para melhor compreensão e interpretação com olhar de dentro da realidade e não uma visão externa.

Para correlacionar essa discussão, elegemos o livro: **Tucuruí a barragem da ditadura**, lançado em 2011. Na obra, o editor do Jornal Pessoal retoma artigos escritos no auge da construção da Hidrelétrica de Tucuruí; ele viu com os próprios “olhos” os fatos relatados. Sem dúvida, ele tornou-se um dos maiores especialistas nesse tema, pois sua produção, como citado anteriormente, é vastíssima.

O livro traz artigos que foram escritos antes dos debates que houve acerca da obra de Tucuruí, período este que o editor era correspondente em Belém do Jornal A Folha de São Paulo, além das observações, transcrições dos debates transcorridos em 1984, quando se deu o início da operação da hidrelétrica de Tucuruí.

Elegemos um artigo do livro para enfatizar a posição e o discurso do editor do Jornal Pessoal a respeito dos danos ambientais provocados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí. O artigo sob o título **Cronologia da obra** foi escolhido em função das observações feitas no estudo por Elis Miranda, João Márcio da Silva e Roberta de Figueiredo e Maria

Célia Coelho. O estudo foi publicado na obra *Energia da Amazônia*, segundo volume, no ano de 1996, tendo como editor o Museu Paraense Emílio Goeldi. A partir do estudo sobre a produção de Tucuruí, do jornalista Lúcio Flávio, aqueles autores fizeram diversas observações e conclusões.

Eles dividiram em quatro observações, por recorte temporal, os assuntos que a produção do editor marcou; neste sentido, a observação número dois, conforme os autores referem-se ao período de 1982-1984, anos em que o editor centrou sua discussão na crise da Capemi, nas denúncias de desperdícios de madeira e nas questões ambientais em função da inundação da floresta, por isso também a escolha específica desse capítulo, pois mostra um pouco desse debate em torno das implicações ambientais da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

Nestes termos, **Cronologia da obra** é apenas uma amostra do debate em torno da produção do editor acerca da hidrelétrica de Tucuruí. O artigo nos leva a refletir se a construção da Hidrelétrica representava um elemento de “efetivo desenvolvimento” para a região, haja vista ser uma grande obra que mudaria, ou não, os rumos da história da Amazônia e do estado do Pará. Como o editor apregoa, uma certeza é posta: a hidrelétrica foi um marco na engenharia civil brasileira, mas e daí? Traria de fato desenvolvimento para a região? São inquietações que o enunciador/editor propaga em seu leitor.

A partir do acompanhamento que o jornalista fez do empreendimento, das viagens no próprio local, das diversas pessoas que entrevistou, das leituras com afinco de centenas de documentos, Pinto, L., (2011c, 55) considera que: “a usina vai ser fundamentalmente uma fonte de energia para grandes empreendimentos voltados à exportação. Ao invés de polo concêntrico e irradiador de progresso, a região será, na verdade, uma província energética. Seu produto irá parar no Japão e em outros países disfarçado de lingote de alumínio”.

Percebemos que ao longo do texto o discurso do jornalista propaga a interpelação do leitor, chama atenção para esse acontecimento, utilizando estratégias discursivas para afirmar por meio da legitimidade da fala, do sujeito da enunciação, dá voz para aqueles que não foram ouvidos nesse processo e ficaram à margem do rio Tocantins. Dessa forma, a produção do discurso é reiterada sobre as questões ambientais, principalmente sobre a submersão da floresta, e o significado do rio para a população local.

Abaixo destacamos algumas marcas linguísticas.

Quadro 13 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	Mas a Eletronorte não sabe e nem esteve interessada em saber como melhor remover a floresta da área do reservatório. A transposição da barragem através de eclusas é também uma preocupação distante para ela. [...] Mas atropelando o que estava à frente dessa meta, ainda que no meio do caminho ficassem cadáveres insepultos de peso equivalente ao do sobrevivente (PINTO, L., 2011c, p. 56).
Legitimidade da fala	Acompanho de perto a evolução de Tucuruí desde setembro de 1974, quando participei de uma caravana de jornalistas do sul [...] que fez a primeira visita ao canteiro de obras. Ao longo desses 10 anos fiz várias viagens a Tucuruí, li centenas de documentos, ouvi dezenas de pessoas [...] (PINTO, L., 2011c, p. 55).
Estratégia de interpelação	Entre a certeza categórica de que Tucuruí é uma obra-prima da engenharia e as reservas quanto ao seu significado como instrumento de efetivo desenvolvimento há mundo de dúvidas, inquietações, perplexidades sobre o maior investimento público já realizado na região em todos os tempos (PINTO, L., 2011c, p. 55).
Estratégias de inclusão do leitor	Cada vez mais estamos convencidos que seus projetistas não levaram em consideração o uso múltiplo da barragem (PINTO, L., 2011c, p. 56).

Fonte: Elaboração própria (2013).

Os efeitos de sentido que o enunciador busca produzir ao retratar a questão ambiental, a floresta, o rio, é que esses elementos foram esquecidos, submersos ao longo da história dos acontecimentos, em que as vozes do colonizado não foram ouvidas, tanto no caso da Hidrelétrica de Tucuruí quanto na hidrelétrica do Belo Monte no texto sobre **Hidrelétricas na Amazônia, ontem, como hoje, iguais**. O enunciador/editor, por meio da afirmação-verificação, reitera o sentido de que nada mudou, dando interatividade ao que se diz, mais vigor interativo ao que se afirma, por meio, de uma realidade concreta, em que o discurso se posiciona no tempo presente e se estrutura como reprodução dos problemas do passado como problemas do presente.

Prosseguindo a análise do *corpus*, destacamos para discussão no contexto dos Grandes Projetos no período militar, no governo de Ernest Geisel, o Projeto Ferro de Carajás, um dos projetos que abrange o PGC - criado pelo Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, cuja formulação ficou a cargo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Conselho Interministerial do Grande Carajás, sob um investimento na época de mais de 62 bilhões de dólares.

Esse debate foi primeiramente realizado pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto em reportagens publicadas no Jornal O Liberal no ano de 1981. Em 1982, as reportagens são

retomadas no livro *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*; no livro, há também contribuição ao debate da Hidrelétrica de Tucuruí, esta também contemplava o projeto e seria um dos marcos de infraestrutura para dar suporte ao PGC.

No *Jornal Pessoal*, o debate é extenso em torno do PGC, sobretudo da CVRD. A extração de minérios como bauxita, cobre, ouro e ferro, realizada pela Companhia, hoje intitulada Vale, são temas constantes nas edições do periódico; seu editor, desde o início de sua carreira, se interessou por esses assuntos, o que o faz ser considerado especialista na área. Pela grande quantidade de edições dedicadas ao tema, tivemos dificuldades em eleger os textos.

Um critério adotado para selecionar apenas dois textos pauta-se na discussão mais centrada nos danos ambientais causados pela exploração dos minérios na cobertura vegetal, gerando assim um desmatamento intenso. A seguir, a descrição das edições que compõem o *corpus*, destacando-se os textos elencados para os procedimentos da análise.

Quadro 14 - Textos do segundo eixo temático - Projeto de Ferro Carajás.

Ordem	Título
1)	O paraíso queimado: a ameaça em Carajás. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 25, n. 521, 2 quinzena, set., p.11, 2012.
2)	Fim de ano: nosso cartão crítico. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 25, n. 527, 2 quinzena, dez., p. 1-4, 2012.
3)	Decisão em Carajás: lago ou minério. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 25, n. 507, 2 quinzena, fev., p.7, 2012.
4)	Graças a Vale, Carajás é chinês. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 24, n. 475, 2 quinzena, out., p. 5, 2010.
5)	Pará: o trem tá passando. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 15, n. 274, 1 quinzena, jan., p.1-2, 2002.
6)	Minérios. O Pará é do mundo. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 17, n.324, p. 1-2, maio, 2004.
7)	CVRD-grandeza fora do Pará. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 19, n. 362, 1 quinzena, fev. p. 1-2, 2006.
8)	CVRD: decifra-me ou devoro. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 19, n. 366, 1 quinzena, abr., p. 1-2, 2006.
9)	Vale: um cavalo de Tróia. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 22, n. 210, 1 quinzena, p. 1-2, 1999.
10)	Carajás: as lições de 30 anos. <i>Jornal Pessoal</i> , ano 10, n. 167, 2 quinzena, p. 1-2, jul., 1997.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Iniciando essa discussão, temos o primeiro texto eleito sob o título **O paraíso queimado: a ameaça em Carajás**, o qual faz parte do n. 521, de 2012. A escolha do texto se deu também em função do editor descrever elementos históricos do início da exploração do minério de ferro com as belezas da serra, juntamente com o episódio do incêndio na Floresta do Carajás, para discutir o problema do desmatamento.

O editor inicia comentando a respeito da opção de mercado da jazida de ferro de Carajás pelo Japão, que tinha como fornecedor a Austrália - vizinho do país numa distância de sete mil quilômetros; era a Austrália quem atendia as necessidades de matérias-primas, o minério de ferro para siderurgia japonesa.

Conforme o editor, esse cenário mudou a partir da descoberta de que a mina de Serra de Carajás tinha o melhor ferro do mundo, descoberto pelo geólogo paulista Breno Augusto dos Santos, em 1967; este coletou amostras e depois de pesquisas o resultado era que o minério de ferro, nas palavras do editor, “é o melhor do mundo, com o dobro de teor de hematita”; este não era qualquer minério, tinha o dobro do teor contido no ferro australiano. Na época do episódio, o Projeto de Ferro era comandado tanto pela CVRD quanto pela Companhia Meridional de Mineração, dirigida pela *United States Steel* (solicitante da pesquisa na área).

Em 1985, quando a mina da Serra de Carajás iniciou sua produção, o Japão, então, começou a comprar o minério brasileiro; mesmo tendo as longas distâncias e o frete sendo mais caro, compensava pelos lucros a mais, pela qualidade do minério, por render mais, por economizar energia, entre outros. De acordo com o editor, o projeto, inicialmente, iria atender o mercado americano, mas mudou de rumo; atualmente, 80% do ferro de Carajás atende o continente asiático. Segundo o editor, além desse melhor ferro, os japoneses, em suas primeiras viagens na década de 70, quando o projeto foi implantado, tiveram uma visão panorâmica da vegetação: era um paraíso. Na descrição do editor:

O minério aflorava no topo achatado das serras, um platô ferruginoso dominado pela canga, com altitudes de até 600 metros; As encostas dessas elevações eram cobertas de vegetação densa, sobressaindo-se a valiosa castanheira, cujo adensamento era indício de fertilidade do solo. Numerosas drenagens serpenteavam no alto e nos fundos de vales. Em torno das jazidas, dois rios de porte considerável (PINTO, L., 2012c, p. 11).

Ademais, sem comentar a diversidade de animais e plantas, talvez só encontradas ali, juntamente com os “testemunhos arqueológicos” dispostos nas cavernas como representação de vestígios humanos deixados há anos, como bem coloca o editor. Todavia, esse cenário de belezas naturais foi se modificando, desbravado pelos fluxos migratórios, pela fúria da exploração do garimpo de ouro a céu aberto na Serra Pelada, na década de 80.

Conforme o editor, o desmatamento foi tão intenso e irracional que a paisagem, motivo de surpresa para os japoneses, se restringe à “última concentração de floresta nativa”, percorrendo “400 mil de hectares (área equivalente à soma de todas as unidades de

conservação do Mato Grosso do Sul)” o que se vê em torno é vegetação secundária, regenerada em solo fraco, compreendendo palmeiras, pastagem e devastação.

O editor alerta que em menos de quatro décadas, “a Amazônia virou sertão em todos os lados de Carajás, exceto na vizinha reserva dos índios Xikrin do Cateté, que ainda conseguem manter a integridade da florestal”, ainda que tenha uma seletiva exploração de madeira nessas terras. Ainda quando CVRD era estatal, foram criadas junto ao governo cinco unidades de conservação; segundo o editor, elas constituem um “cordão de segurança da empresa contra garimpeiros e aventureiros” que buscam invadir os domínios preciosos, além disso, elas compõem “um cinturão ecológico de defesa” da área ambiental ameaçada.

Não obstante, a existência dessas reservas são consequências do cenário devastador, e a Vale tem interesse corporativo nessas áreas de proteção, as quais têm jurisdição do governo. Além desse interesse, essas áreas têm sofrido incêndio, principalmente na estação seca que ficou mais prolongada, com maiores incêndios, que segundo o editor chegaram a 500 hectares de floresta no ano de 2012, durando mais ou menos 15 dias. A área que foi mais atingida foi a Floresta Nacional de Carajás.

O enunciador/editor chama atenção para tomada de consciência e conservação do episódio ocorrido, visto que se o minério é componente principal na exportação do Brasil, e conseqüentemente no estado do Pará, que dinamiza a economia com entrada de divisas, a Carajás deve ter a devida atenção e prioridade.

Observamos que o editor, ao colocar em pauta a discussão acerca do Projeto de Ferro de Carajás, busca centrar sua análise na devastação ambiental que o Projeto faz com a produção de milhões de toneladas enviadas ao mercado exterior pelo “trem, o maior trem de carga do mundo que faz doze viagens todos os dias”, levando cerca de “170 milhões de toneladas, e até o final dessa década serão 230 milhões de toneladas, o que deveria durar 400 anos vai durar 100” (informação verbal)²².

O Projeto Ferro Carajás é um dos grandes causadores do desmatamento no Pará, e cada vez mais se intensifica, em decorrência da exploração dos recursos dos minérios de ferro; conforme entrevista com o editor, em suas palavras, esse minério não é renovável, e está sendo exportado numa quantidade jamais vista, e não vai retornar, seguindo as frentes econômicas, um modelo econômico baseado no eixo da exploração dos recursos naturais. Neste sentido, o texto eleito corrobora com as aceções do editor em relação a esse modelo e na criação das reservas ambientais em torno da Serra de Carajás, quando assevera que:

²²Informações coletadas pela autora em entrevista com o jornalista Lúcio Flávio Pinto.

O modelo é focado nisso. O eixo é nos recursos naturais. É por isso que o Pará teve esse crescimento de desmatamento incrível. Então, por exemplo, em Carajás, que hoje é o Coração desse modelo, o que resta de floresta esta em torno da serra, o resto é um desmatamento brutal, já não é uma paisagem amazônica, já o sertão, é uma paisagem de sertão, centro oeste, savana, de floresta secundária (informação verbal)²³.

Aquele coração é florestado, mas porque a floresta foi utilizada como um instrumento de proteção da mina. A Vale muito espertamente, foi ela que criou aquelas cinco unidades de conservação pra não permitir a invasão, ela própria, tem o poder de polícia (Informação verbal)²⁴.

Então, o editor chama atenção mais uma vez para tomada de consciência ecológica e faz críticas à Vale, porque ela usa um discurso ecológico para proteger os recursos naturais, uma vez que a ecologia foi utilizada como estratégia e marketing, pois como assevera o editor: “quanto mais se desmatar lá fora, mais forte tem a Vale, o argumento ecológico. Pra ela o que interessa passa a ser o relatório de sustentabilidade a partir de 2005. Ela fala ao mundo dizendo eu sou ecológica. Então, a ecologia, a floresta é apenas um biombo” (informação verbal)²⁵.

A partir da discussão e da leitura do texto, destacamos marcas linguísticas destacadas abaixo:

Quadro 15 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	Um cenário de parque natural a contrastar com a paisagem árida e muitas vezes hostil das tradicionais zonas de mineração, inclusive na Austrália (PINTO, L., 2012c, p. 11).
Legitimidade da fala	As encostas dessas elevações eram cobertas de vegetação densa, sobressaindo-se a valiosa castanheira, cujo adensamento era indício de fertilidade do solo. O desmatamento foi tão intenso e brutal que última concentração de floresta nativa, [...] se restringe a 400 mil hectares [...] (PINTO, L., 2012c, p. 11).
Estratégia de interpelação	Carajás podia ser um convidativo destino turístico. Através de trilhas na mata fechada chega-se a lagos, igarapés, córregos e cachoeiras [...]. É bom não esquecer que o paraíso natural de Carajás é um patrimônio nacional (PINTO, L., 2012c, p. 11).
Estratégias de inclusão do leitor	É um bem que não vai ser exportado, nunca mais retornando, como o minério, que não é renovável. Mas não pode ser destruído pelos brasileiros insensatos, que, por um azar da história, têm um poder maior do que aqueles que querem manter a integridade da natureza no Brasil (PINTO, L., 2012c, p. 11).

Fonte: Elaboração própria (2013).

²³ Informações retiradas da entrevista realizada com editor do JP, em 2013.

²⁴ Entrevista concedida à autora, em 2013, pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

²⁵ Dados a partir de entrevista em 2013, com o jornalista Lúcio Flávio Pinto.

Destacamos para a análise, os elementos discursivos de interpelação e a inclusão do leitor como estratégia discursiva que o Jornal Pessoal utiliza para chamar atenção do leitor para a problemática do desmatamento. O pano de fundo da discussão do Jornal é o Projeto de Ferro Carajás, gerido pela Vale; o Jornal situa o leitor num contexto da exploração do minério de ferro junto com as áreas de conservação em torno da Serra do Carajás, atrelado ao episódio de incêndios que ocorreu em 2012, que devastou bastante a Floresta do Tapajós.

O enunciador/editor, por meio da descrição poética, tenta produzir um sentido de pertencimento a essa natureza devastada quando descreve pelo recurso da legitimidade da fala destacada no quadro e pela estratégia discursiva “paraíso natural”, levando os leitores também a fazerem parte dessa natureza.

Em relação ao sujeito da enunciação o editor, por meio da descrição do “parque natural”, intocado pela “paisagem árida” e hostil, reforça seu conhecimento do local, onde viu com seus próprios olhos essa realidade, e tenta sensibilizar seus leitores para a importância da consciência ecológica e instigá-los para os danos irreparáveis que o PGC ocasiona aos recursos naturais do Pará.

Observamos que o enunciador/editor chama atenção, sobretudo, do governo, pela estratégia de interpelação, quando diz que é para não esquecer que “Carajás é patrimônio nacional”, assim como o minério de ferro. Nestes termos, o desmatamento é contextualizado num cenário econômico, político, em que a posição, o discurso do Jornal Pessoal tenta trazer para uma tomada de consciência em relação à Carajás.

O segundo texto refere-se ao debate acerca da exploração do minério de ferro nas jazidas de Serra do Carajás pela Vale. Elegemos o texto por ser um dos textos mais recentes, apesar de que o Jornal Pessoal apresentou uma manchete de 2013, discutindo também a respeito da exploração do minério, inserindo nesse debate a China como um dos grandes consumidores do minério; no entanto, nesse número do final ano de 2012, o JP inova, trazendo imagens da exploração do minério.

Para iniciarmos as observações do texto, destacamos a seguir os elementos discursivos destacados no quadro abaixo:

Quadro 16 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	Não podia, contudo, manter-se insensível à conjuntura sufocante. Pensei então numa solução híbrida, [...]. Um cartão que propõe reflexão e ação sobre a questão mais candente e inflamável no momento no Pará: o destino que vem sendo dado aos recursos naturais no Estado (PINTO, L., 2012g, p. 1).
Legitimidade da fala	Se retrocedêssemos a 1965, o Pará seria o segundo maior produtor de minério de ferro, depois da então superpotência União Soviética [...] (PINTO, L., 2012g, p. 1).
Estratégia de interpelação	Que tal, então, imaginar o que é e o que Carajás será tomando por base um modelo legítimo? Que tal dar uma olhada no que restou no pico Cauê, em Itabira, Minas Gerais? Por que deixar a CVRD com o monopólio da data? Por que aceitar que ela faça o que quiser com o buraco que abriu na montanha para de seu útero extrair-lhe todo o ferro? (PINTO, L., 2012g, p. 12).
Estratégias de inclusão do leitor	Se retrocedêssemos a 1965, o Pará seria o segundo maior produtor de minério de ferro, depois da então superpotência União Soviética [...] (PINTO, L., 2012g, p. 1).

Fonte: Elaboração própria (2013).

Em nossa análise, percebemos que o enunciador/editor ao colocar em pauta o rumo que está tomando os recursos naturais do estado do Pará, busca provocar nos leitores uma reflexão, e reforça isso por meio do sujeito da enunciação, quando diz “[...] um cartão que propõe reflexão e ação [...]” (PINTO, L., 2012g, p. 1), buscando, desse modo, marcar sua preocupação com essa problemática que muitas vezes é passada despercebida pela imprensa.

O enunciador inicia a discussão a respeito do tema elencado acima, fazendo uma afirmativa acerca de uma transição numa escala de relevância mundial, ao se referir ao fato de Carajás passar a explorar de uma mina de ferro para outra mina; segundo o enunciador/editor, a Serra Norte atingiu a “escala de 100 milhões de toneladas por ano”. Por volta de 2015, conforme o editor, a Serra Sul (que detém a maior quantidade de minério e das belas paisagens) iniciará sua operação; serão adicionadas à produção a 130 milhões de toneladas. O editor traça um paralelismo dessa produção de toneladas com o que os americanos e soviéticos produziam na guerra fria para “suprir as demandas por armas pesadas”, Carajás deterá quase o dobro que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) mantinha em 1965.

Esse paralelo também é traçado em relação à produção do estado de Minas Gerais, pois é a mais antiga do Brasil, no entanto, “parte considerável da produção” atende ao mercado interno, o que o diferencia de Carajás, já que apenas uma parcela pequena da produção é utilizada para usinas de ferro gusa locais, pois a maior parte é exportada para o continente asiático, no caso, 60% para a China e 20% para o Japão. Conforme o editor, “diz-

se que metade dos grandes e ousados prédios de Xangai tem estrutura de aço formada a partir do excelente minério de Carajás”; então, por tais motivos, a cidade de Xangai tem um toque paraense, aponta o editor.

Percebemos que a utilização do paralelismo nesse texto torna-se um recurso linguístico discursivo para legitimar a fala do enunciador/editor e o uso da estratégia de inclusão do leitor, reunindo elementos históricos para dar mais afirmação ao que diz, como no trecho: “Se retrocedêssemos a 1965, o Pará seria o segundo maior produtor de minério de ferro [...]”; assim, ele leva o leitor a aprofundar mais a sua reflexão, contextualizando a direção que está tomando os recursos naturais do Pará, sobretudo, o da Serra de Carajás.

O enunciador/editor prossegue sua discussão utilizando estratégia de interpelação como elemento discursivo, conforme o trecho: “Que tal, então, imaginar, o que é e o que Carajás será tomando por base um modelo legítimo?”, para “convidar” o leitor, motivá-lo a pensar, a ver a situação da exploração do minério de ferro de Carajás. Para tal, o enunciador/editor, novamente, utiliza o paralelismo quando coloca o início da exploração da extração de ferro em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, pela Companhia Siderúrgica Nacional, no governo Vargas, para atender as necessidades dos Estados Unidos e Inglaterra na segunda guerra mundial.

Conforme o enunciador/editor, esse era um desejo dos mineiros, que não só queriam ofertar a extração do minério, queriam uma “siderúrgica para beneficiá-lo”, porém, foi em Volta Redonda que se instalou esse desejo. No entanto, os mineiros, mais tarde, conseguiram o projeto pelos meios belgas, implantando a Belga Mineira.

Continuando o debate, o enunciador/editor prevê que assim como o aconteceu com o Pico Cauê, onde os depósitos de minério chegaram ao fim, acontecerá com a Serra Norte Carajás: só restarão os buracos. De acordo com o editor, “a exaustão da mina é uma etapa do processo produtivo enquadrada desde a aprovação da lavra. A antiga CVRD conta com a licença ambiental para encher de material estéril, conforme o que já está fazendo”. Situação lastimável para Carajás, para os seus recursos minerais, para o Pará e sua população.

Nas condições de produção do discurso, em 2012, estava em pauta os 70 anos da Vale. O enunciador/editor faz uma crítica à Empresa, que não publicou, pela primeira vez, seu álbum comemorativo, tradição que fazia a cada década: “parece não querer que sua história seja lembrada” ou quer ser “dona dessa memória”. Pelo filme de propaganda institucional que a Empresa mandou fazer até ganhou prêmio internacional, porém, como coloca o enunciador/editor: “Mas é uma história cor de rosa demais, artificial demais. Não é toda história”.

Por sua vez, o enunciador/editor, ao se referir aos 70 anos da Vale, considera que a data representa também os 70 anos do Pico do Cauê, usando a estratégia interpelativa, perguntando: “Por que deixar a CVRD com o monopólio da data? Por que aceitar que ela faça o que quiser com o buraco que abriu na montanha para de seu útero extrair-lhe todo o ferro?”. E assim, um jornal local de Minas, O Trem, resolveu convocar a população para audiência pública, para ver o que fazer com a cava da mina; essa é uma campanha do Movimento Justiça Ainda que Tardia, segundo o editor, na qual faz alusão “à legenda das Minas Gerais inconfindentes”, lembrando uma época de luta desse movimento social.

Ainda nesse debate, o enunciador/editor se refere às inúmeras sugestões para a cava das minas, uma delas foi uma sugestão em 2007, do engenheiro Miguel Jourdan, ex-funcionário da Vale, que recomendou que as cavas abrigassem usina de geração de energia, usando a energia solar, algo que poderia ser feito também no buraco aberto deixado pela mineração industrial na Serra do Navio no Amapá.

E o enunciador continua questionando o que será feito das cavas dos Carajás. Faz referência aos buracos tapados pela Mineração Rio Norte no Trombetas, a qual usou a técnica de encher “de rejeitos a cava e cobrindo-a com terra vegetal para que árvores nativas fossem replantadas e refizessem da maneira melhor possível o ambiente anterior?”. E assim, o enunciador/editor insere sua posição a respeito do cenário de Carajás.

Conforme o enunciador/editor, o minério de Carajás que deveria durar quatro séculos pode se esgotar em mais ou menos 100 anos, para atender a Ásia e sua alta demanda: “A Vale será a primeira mineradora de ferro a usar esteiras rolantes entre a extração e o embarque do minério”, aumentando dessa forma frenética a produção aliada aos caminhões fora da estrada, com 400 toneladas, pois, segundo o editor, as esteiras trabalham sem parar para engrenar mais o fluxo da ferrovia, uma das maiores do mundo. Para ilustrar sua posição, seu discurso é voltado para chamar atenção do leitor, da opinião pública.

Nestes termos, o Jornal Pessoal utiliza também a imagem como reforço de seu convite para o debate que propõe. O editor insere duas ilustrações, mostrando a Serra Norte antes e como está atualmente com a exploração; além de uma ilustração da Serra Sul, como está hoje ainda intacta. A seguir, as imagens, contextualizando esse cenário de destruição, que ainda abriga resquícios de paisagem, entretanto, pelas leis do mercado e da mineração, essa paisagem não será tão intocada.

Fotografia 4 - Carajás em 1980.



Cenário de Carajás em 1980. Ainda não tinha começado a lavra na jazida de N4E. A paisagem era deslumbrante e rara

Fonte: Pinto, L.(2012g, p. 1).

Fotografia 5 - Serra Norte em ambiente atual.



Serra Norte de Carajás depois de alguns bilhões de toneladas de escavação

Fonte: Pinto, L.(2012g, p. 1).

Fotografia 6 - Serra Sul: o próximo alvo em Carajás, maior do que a anterior.



Fonte: Pinto, L. (2012g, p. 2).

Por sua vez, a Serra Sul, de acordo com o editor, envolve um projeto de oito bilhões de dólares, com 10% já previstos para o ano de 2013. Essa ampliação do projeto vem para atender à demanda dos chineses, que até então consumiam 5% do minério de ferro da Vale e, desde 2001, passaram a ser clientes da Vale, mas que agora com determinadas transações passam a deter mais 50% do minério.

Por conseguinte, o enunciador/editor reitera sua posição crítica em relação à exploração dos recursos naturais, que desencadeia alterações na natureza, desmatamentos ora cada vez maiores, agressões à fauna e à flora da floresta amazônica. O enunciador/editor encerra o texto com a imagem da Serra Sul, uma inovação do periódico para instigar o leitor na tentativa de provocar uma reflexão maior sobre os impactos da exploração do minério de ferro em Carajás e da condição colonial da Amazônia que perpassa todo um contexto histórico, político e econômico.

A Amazônia está envolvida num modelo econômico de exploração de riquezas naturais e exportação *in natura*, como as *commodities*, gerando divisas ao Tesouro Nacional, que para o agente desse modelo insere, integra a região à economia nacional e internacional, consolidando, segundo o editor do Jornal Pessoal, a condição de periferia e colônia que a Amazônia assume.

De acordo com os pressupostos do jornalista, se há colônia, existe também o colonialista, sendo um interventor nesse processo, planejador, autor, é apenas avalista, visto que abdica do planejamento, tentando minimizar os conflitos advindos desse modelo, ou desconsidera o empobrecimento econômico que fica para região e o esgotamento dos bens naturais provocados pela extração intensa de tais recursos.

Conforme a percepção do editor, as intervenções federais em relação à Amazônia prosseguiram e incentivaram o empobrecimento econômico, ao menos o regional; todavia para as empresas multinacionais, para o mercado internacional os lucros e benefícios são positivos, uma vez que as riquezas naturais possuem preços favoráveis. Essa intervenção ainda se pauta na assertiva, como pontua Pinto, L. (2013b), do pacto do governo federal ainda com os “grandes empreendimentos”, que extraem cada vez mais o patrimônio natural amazônico.

De acordo com Pinto, L. (2010), essa condição colonial em que a Amazônia se encontra reflete a ausência de conhecimento da própria região, pois esse conhecimento é inerte e fica à margem dos efeitos tecnológicos proporcionados pela falta de investimentos efetivos no campo da ciência e da tecnologia de ponta que a região deveria centrar seu eixo de desenvolvimento.

Por sua vez, o jornalista propõe que para se desvencilhar da condição colonial que a Amazônia se encontra é necessário ajustar dois momentos, o da realidade e o da consciência, uma vez que as tomadas de decisão para a região são baseadas num olhar de “fora para dentro” e não voltada para seu próprio contexto, de “dentro para fora”; e obter conhecimento, informação é essencial nesse processo enquanto mecanismo de atuação efetiva nesse cenário.

Entretanto, só essa “ciência” não é suficiente, é preciso, como assevera o editor, “se antecipar aos fatos que tenham um efeito favorável a nós”. Prosseguindo nesse debate, o jornalista aponta que na atualidade se tem uma “arma”, a qual os povos coloniais remotos não tinham: a oportunidade de acesso às informações mais protegidas, mais sonegadas, mecanismo eficaz para a manutenção do poder constituído. E adquirir essas informações exige um esforço intenso na investigação, interpretação e análise dos documentos colhidos, além de transformá-los em mecanismo de mudança nesse cenário, onde atores não têm voz e nem vez.

Nestes termos, o jornalista enfatiza que uma das consequências mais nefastas, desse colonialismo, é “fazer o colonizado pensar pela cabeça do colonizador, fazendo-lhe sua vontade e colocando-o à mercê de seus jogos de interesses”, e para mudar esse caminho, segundo ele, é necessário ser contemporâneo da história, possuir as informações para assim ter consciência e obter conhecimento baseado na real situação que se encontra a região.

Assim, mais uma vez, o editor certifica essa condição da Amazônia como colônia:

A tendência é a seguinte: quem vem pra Amazônia, em geral, a atitude do colonizador é a equalização da paisagem, ele acha que tudo é igual, que a Amazônia é uma paisagem única. A Amazônia, sendo uma fronteira de recursos naturais, com a complexidade que ela tem, a ocupação dela deveria ser antecedida pelos trabalhos da ciência. Trabalhos que definiam as qualidades da terra, do solo, das florestas, da água, ao mesmo as dificuldades, especificidades.

Nesse momento estamos no verão no Pará, e em Roraima no inverno, mas estamos na Amazônia. Tem as maiores altitudes do Brasil é em Roraima, porque tem uma das maiores depressões numa faixa de 300 km de largura na bacia do Rio da Amazonas, então, é uma paisagem de contrastes muito grandes. Ao homogeneizar artificialmente isso, o colono está sujeito aos maiores absurdos.

Pesa sobre a Amazônia, tende sobre a Amazônia o interesse dos países centrais de ocupar a Amazônia, inclusive de mando militar. É uma fantasia, não tem um respaldo na história, mas continua sendo um bicho papão que faz com que o ritmo de ocupação da Amazônia seja intenso e por isso incompatível com o tempo de maturação da informação e do conhecimento (informação verbal)²⁶.

Destarte, nessa conjuntura há ausência de maturação e conhecimento da região amazônica, onde não existe investimento maciço numa ciência e tecnologia voltada exclusivamente para conhecer profundamente a região, suas características físico-geográficas e humanas. Ouvir os habitantes é necessário, uma vez que estes possuem um “saber”, conhecem a realidade que vivem, e tal conhecimento necessita ser levado em conta no que se

²⁶ Entrevista concedida à autora pelo jornalista Lúcio Flávio, em junho de 2013.

propõem para a região. Desse modo, a ausência de conhecimento é um fator dominante para que, infelizmente, essa realidade se mantenha ao longo da ocupação e da história da Amazônia.

5.2.3 Terceiro eixo temático: Ações do Estado e de instituições ambientais governamentais nas instâncias estadual e federal

O *corpus* desse eixo temático é composto por oito textos. Todavia, elegemos quatro para procedermos à análise. No quadro abaixo, segue a descrição dos textos, com destaques para aqueles que foram escolhidos para a análise.

Quadro 17 - Textos do terceiro eixo temático.

Ordem	Título
1)	Desmatamento: o fogo, outra vez. Jornal Pessoal, ano 27, n.323, 1 quinzena, p.1-3, maio, 2004.
2)	Amazônia: Floresta: só pra inglês? Jornal Pessoal, ano 16, n. 307, 2 quinzena, p. 1-3, ago. 2003.
3)	Floresta: pronta pra explodir. Jornal Pessoal, ano 17, n. 312, 2 quinzena, p. 1-3, nov., 2003.
4)	Desmatamento: Amazônia está acabando. Jornal Pessoal, ano 18, n. 346, 2 quinzena, p. 1-2, maio, 2005.
5)	Amazônia: Terra arrasada. Jornal Pessoal, ano 22, n. 447, 2 quinzena, p. 1-2, ago. 2009.
6)	Os deserdados da terra: a fronteira como tragédia. Jornal Pessoal, ano 25, n. 523, 2 quinzena, p.4-5, out. 2012.
7)	O escândalo ignorado: as grandes queimadas. Jornal Pessoal, ano 25, 1 quinzena, n. 522, p. 6-7, out. 2012.
8)	Desmatamento: o fogo, 30 anos depois. Jornal Pessoal, ano 18, 1 quinzena, n. 350, p. 1-2, maio, 2005.

Fonte: Elaboração própria (2013).

Nossa análise inicia pelo texto cujo título é **Desmatamento:** o fogo, outra vez, faz parte do n. 323 da primeira quinzena de 2004. A escolha do referente texto se deu em virtude de o mesmo apresentar o debate sobre os relatórios do INPE e INPA em relação ao aumento do desmatamento no ano de 1987, que gerou polêmica entre os institutos e o governo.

O Jornal Pessoal refere-se ao espanto dos cientistas da NASA ao verem as imagens do satélite NOAA-9, que mostrava nas principais estradas de três dos nove Estados da Amazônia Legal (o sul do Pará, do norte e oeste de Mato Grosso e em quase todo estado de Rondônia) a ocorrência de 6.800 focos de fogo. Segundo o JP, naquele ano só esses três estados “fotografados pelo NOAA-9, entre maio e outubro de 1987”, tinham desmatado 20,5 milhões de hectares de floresta.

Na época, essa informação ocasionou espanto e certo ceticismo, o que só foi contornado quando o INPE assumiu a autoria dos dados a partir da interpretação das imagens do NOAA-9; no entanto, mesmo o Instituto ratificando esses dados, ele procurou suavizar dizendo que “dos 20 milhões de hectares desmatados, 12 milhões seriam áreas de mata fina, cerrados, capoeiras ou mesmo pastos degradados. ‘Somente’ oito milhões de hectares constituiriam florestas densas nativas” (PINTO, L., 2004b, p. 2).

Houve discordância do cientista do INPA, Phillpe Fearnside, em relação ao tamanho da extensão desse desmatamento, que dizia que por conta de características técnicas do NOAA-9 os cientistas do INPE foram levados a um exagerado cálculo, pois o desmatamento não se estendeu por 20 milhões de hectare e sim por 3,5 milhões.

Essa discordância não foi levada em conta, os relatórios foram esquecidos. Em 1989, o governo de José Sarney lança o Programa Nossa Natureza, com o objetivo de alterar a tendência da utilização predatória da Amazônia. O presidente oficializou números discrepantes em relação ao relatório do INPE, e isso reacendeu o debate a respeito do relatório do INPE; pesquisadores criticaram o uso do satélite NOAA-9 ao invés do *Landsat*, por aquele ser mais barato e não considerarem a margem de erro nos estudos, além de que para dar subsídio ao Projeto Nossa Natureza, a pedido do presidente Sarney, o INPE fez um novas estatísticas que contradiziam ao relatório de 1987.

Nesse número, o tema do desmatamento é manchete, e nela o Jornal Pessoal apresenta uma charge em que um dos autores do intrigante relatório, pesquisador do INPE, é retratado descortinando os “verdadeiros” dados oficiais do desmatamento representados pelos desenhos de motosserra, máquinas, árvores; os desenhos são empurrados para fora de uma folha, onde está escrito índice oficial. A ilustração corrobora o que o editor prenuncia abaixo do título da manchete: “a realidade é mais grave do que aparentam os números”.

Imagem 12 – Índice oficial ser ou não ser, eis a questão.



Fonte: Pinto, L. (2004b, p. 1).

O Jornal Pessoal, ao apresentar a imagem, instiga o leitor a pensar nesses relatórios oficiais, se eles são confiáveis ou são “pesquisas de encomenda”, como aconteceu quando do lançamento do Programa Nossa Natureza, lançado pelo governo Sarney em 1989, com o objetivo de minimizar o desmatamento neste período. Desse modo, o JP não utiliza só a escrita para provocar o leitor, ele apropria-se também de recursos visuais para reiterar sua posição, seu discurso, fazendo-nos refletir acerca da verdadeira dimensão do desmatamento na Amazônia.

Abaixo, seguem evidências empíricas destacadas do texto:

Quadro 18 - Evidências empíricas destacadas.

Variáveis (elementos discursivos)	Evidência empírica
Sujeito da enunciação	Este jornal para reabrir o debate, decidiu ouvir o principal autor do polêmico relatório de 1987 [...]. (PINTO, L., 2004b, p. 2).
Legitimidade da fala	A constatação de que os primeiros anos do século XXI têm sido tão desastroso para a floresta amazônica quanto as três últimas décadas do século anterior [...] (PINTO, L., 2004b, p. 1).
Estratégia de interpelação	Menos mal, ou será que números menos dramáticos são mesmos confiáveis? Será a opinião pública (e, em particular, o meio acadêmico) está submetendo ao teste da consciência adequado os relatórios anualmente divulgados pelo INPE? (PINTO, L., 2004b, p. 2).
Estratégias de inclusão do leitor	Todos criticaram a utilização das imagens do NOAA-9 em lugar das imagens do Landsat [...] (PINTO, L., 2004b, p. 2).

Fonte: Elaboração própria (2013).

Os elementos discursivos elencados demonstram que o enunciador retoma um acontecimento, colocando em debate como maneira de reaquecer a temática do desmatamento que estava esquecido, na tentativa de a opinião pública voltar-se para o fato e reconhecer que o Brasil, Amazônia ainda é o maior desmatador do mundo, ainda que em números absolutos. O que se infere é que o Jornal Pessoal tenta mostrar que o desmatamento é uma cultura do desperdício, a natureza não é utilizada na sua totalidade.

Por conseguinte, temos a análise do segundo texto sob o título **Amazônia – Floresta:** só para inglês ver? O texto compõe o n. 307 de 2003. Esse título é matéria de capa, a qual traz uma imagem da floresta e uma chamada, se referindo ao programa que o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quis implementar, cujo lema é “mudar a cultura do desmatamento pela cultura da floresta na Amazônia”; no entanto, quando é para os órgãos do governo federal cumprirem sua responsabilidade, assumindo os compromissos, não o fazem, se escondem “na retórica e no papel”.

O Jornal Pessoal faz um debate acerca da madeira explorada na Amazônia. Sem dúvida, o comércio de madeira movimentava bastante o mercado. Conforme informações do editor, saem da região amazônica quase 100 mil metros cúbicos de madeira e vão direto para a cidade de São Paulo, um dos principais mercados. A atividade é precária, quase insustentável, mas mesmo assim emprega milhares de pessoas.

Conforme o JP, grande parte da extração de madeira é ilegal, burla as leis ambientais e normas técnicas. Isso colaborou para que 15% das florestas amazônicas sumissem cerca de 500 mil quilômetros quadrados nas últimas quatro décadas. Este é um quadro preocupante, porque a floresta pode esgotar e sem ela acaba a variedade de espécie de fauna e flora na região.

No governo Lula, foi lançado o Programa Amazônia Sustentável, como mecanismo de substituir a cultura do desmatamento pela cultura da floresta, incentivando o uso racional dos recursos naturais, tornando esse uso numa atividade mais sustentável, produzindo madeira e outros recursos florestais, mas sem agredir, destruir a riqueza, realizando manejo florestal – passo racional para o uso dos recursos. No entanto, de acordo com o editor, das 2,5 mil empresas madeireiras, apenas 1,5% realizam manejo e têm certificação florestal pelo Conselho de Manejo Florestal (FCS - *Forest Stewardship Council*). Segundo o editor, duas empresas, a exemplo, fazem manejo e têm certificação florestal; são as Cikel e a Mil madeiras.

O editor faz uma crítica à atuação do governo federal em não colocar em prática o Programa Amazônia Sustentável, além da decisão do IBAMA, de não ser o avalista da clandestinidade das madeiras, além de o mesmo ainda exigir que o setor madeireiro se adequasse às normas legais.

De acordo com o editor, algumas iniciativas por parte de órgãos como o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente e o Programa de Proteção de Florestas Tropicais (PPG7) apoia o Manejo Comunitário, e inclusive aprovou quatro manejos com essas características, um no Amazonas, dois no Pará e outro no Acre, os quais receberiam 1,7 milhão de reais em espaço de três anos. O ProManejo objetiva incentivar o manejo de florestas a partir de ações de extensão, assistência técnica e fortalecimento da organização comunitária para que sejam agentes de transformações em suas regiões e sistemas de produção afins. Como contribuição fundamental, seria manter em pé as florestas nativas, mesmo realizando extração de madeira, mas numa forma racional, sem prejudicar o uso dos demais recursos naturais.

Esse projeto é uma das alternativas da Política Nacional de Floresta, no entanto, não é a única, e nem deve ser. Conforme o Jornal Pessoal, as atividades empresariais não podem ser

esquecidas, elas devem cumprir as normas ambientais. O editor do Jornal apresenta uma proposta de como o governo poderia tentar racionalizar e diminuir os conflitos de terras, a derrubada incessantemente da floresta (PINTO, L., 2003a, p. 3):

A atitude correta devia ser o governo suspender definitivamente a venda terras públicas. Esse instituto deve ser abolido para em seu lugar, surgirem formas de concessão, a título precário, condicionadas a contratos, através dos quais o Estado exigirá o ajustamento do empreendimento produtivo às normas ambientais e condicionará a concessão ao cumprimento do que for estabelecido, sob pena de cancelamento do contrato.

O Iterpa (Instituto de Terra do Pará) propôs ao Ibama algo que contempla essa nova situação, mas não esgota as providências que o poder público deve adotar. Não basta estabelecer a relação fundiária com o particular através de autorizações de uso, sem transferência de domínio. O governo precisa atuar também no plano silvicultural. Ao invés de elaborar o plano de manejo, o particular apenas o financiaria e o acompanharia. O agente do processo seria o próprio poder público, diretamente, através do serviço florestal, e indiretamente através de contratação de terceiros. O custo dessa empreitada seria coberto pelo pagamento de uma taxa, cobrada em relação ao tamanho da área concedida para uso pelo Estado. O controle privado só se estabeleceria no momento da exploração.

Mas para que isso ocorresse, como bem diz o Jornal Pessoal, o aparato institucional teria que mudar, pois o existente não tem condições de implementar essas ações e transformar a forma de utilização dos recursos florestais da Amazônia, em particular os do Pará.

E umas das mudanças, no caso do Pará, segundo o Jornal Pessoal, o governo do estado deveria criar em caráter de urgência seu Instituto Floresta, com autonomia burocrática e a disponibilidade de recursos capaz de suprir as ações e necessidades que a causa contém, além de “consolidar e regulamentar o Código Florestal do Pará”. Nestes termos, o Estado, assumiria inteiramente a administração de seu território e de seus recursos, e exerceria maior controle da ocupação do solo.

Se assim o for, não teremos mais esse quadro em que o governo federal, estadual (Pará é um dos estados que mais desmata, trazendo a grilagem de terras, conflitos sociais, especulação econômica) não assume uma postura enérgica, punitiva de fato para com esses desbravadores que vivem na clandestinidade e sempre conseguem margem de manobra para desenvolver suas atividades ilegais. Então, como coloca o editor do Jornal Pessoal, as leis são feitas para inglês ver e não serem aplicadas de acordo com os delitos ambientais.

A opinião do enunciador/editor é reforçada na imagem abaixo, em que o poder público deve sim, tomar as rédeas e executar o controle de seus recursos naturais, para que as futuras gerações venham ainda a usufruir desses bens.

Imagem 13 – Floresta monitorada.



Fonte: Pinto, L. (2003a, p. 1).

Ainda em relação à extração da madeira, um texto eleito para endossar a discussão, está sob o título **Amazônia: pronta pra explodir**, n. 312 de 2003. Nesta edição o assunto a respeito da questão ambiental no Pará é matéria de capa do *Jornal Pessoal*, fazendo referência ao episódio que houve em Medicilândia, quando do protesto de madeiros contra fiscais do IBAMA, em que agentes da polícia federal tiveram que ficar confinados num hotel, em função do tumulto criado pelos madeireiros em frente ao local.

Outro episódio citado na matéria se volta para o assalto realizado na Agência do IBAMA, em Belém, PA, no qual foram levadas 32 mil Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs), muitas já surgiram e foram apreendidas; além de milhares de metros cúbicos de madeira que se alojam no Porto de Belém, prestes serem embarcados, quando está suspensa aprovação de novos planos de manejo, e os que estão ou foram aprovados ainda estão a caminho, e as ATPFs ainda não foram liberadas. Sem sombra de dúvida, o que todos têm conhecimento é que 90% da madeira extraída nas matas do Pará é ilegal.

O *Jornal Pessoal* nos apresenta um debate acerca da clandestinidade e a regularização dessa atividade, que, segundo o periódico, é a segunda mais rentável do estado do Pará, perdendo apenas para o setor de mineração e seus derivados, mas não deixa de ser importante, pelo valor do faturamento, expresso no comércio exterior, pelo número de empregos e pela causa na vida rural. Segundo o JP, tal atividade se desenvolveu na clandestinidade por ausência do poder público, assim como pelo desejo de seus atores (PINTO, L., 2003a, p. 2):

Uma miríade de situações intermediárias, talvez secundárias, mas de qualquer modo, nada desprezíveis. Resulta desse relaxamento ou descaso social que duas atividades extrativistas, uma de origem mineral e outra vegetal, são responsáveis pela fração de renda que circula internamente, uma fração da renda que proporciona além-fronteiras porque seu efeito se faz sentir mais fora do que dentro da economia estadual, é concentrador e provoca distorções.

Ao certo que umas das ações realizadas pelo então Programa Amazônia Sustentável foi a “*blitz* legalista” dirigida pelo IBAMA aos madeireiros, estes, segundo o Jornal Pessoal, demitiram cerca de 10 mil pessoas, correspondendo a 2% do mercado de mão-de-obra. Seguindo a linha do processo, o corte atingiria 50 mil, o que é preocupante, pois chefes de família não levarão alimentação para suas famílias. Então, o que fazer para diminuir o impacto dessas medidas?

Utilizando uma linguagem metafórica, o Jornal Pessoal ressalta que “simplesmente explodir o balão não significará acabar com o mundo clandestino da madeira, que é praticamente sinônimo de atividade florestal da Amazônia”; sendo assim, é fundamental investigar os ataques ambientais e humanos, condenar e buscar substituir um modo mais racional de exploração de recursos seja pelo chamado desenvolvimento sustentável ou outra nomenclatura, mas que combata o atual modelo que alcançou todos os limites, vinculando crime organizado com atividade produtiva.

Segundo o Jornal Pessoal, nessa edição, um passo foi dado para que certa realidade se mova. Ele utiliza, novamente, uma metáfora para explicitar um pouco de ação do governo, ao dizer, “a cobra tenta mudar de casca sem parar de se mover. Mas de qualquer modo se move”. Neste sentido, Estado e União, moveram um passo, o qual se refere à “definição fundiária”. O Instituto de Terras do Pará (ITERPA) criou a autorização de uso, um documento baseado no direito administrativo para que o “proponente do manejo florestal tenha um sítio concreto de referência ao seu projeto junto ao Ibama”. De acordo com o Jornal Pessoal, esse documento tem duas imperfeições, no entanto, já é considerado um avanço e uma correção de rumo na atividade mercantilista do Estado.

No entanto, só a criação do documento é não o suficiente, pois se faz necessário criar o órgão executor de sua Lei Florestal, pois “quando o poder regulador e corretivo do Estado se ausenta, é o banditismo, a lei do mais forte, [...] ou qualquer outro nome que se queira dar a essa anarquia fomentadora da clandestinidade que ocupa seu lugar”. Portanto, o Estado e a União devem promover medidas para que a cultura do desmatamento seja o espaço, concretamente, sem utopia, o espaço da cultura da floresta.

As análises do JP perpassam pela crítica do modelo econômico agropecuário, pois a “[...] Amazônia é, quando muito, um centro de recria e engorda de gado. Continua comprando cada vez mais alimentos fora de suas divisas. O mais trágico, no entanto, é que o desmatamento significa principalmente a simples queima de floresta, sem qualquer relação com um processo produtivo de bases racionais” (PINTO, L., 1988, p. 4). Observamos a crítica ferrenha ao modelo agrícola adotado na Amazônia, ao invés do modelo florestal, quando assevera:

Toda a retórica sobre o destino florestal da Amazônia não conseguiu diminuir o enorme fosso que separa o potencial da região e sua produção real. A madeira continua a ser consumida na pira especulativa: O Brasil não saiu do 1% mesmo quando, em três Estados amazônicos, se desmatou mais do que em todo restante do planeta (PINTO, L., 1988, p. 4).

Nestes termos, o periódico observa a entrada “dos grupos madeireiros internacionais” na exploração dos recursos naturais, sem alterar os métodos, em que o desperdício se entrelaça com os ínfimos rendimentos florestais; a Amazônia fica à espreita, à margem dos processos econômicos e distante dos grandes investimentos para a economia local e seus habitantes.

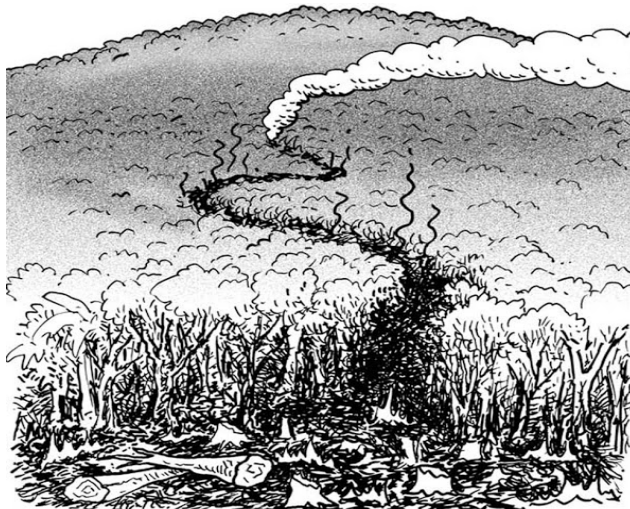
O Jornal Pessoal, ao debater o deslocamento dos grupos madeireiros internacionais para a Amazônia, e os efeitos dessa ação para os nativos da região, configura-se numa relação de elementos dominante e dominados, pois os nativos não têm outra saída a não ser aceitar com espanto e indignação a exploração dos recursos sem retorno, visto que é uma situação histórica na qual há “um estado de perplexidade próprio de quem tem sido forçado a escolher entre o nada e o coisa alguma, o que o sobra desta vasta pilhagem feita na Amazônia para satélite registrar e cientista lamentar” (PINTO, L., 1988, p. 5), representando desse modo a condição colonial da Amazônia, onde o colonizador não dá vez ao colonizado.

O discurso do enunciador/editor em relação à extração de madeira e, conseqüentemente, do desmatamento no Pará, é baseado na análise crítica do acontecimento, dando voz tanto para o estado, quanto para os atores dessa atividade espoliativa. Ele utiliza-se de metáforas, da retórica, para bem dizer sobre esse grave problema que aflige a floresta. Todavia, ele não enaltece a figura do Estado, ele o chama para assumir a responsabilidade de regular e punir a quem comete atrocidades. Nem tão menos se posiciona a favor da extração de madeira, pelo contrário, ele defende que ela deve ser inserida no mundo do direito da legalidade e da racionalidade ambiental.

Sendo assim, percebemos pela análise que o discurso do Jornal Pessoal é de um modelo econômico florestal, pautado na racionalidade do uso dos recursos naturais, e também

é reforçado pela ilustração inserida no texto, quando o enunciador busca mostrar, com a imagem, que se esse modelo racional não for colocado em prática, o desenvolvimento sustentável não se consolida; o governo não aparece, não cumpre de fato sua função, a floresta vai continuar como espaço de cinzas e pode explodir a qualquer momento, pois o caminho já está aberto.

Imagem 14 – Amazônia preste a explodir.



Fonte: Pinto, L. (2003b, p. 1).

O último texto eleito desse eixo tem como título **Desmatamento**: Amazônia está acabando refere-se ao número 346, de maio de 2005. Essa edição faz um balanço da taxa de desmatamento na Amazônia Legal, passando rapidamente pela década de 1970 e 1980, destacando que foram essas décadas que mais desmataram, principalmente em 1987, pela diretriz da Assembleia Nacional Constituinte em desapropriar imóveis rurais produtivos para realizar reforma agrária, o que ocasionou uma febre de desmatamento dos proprietários rurais na tentativa de não terem suas terras desapropriadas. Anterior à década de 60 do século XX, o desmatamento da floresta nativa não ultrapassava 1% da superfície da região, todavia, até 2005, são 17%, correspondente a 680 mil quilômetros quadrados.

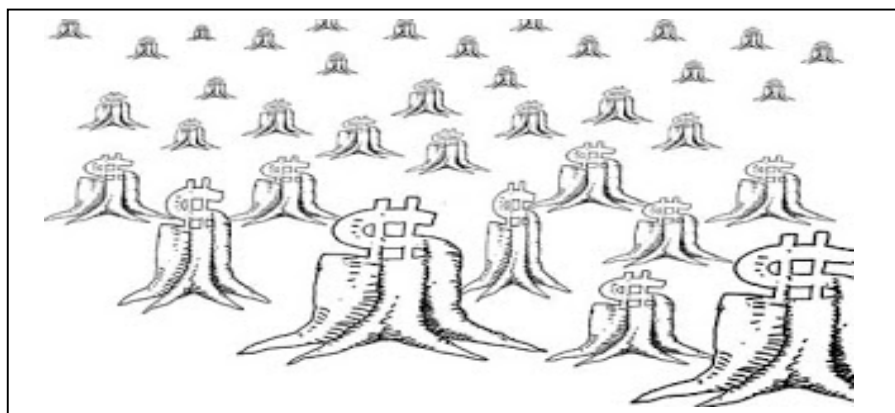
No entanto, entre 1994 e 2004, momento balizado pelo Plano Real, o desmatamento cresceu, alcançando 220 mil quilômetros quadrados, perfazendo um terço do total; segundo o editor, uma área de floresta quase a do tamanho do estado de São Paulo foi desmatada em apenas 11 anos. Ainda segundo o Jornal Pessoal, nessas quatro décadas as áreas desmatadas correspondem a 20% da área desflorestada em todo mundo. Os 680 mil km², segundo os técnicos, constituem campos de gado devastado prestes, a maioria, a virar savana ou cerrado.

Quem são os responsáveis por toda esta destruição? Quanto custa desperdiçar a floresta? O que restará para as futuras gerações? A Amazônia ainda será a Amazônia? Ou será substituída por “pastos infestados de praga, solo compactado e pouca ou nenhuma atividade produtiva”? São questionamentos, interpelações que o enunciador produz sobre o desmatamento na Amazônia. Esse discurso é reiterado na imagem abaixo e nos elementos discursivos destacados no quadro seguinte.

A imagem reforça o discurso do texto principalmente no trecho a baixo:

A ordem de avançar será dada à ampla frente econômica sobre a maior fronteira de recursos naturais do planeta, com seus *bulldozers* e seu modo de fazer convencional, indiferente às sutilezas escondidas na maior floresta tropical da Terra e às recomendações do saber humano organizado sobre a maneira adequada de lidar com ela, no ainda onírico desenvolvimento sustentável. A mata continuará ir a baixo para que seu lugar seja ocupado pela forma de gerar produtos com lugar certo no mercado mundial (soja, gado, dendê, minério, etc.) [...] (PINTO, L., 2005b, p. 1).

Imagem 15 - Floresta desmatada em troca de “progresso”.



Fonte: Pinto, L., (2005b, p. 1).

Novamente, o desmatamento se apresenta como um enunciado, acontecimento no espaço e num tempo, não num tempo estanque, linear, em que a devastação da floresta é posta para embasar e inseri-la no contexto econômico, político-social, mas é debatido como repetição para fixar a posição do Jornal Pessoal frente essa temática. Percebemos pela análise que o discurso do Jornal Pessoal é em defesa da valorização da floresta, pois acredita que sem ela não há Amazônia, não num sentido romântico; a floresta é considerada identidade do ser amazônico, de povos indígenas, quilombolas, extrativistas, de uma nação.

A partir desse eixo temático proposto, enfocaremos a ação do Estado e União em relação ao desmatamento, qual função desses atores nesse processo, para que essa prática seja

menos corrosiva ao patrimônio natural da Amazônia, em especial do Pará. Isso não quer dizer que nos demais eixos esses atores não estejam presentes, pelo contrário, o processo de desmatamento no caso da Volkswagen, e outros casos de desmatamento, já mostrava a figura do Estado, um elemento muitas vezes ausente, omissos e conivente com a prática.

Os recursos naturais constituem um dos bens mais preciosos para os povos, principalmente para aqueles cuja referência e identidade estão atreladas à floresta. No entanto, no modelo político que vivemos os recursos naturais fazem parte de uma dinâmica econômica em que são extraídos e comercializados com o intuito de gerar renda e, conseqüentemente, dinamizar o processo produtivo.

Nesse dinamismo do processo produtivo entram as chamadas instituições, e dentre essas instituições temos o Estado, personificado no governo estadual e federal, os quais por meio de órgãos fiscalizadores reguladores se encarregam do controle e punição de atividades espoliativas advindas da floresta.

No *corpus* de análise eleito para o estudo, as edições do Jornal Pessoal fazem sempre referência ao governo federal e estadual inserido no contexto da exploração das riquezas naturais em que esse ator ora aparece, ora desaparece nesse cenário, no qual projetos são implementados sem a devida preocupação com a preservação dos recursos naturais e práticas econômicas são espoliativas, ocasionando cada vez mais problemas ambientais, a exemplo de poluição dos rios e do ar, matança de animais e, principalmente, o desmatamento na Amazônia Legal, em particular no chamado Arco de Desmatamento, com destaque para o Pará, o segundo estado que mais desmata pelas estatísticas do INPE. Então, nos perguntamos onde está o Estado? O que desempenha?

Para o editor do Jornal Pessoal, o Estado é o “*responsável pelo dinamismo do processo, porque aplica muito dinheiro, quando pedido, dá incentivos fiscais, dá renúncia à receita tributária, senão a Amazônia não teria esse ritmo tão intenso e essa amplitude espacial, senão fosse pela presença do Estado, o Estado dá a visão ideológica e dá o suporte econômico*” (informação verbal)²⁷.

Essas informações nos remetem a uma formação ideológica marcada pela reiteração-afirmação, em que o enunciador/jornalista enfatiza a visão ideológica que o Estado fornece; essa visão perpassa pela ideia de crescimento econômico como desenvolvimento, o que para o enunciador/jornalista mascara a atuação do Estado nesse processo, no qual há a ideia de desenvolvimento, de progresso, de benfeitorias e empenho, para que a Amazônia e o Pará não

²⁷ Entrevista concedida à autora em junho de 2013 pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

fiquem à margem da globalização, dos grandes empreendimentos nacionais e internacionais. Esta ideia está relacionada a um modelo espoliativo dos recursos naturais; mas esses recursos não vão voltar.

Para o jornalista, esse modelo focado no eixo dos recursos naturais fez com que o Pará tivesse “*esse crescimento de desmatamento incrível [...], por exemplo, em Carajás, que hoje é o Coração desse modelo*”. Esse debate está elencado no eixo temático dois, quando discutimos a exploração do minério de ferro das jazidas de Serra do Carajás no âmbito do Projeto Ferro do Carajás.

O editor do Jornal Pessoal faz crítica a esse modelo, pois os recursos que estão saindo não são renováveis, como ele mesmo observa: “*um recurso que duraria 400 anos, vai durar 100 anos*”; essa fala é legitimada pela experiência em relação ao manganês do Amapá, que se dizia nunca terminar. O erro não seria repetido, no entanto: “*o maior trem de carga do mundo faz doze viagens todos os dias. E as pessoas não se questionam se esses recursos vão acabar? Não é recurso qualquer, é o melhor minério de ferro que tem na costa terrestre*” (informação verbal)²⁸. Então, o erro está sendo repetido e num grau bem amplo, pois “*a produção é maior do que foi no Amapá*”.

Nestes termos, o jornalista enfatiza as questões históricas, para que a sociedade esteja atenta, pois esse “*modelo colonial em pleno vigor na Amazônia ele vai até o fim. Mas ele não é inevitável*”. Conforme, o jornalista, essa situação tomaria outro rumo, sendo evitável, se a “*Amazônia fosse contemporânea do mundo em matéria de conhecimento, de saber, ciência e tecnologia. Ela tem apenas 2% de ciência e tecnologia do orçamento do Brasil que é pequeno*”. Ou seja, para ele, o eixo do modelo deveria ser totalmente invertido, passaria do madeireiro, do minerador para o eixo cientista, não aquele que só fica em laboratório, enclausurado em seu mundo de pesquisa, mas: “*cientista que faz, faz, de modo que a ciência avalize que é a ciência mais moderna do mundo*” (informação verbal)²⁹, corroborando mais, uma vez que a Amazônia é vista como colônia e há pouco conhecimento acerca da sua realidade.

Mediante esse contexto em que se encontra a região amazônica, em relação ao estado do Pará, o jornalista afirma: “*O desmatamento, é inevitável. O governo comemora, às vezes, quando reduz o desmatamento. Bom, em 2012 em relação a 2011, solta foguete. Reduzir o menor índice de desmatamento desde 98. Mas quanto era o pano de fundo de 98, e quanto*

²⁸ Informações obtidas a partir de entrevista com o editor do Jornal Pessoal, em 2013.

²⁹ Entrevista concedida à autora pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto, em 2013.

era o pano de fundo hoje?” (informação verbal)³⁰. O jornalista instiga um questionamento para o cenário devastador que parece diminuir, entretanto, camufla um fato mais preocupante que o governo busca atenuar com a divulgação desses dados, não mostrando uma real situação do problema do desmatamento que assola o estado do Pará e região amazônica.

Contextualizando sua fala na conjuntura socioeconômica e política contemporânea, o jornalista assevera que:

O pano de fundo de 98 era que nós estávamos desmatando meia São Paulo, o pano de fundo hoje é três São Paulo. Em 76, o desmatamento de todas as épocas na Amazônia não chegava a 1%. Então, não adianta você dizer que o índice é menor de todos os tempos, se ele é relativizado por um indicador absoluto que é chocante, 700 mil km² já foram desmatados na Amazônia (informação verbal)³¹.

Por sua vez, na sua análise crítico-reflexiva desse impacto ambiental, em que o desmatamento é posto, evidenciado em meio século, ele constituiu-se num dos maiores desmatamentos da história da humanidade. Nesse sentido, o desmatamento:

É o indicador da irracionalidade do processo, seria efeito notável, se dissesse que não desmatou nada, ou seria impossível o desmatamento zero, se não se desmatou um hectare pra substituir floresta por pasto, isso nunca aconteceu (informação verbal)³².

Isso nos leva a pensar que essa realidade jamais acontecerá, pois cada vez mais se desmata em nome do “progresso, do desenvolvimento”, esquecendo que esses recursos são inesgotáveis e que a floresta é abundante, e o índice de desmatamento é preocupante, haja vista que diminui em termos relativos, mas em termos absolutos, como bem observa o jornalista:

O desmatamento é situação é gravíssima. Porque nós estamos pegando um dado muito relativo. É o desmatamento absoluto, mas os efeitos de cada ha desmatado que se multiplicam por três no mínimo, porque cada área nova que você desmata, os efeitos sobre a fauna, flora, as chuvas é triplicado.

Então nós estamos falando não de 600 mil km², um mil de km², mas de 2 milhões, 100 milhões de km². E uma unidade que é muito maior que o estado da federação do Amazonas, 500 mil, 600 km² maior, então é gravíssimo, é em relação aos recursos que você não vai poder recuperar (Informação verbal)³³.

³⁰ Informações coletadas a partir de entrevista com o editor do JP, no ano de 2013.

³¹ Entrevista realizada com o editor do JP, em 2013.

³² Informações fornecidas pelo editor do JP à autora, em 2013.

³³ Entrevista concedida à autora em 2013, pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

Então, essa situação é uma realidade histórica, consistente, de expropriação da natureza, em que o processo produtivo não está considerando um “desenvolvimento sustentável”, no qual o Estado intervém, mas muitas vezes não concretiza ações reparadoras, outras vezes, ele reforça esse processo, como percebemos na fala do jornalista, quando exemplifica:

Nós temos 7 milhões km² de pastos degradados. Porque que esse número não diminuiu? Porque foi relativamente barato formar o pasto, é imensamente mais caro recuperar área degradada, [...], o custo ambiental é mais alto, mas porque pra desmatar se contou com os incentivos fiscais do governo, pra recuperar não tem (informação verbal)³⁴.

Destarte, o impacto ambiental do desmatamento é imenso, e nós não nos apercebemos da situação grave e complexa que está envolvida a floresta, os bens naturais. Por sua vez, não por ausência de informações, por não conhecer esse modelo espoliativo que o Jornal Pessoal busca mostrar e trazer um posicionamento crítico-reflexivo, apontando a postura, ação do Estado que contribui, incentiva.

Nestes termos, a primeira hipótese do trabalho se confirma, em parte, pois, o Jornal Pessoal se posiciona pela cobertura jornalística especializada a respeito da Amazônia, pelas análises crítico-reflexivas dos impactos socioambientais, evidenciando a problemática do desmatamento. No entanto, a problemática do desmatamento, como vimos na análise do *corpus*, ainda não é vista como prioridade, um problema que precisa ser solucionado com criação de órgãos, a exemplo do Instituto Florestal, para “consolidar e regulamentar o Código Florestal do Pará”, dessa forma refutando a segunda parte da primeira hipótese, que direcionava esse impacto ambiental vinculado a uma política ambiental em que o Estado implementa, gerencia e provém ações benéficas em relação ao desmatamento.

Em relação à segunda hipótese, o Jornal Pessoal, apesar de ser considerada uma imprensa alternativa, sobrevive no campo do jornalismo, sobretudo no jornalismo amazônico. O periódico tem função primordial na apuração de fatos, cuja análise, ponto de vistas, discurso se nutrem de fontes documentais, de pesquisa de campo, pela vasta experiência jornalística de Lúcio Flávio Pinto, iniciada desde 1966, pelo contato com diversos cientistas do mundo dedicados aos estudos da Amazônia. O mesmo presenciou o período da criação da SUDAM, do Banco da Amazônia (BASA), da política de incentivos fiscais. Ele esteve em diversas viagens, *in lócus*, onde os fatos aconteciam, conversou com os personagens:

³⁴ Informações fornecidas à autora, em 2013, pelo editor do JP.

Os personagens não são aqueles que aparecem com os títulos, como são os ministros, governadores, deputados, engenheiros. São os personagens que resolveram os problemas, ou criaram os problemas. [...] E todos os acontecimentos da Amazônia até pelo os anos de 1990, com mais de 30 anos, eu vi com meus próprios olhos, fui lá testemunhar, conversar com as pessoas, criar fontes (informação verbal)³⁵.

A interpretação do jornalista não é destituída de um arcabouço teórico, pelo contrário, ele se vale da teoria, estudos científicos, relacionando-os à pesquisa de campo, quando sua empiria intercala-se com a teoria, como se vê no trecho abaixo:

Um exame detalhado das imagens de satélite, complementado pela leitura dos trabalhos dos cientistas que interpretam esses ‘mosaicos’ e uma verificação em campo leva qualquer cidadão dotado de discernimento, sensibilidade para a relação homem e a natureza, um conhecimento mesmo que elementar do que é Amazônia e alguma dose de cidadania à revolta ou desalento (PINTO, L., 2012a, p. 6).

Logo, a construção das análises do Jornal Pessoal no debate, na interpretação da problemática do desmatamento na Amazônia dá-se à luz dos meios científicos, valendo de dados de Institutos como INPE, INPA, reconstruindo os dados numa abordagem crítica dos fatos, indo além de descrição das informações, ultrapassando os “limites do factual”, marcando legitimidade e credibilidade às notícias acerca do meio ambiente e de questões relacionadas aos estudos sobre a Amazônia, sendo assim uma autoridade respeitada no assunto que propõe discutir.

Portanto, uma parte da segunda hipótese se confirma, na qual se considerava pela longevidade do Jornal Pessoal, pois este se configura como uma voz especializada acerca da Amazônia, e como uma fonte de informação relevante em discussões acerca do desmatamento situado num contexto socioeconômico e político.

Todavia, outra parte da segunda hipótese no que diz respeito a não intervenção do Estado é confirmada, pois como mostramos por meio do eixo temático três, a ação do Estado, ao tentar diminuir o índice de desmatamento, ainda está caminhando, como por exemplo, a “autorização de uso”, documento criado pelo INCRA, comentado em observações anteriores, além do esforço do governo em combater a grilagem. Acerca disso, o Jornal Pessoal (1988, p. 5) observa: “[...] a relação entre grilagem de terra e desmatamento é grande e, mais do que isso, o fim da grilagem será um sinal claro de que o Estado está assegurando formas

³⁵ Entrevista concedida à autora, em junho de 2013.

democráticas de acesso aos recursos naturais e à terra, ajudando a formar uma sociedade mais justa nos rincões amazônicos”.

Por sua vez, os órgãos fiscalizadores, monitores, a exemplo do IBAMA, INPE, IMAZON e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) até cumprem suas funções, entretanto, como observa o editor do JP:

O problema é não ter braços, do que adiante você estar no computador com o melhor software do mundo com 16 satélites lá em cima dando informação, se você não tem como ir à área, não tem uma estrutura adequada. Então, o efeito disso é muito pequeno, apenas alerta, saber da situação, tem condições de ver melhor como antes, tem condições de prevenir, fazem algumas coisas, mas, por exemplo, o que resulta de tudo isso? Multa.

E quantos por cento de multa aplicada é paga, é uma ninharia! É coisa de 2%, 5%, então, o problema que não tem uma estrutura em campo compatível com a instituição (informação verbal)³⁶.

Em outros termos, o Estado não se adianta aos problemas ambientais, como bem coloca o editor: “*O Estado, ele vem a reboque, quando ele quer corrigir, ele vem a reboque, ele não se antecipa. [...] Mas não se antecipar com aparato policial, mas é se antecipar com a ciência criando formas novas de exploração que não sejam destrutivas*”. Assim, a última parte da segunda hipótese, que se refere ao aceleração e aprofundamento dos índices de desmatamento não se confirma, pois apesar de vários fatores o Estado ainda intervém, no entanto necessita mudar o eixo centrado nos recursos naturais, modelo colonial que ainda vigora; ele precisa concretizar, de fato, o controle e a regulação dos recursos naturais a partir do momento que:

determinadas intervenções do homem sobre a natureza levem a uma coisa, que não se tem mais dúvida. Não se pode, não se deve, substituir floresta nativa por pasto. Isso deveria ser uma regra, todo aquele que cometer desmatamento pra substituir a floresta por qualquer atividade econômica que tenha menor expressão, deve ser considerado crime hediondo. Punível não com a multa, mas com a prisão, inafiançável. Caracterizou preso, inafiançável (Informação verbal)³⁷.

Dessa forma, postula o editor do Jornal Pessoal, que não basta só diminuir o índice de desmatamento, mas combater essas práticas destrutivas que assolam nossas florestas enquanto ainda é tempo. Nestes termos, o jornalista sugere várias ações para que haja mudança nesse

³⁶ Entrevista concedida à autora, em junho de 2013, pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto.

³⁷ Informações concedidas à autora, em junho de 2013.

quadro, sobretudo, ele defende investimento maciço em ciência e tecnologia como forma da região sair dessa inércia e passar a ser protagonista da história.

Neste sentido, as estratégias do governo são centradas numa política pautada num discurso de protecionismo. Segundo Almeida (2012, p. 63), esse discurso incide “numa ação de Estado inspirado principalmente no potencial do crescimento econômico”; ou seja, são criados leques de possibilidades no “uso intensivo” dos recursos naturais em favor apenas de política de crescimento econômico, do “chamado desenvolvimento” com o propósito de minimizar a pobreza, injetar a economia.

Com efeito, essas políticas protecionistas são mais direcionadas à identificação dos recursos naturais estratégicos, para assim implantar infraestrutura e ampliação de produtos para a exportação de *commodities*, dentro do “desenvolvimento sustentável” pactuado com interesses nacionais e internacionais (ALMEIDA, 2012), no enriquecimento pela abertura de frentes pioneiras em lugares ainda preservados, em detrimento da exploração irracional dos recursos naturais e da violação dos direitos de povos que ocupam e fazem da terra sua sobrevivência.

Em relação ao período histórico identificado nos eixos temáticos, observamos que os textos permeiam contextos históricos diferentes: o primeiro e segundo eixos perpassam o período militar (1964-1985); o terceiro, o governo republicano, no governo do José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luis Ignácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Observamos que as críticas mais severas se concentram no período militar, com o projeto de colonização e destruição das florestas, lembradas nos textos mais recentes, embora, o Jornal faça também críticas rígidas ao governo atual, ao governo Luís Ignácio Lula da Silva na época do Programa Amazônia Sustentável, um projeto que não consolidou e não trouxe soluções para a problemática ambiental.

O desmatamento é contextualizado no curso da história, e o agente desbravador – o Estado – é o mesmo destruidor, espoliador, seja ele no período militar, nos governos democráticos de José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luis Ignacio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Entretanto, nos parece que as críticas às ações do governo do período militar são mais ferrenhas, nos outros governos o editor não deixa de ressaltar um Estado inerte, muitas vezes omissivo em suas práticas.

Percebemos que a questão ambiental, em particular o desmatamento, ocorre em forma de problematização e o esquema retórico dissertativo de perguntas e respostas é utilizado um tom de dialogia ao discurso. Para interpelar, o Jornal Pessoal inclui o leitor, fazendo uso da estratégia reflexão, vista nos elementos discursivos, como as estratégias de interpelação e

inclusão do leitor na discussão do tema, levando-o a ter um ponto de vista diferente do acontecimento apresentado. Assim, o posicionamento, do *Jornal Pessoal* é crítico-reflexivo, uma vez que o discurso argumentativo se utiliza de estratégias discursivas, como a legitimidade da fala, a interpelação, a interação com o leitor.

Por conseguinte, pela análise, observamos que o *Jornal Pessoal*, ao debater acerca das medidas e ações implementadas pelo Estado (governo estadual e União) em relação ao desmatamento no Pará, concentra-se ainda na criação de instrumentos de controle, mecanismos jurídicos, o que, às vezes, não são cumpridos, não havendo controle, avaliação de resultados; essas ações ainda estão muito distantes de atrelar o desmatamento a uma política ambiental comprometida e séria, em que os órgãos fiscalizadores não só multam, mas de fato punem quem provoca atrocidades com os recursos naturais, demonstrando impotência do Estado no combate ao desmatamento.

O posicionamento do *Jornal Pessoal* traça-se também pelas ilustrações, charges inseridas no periódico, as quais têm a função de adicionar, subsumir e reiterar o que se está falando, dizendo, legitimando a fala. Assim, as ilustrações confirmam os enunciados do texto, mostrando os fatos, o acontecido no espaço social; por conseguinte, demonstra a imagem, conforme preceitos de Orlandi (2009), também como um texto - mecanismo que proporciona sentido.

Nestes termos, as imagens têm função ativa, que por sua vez, apresentam realidade e verdade, pois re integram os discursos que não são cristalizados; são marcados pelas condições de produção nas quais se inscrevem e reproduzem na conjuntura da história.

A partir do que foi exposto ao longo da tentativa de análise, preceituamos que conseguimos atingir a proposta da pesquisa, cujo objetivo geral seria analisar o posicionamento do *Jornal Pessoal* sobre o desmatamento no Pará e a ação do Estado nesse debate; conseqüentemente, as repostas foram obtidas com a investigação.

6 CONCLUSÃO

Ao discutir a respeito da questão do desmatamento, o Jornal Pessoal se vale do saber técnico e de conhecimentos científicos dos acontecimentos, pautados na veracidade e confiabilidade, entrelaçados num dispositivo teórico de interpretação, pois realiza a análise comparativa dos fatos, baseada também na experiência de quem viveu e acompanhou de perto esses acontecimentos.

O discurso acerca deste enunciado perpassa sua formação ideológica e utiliza estratégias discursivas para corroborar e chamar a atenção de seus leitores para a questão ambiental que tanto assola a região. Esse discurso permeia formas de argumentar baseadas em dados estatísticos, na empiria, no conhecimento de vanguarda, contextualizando a discussão no processo histórico-espacial, em que se percebe uma escrita de pertencimento à Amazônia.

Em relação à interpretação, o posicionamento do Jornal se fundamenta em análises racionais das questões ambientais cujos elementos de discurso apontam para uma irracionalidade ambiental praticada pelo Estado e pelos agentes econômicos, corroborando nos princípios teóricos de Leff (2001; 2003; 2012) quando discorre acerca da crise ambiental que aflige grupos sociais que no mundo propõem um novo saber ambiental. Destarte, a abordagem do Jornal Pessoal se entrelaça numa formação discursiva, construída num processo histórico, econômico e social das discussões emblemáticas que afligem a Região, demandando um alto nível de complexidade na veiculação e aprofundamento das questões.

O debate do JP em torno do desmatamento envolve enunciados que evocam relações de textos escritos em outras edições do Jornal, aparecendo, desse modo, relações inter e intradiscursivas, em que o discurso acerca do desmatamento imbuí-se, alcança a cobertura, a veia jornalística da notícia, dando amplitude e profundidade no que se diz, e a forma como se intercala com outros fatos, problemas da região amazônica, sendo que esse discurso não é destituído de sentidos sobre o que a região apresenta.

As análises do JP tentam desmitificar, desmascarar os fatos, desnudando sentidos que os grandes agentes econômicos imprimem, implantam com os investimentos financeiros realizados pelo capital estrangeiro e nacional na “última fronteira de recursos”, dando uma falsa impressão de “desenvolvimento”, que por certo não ocorre, pelo contrário, cada vez as riquezas naturais são surrupiadas de forma lenta, mas continua dentro de um modelo econômico, pautado, na política de incentivo fiscal de implantações de projetos agropecuários e minerários.

Desse modo, a cobertura jornalística do periódico se entrelaça numa prática social voltada para ampliar e aprofundar a integridade dos fatos, numa identificação de contextos econômico-sociais, não dissociados de problemas que envolvem o desmatamento; pautada no compromisso com a veracidade das notícias, a cobertura jornalística do Jornal Pessoal tem a função ativa na discussão da preservação das florestas, à medida que a Amazônia e o desmatamento são mostrados sob um olhar de dentro da Região, dando sustentação crítica no que é veiculado e informado aos leitores.

Os sentidos apresentados em relação ao debate do desmatamento perpassam por um modelo florestal do uso dos recursos naturais, e esses sentidos desvendam e apontam um modelo espoliativo que ocasiona a destruição das florestas. Esse modelo tem uma preocupação com os habitantes que sofrem com os efeitos do desmatamento e a fuga de riquezas naturais para outros estados e países.

Esses sentidos enfatizam florestas em pé, uma política ambiental voltada para inclusão de atores sociais envolvidos no processo de preservação e utilização racional dos recursos naturais, em que a população da Região receba os benefícios dessa produção ao invés de ter que adquirir bens manufaturados com altos preços no mercado comercial. Espera-se, então, uma política ambiental planejada, que invista em ciência e tecnologia de ponta para que os bens naturais possam ser comercializados e difundidos no próprio estado do Pará.

As estratégias discursivas utilizadas pelo Jornal Pessoal em relação à questão ambiental, em particular o desmatamento, produz um sentido de reiteração-afirmação de modelo de desenvolvimento espoliativo, em que o discurso do jornalista desnuda, descortina agentes econômicos, institucionais, trazendo a lume fatos não veiculados em outros meios de comunicação e não discutidos na mídia tradicional. Tais estratégias discursivas são marcadas também pelo recurso da ironia³⁸ incluída pelo enunciador.

Neste sentido, o Jornal Pessoal, sendo imprensa alternativa, talvez uma experiência única na Amazônia, tem o compromisso, a contribuição de informar, formar opinião, instigar o leitor, alertar para a tomada de consciência de responsabilidade das elites, formadores de opinião, governantes quando do debate acerca do manejo de recursos naturais numa região como a nossa, rica em patrimônio natural.

Quanto aos limites da pesquisa, fazemos uma observação em relação à delimitação do *corpus* de análise: na definição de critérios de escolhas das edições, por conta da vasta

³⁸ Guimarães escreve a respeito: “A ironia surge habitualmente enquadrada numa situação de diálogo, o enunciado irônico não é apreendido como tal senão quando inserido no respectivo contexto e acompanhado do co - texto. [...] Ao emissor é exigida uma grande capacidade de diferenciação, no momento da escolha das estratégias, dos veículos em que vai fazer transportar a sua ironia”. (GUIMARAES, 2001, p. 416).

produção do *Jornal Pessoal*, pela nossa ausência de maturidade teórica, haja vista que a análise do discurso pressupõe um arcabouço teórico profundo e a apropriação de conceitos bem consolidada.

Tentamos abstrair um fio da obra de Lúcio Flávio Pinto, pois, sem dúvida, sua produção não cabe em apenas um trabalho acadêmico, vai além, num espaço-tempo, na história. O que ficou para nós é que o *Jornal Pessoal* e as obras de Lúcio Flávio Pinto são incomuns, pela experiência profissional de quem viu e capta com os próprios olhos, literalmente, seu objeto de estudo, pela sua trajetória pessoal, o que, conseqüentemente, imprimi ao seu criador esse caráter, de homem incomum. Consideramos que o objeto empírico é inesgotável, ou seja, a produção de 48 anos de trajetória jornalística é vastíssima. Daí oferecer um leque de perspectivas de estudos.

Diante das discussões feitas, alguns questionamentos se fizeram no decorrer da execução da pesquisa, quais são: a) Quem é o leitor deste jornal e seu perfil? b) Que efeitos de sentido o *Jornal* produz nos seus leitores? c) Qual o *ethos* jornalístico do periódico?

Outra perspectiva seria empreender uma análise sociológica do conjunto da obra de Lúcio Flávio Pinto, explorando mais o conceito de campo intelectual, campo jornalístico assunto pincelado no capítulo acerca da vida do jornalista, em que se constatou que seu capital cultural e social foi formado a partir de seu acervo bibliográfico particular, o que se supõe constitui-se num dos mais completos sobre a Amazônia. Outra possibilidade seria verificar que sentidos a Amazônia apresenta no *Jornal Pessoal*. Dessa forma, é possível realizar uma arqueologia do saber de Lúcio Flávio Pinto sobre estudos amazônicos. Mais uma sondagem de estudo seria realizar estudo comparativo do *Jornal Pessoal*, imprensa alternativa, com um veículo de informação de imprensa tradicional, da grande imprensa, mas na mesma linha de estudos amazônicos. Essas são respostas a serem investigadas, quem sabe, em futuros estudos.

No derradeiro parágrafo dessa dissertação, uma pergunta nos foi suscitada: como seria estudar a Amazônia, a questão ambiental sem ler o *Jornal Pessoal* e os livros de Lúcio Flávio Pinto? Não queremos enaltecer o jornalista em detrimento dos muitos estudiosos da Amazônia, que por sinal a lista tem grandes nomes como, Benedito Nunes, Vicente Salles, Arthur César Ferreira Reis, Eidorfe Moreira, Roberto Santos, entre outros; a lista é extensa. Porém, entendemos que, de certo modo, ao estudar a Amazônia, temos que passar pelo conjunto da obra de Lúcio Flávio Pinto, pelo seu legado intelectual, que faz da sua vida uma luta contra aqueles que querem desapropriar, a qualquer custo, a floresta; ele faz do *Jornal Pessoal* sua última resistência.

REFERÊNCIAS

AB SÁBER, Aziz. Amazônia: as lições do caos. **Revista Nossa América**, São Paulo, n. 5, p. 50-59, dez., 1992.

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais: a atualidade do objeto. In: _____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Relume Dumára, 2004. p. 7-9.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Relume Dumára, 2004. p. 13-35.

AGRESSÃO, A. Disponível em: <rollingstone.uol.com.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Território e territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo. (Dossiê). **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 63-71, jan. abr., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012_000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jun. 2013.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia**. 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas; FERNANDES, Michelle; TRINDADE, Raquel. Imprensa Alternativa na ditadura militar: um olhar jornalístico e acadêmico de Bernardo Kucinski. In: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA, 2.; CONFERENCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 7., 2011. Belém. **Anais...** Belém: Mídia cidadã, 2011. p. 1-13.

BARROS, Camila; ALMEIDA, Rogério. Bandeira 3 - impresso alternativo na Amazônia em tempos de ditadura. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [S.l.], v.2, n.1, p.71-81, jan./jun. 2013.

BEIRED, José Luis Bedito. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 121-131.

BOURDIEU, Pierre. Los três estados Del capital cultural, **Actes de La Recherche em Sciences Sociales**, Azcapotzalco, México, n. 5, p. 11- 17, 1979.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil; Difel, 1989. cap. 2. p. 16-58.

_____. A influência do jornalismo. In: _____. **Sobre a televisão, seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Tradução de Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 99-120.

_____. Posfácio: o jornalismo e a política. In: _____. **Sobre a televisão, seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Tradução de Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 129-143.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BUENO, Wilson. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc. de. O pólo epistemológico. In: _____. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. p. 39-61.

BRUSEKE, Franz Josef. Desenvolvimento sustentável: um desafio para as ciências. **Paper do NAEA**, n. 25, maio, 1994.

CARVALHO FILHO, Benedito. Os nossos desafios e as informações do JP. Ombusman. **Jornal Pessoal**, Belém, n. 528, 1. quinzena, jan. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008. 555 p.

CIDADE de Tucuruí. Disponível em: <http://cidadedetucuruí.com/inicio/usina_hidreletrica_tucuruí/usina_hidreletrica_tucuruí.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.

COELHO, Geraldo Mártires. Felipe Patroni e a criação da imprensa no Grão-Pará, **A Província do Pará**, Belém, p.14, 3 abr. 1985.

_____. Imprensa, ideias e poder: o surgimento da imprensa no Pará. **Revista PZZ**. Belém: UNAMAZ; BASA, v, n. 5. p. 22-39 [2012].

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COSTA, Francisco de Assis. As ciências, o uso de recursos naturais na Amazônia e a noção de desenvolvimento sustentável: por uma interdisciplinaridade ampla. In: VIEIRA, Ima C. G. et. al. (Org.). **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: MPEG, 2009. p. 299-316.

COSTA, Luciana de Miranda. **Comunicação & meio ambiente**: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: UFPA; NAEA, 2006. (Prêmio NAEA).

CUNHA, Elaide Martins da. **Discurso político, mídia e ação parlamentar**: Amazônia no Congresso Nacional. 2010. 307 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. 2. ed. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Edições 34, 2010. 240 p. (Coleção Trans).

DUTRA, Manuel José Sena. **A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiterações dos discursos sobre a natureza**. 2003.381 f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

_____. Uma imprensa alternativa que produz conhecimento. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 26, n. 544, 1 quinzena, p. 10-11, set. 2013.

FARIAS FILHO, Milton; ARRUDA FILHO, Emílio. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013. 157 p.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 35 - 44, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ombusman Folha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/cargo.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008. 239 p. (Campo teórico).

FRAGA, Isabela. Blog jornalismo nas Americas. O caso do jornalista Lúcio Flávio Pinto: emblema do assédio judicial no Brasil. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-12731-censura-togada-o-caso-do-jornalista-lucio-flavio-pinto-e-o-assedio-judicial-no-brasil>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva. **Veredas online-Análise do discurso**, n. 2, 2010, p. 119 - 120.

GOLDSTEIN, Ilana. Hierarquias da cultura: a sociologia da arte de Bourdieu procurou evidenciar a estreita ligação entre a política e preferências estéticas. **Cult**, ano 11, n. 128, p. 59-61, 2000.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. [Rio de Janeiro]: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Perspectivas do Homem, v.48. Série Filosofia). p. 3-23.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Olhares oblíquos sobre o sentido no discurso. In: _____. BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 2. ed. São Carlos: Clara Luz, 2003. p. 7-18.

GRILEIROS mais juízes. Disponível em: <blogspotmanueldutra.blogspot.com.br>. Acesso em: 14 jun. 2013.

GUERRA Amazônia, A. Disponível em: <<http://jornalcatarse.blogspot.com.br/2012/08/guerra-amazonica-e-o-jornalista-lucio.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GUIMARAES, Maria Joana. Ironia: uma primeira abordagem. **Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas**. Porto XVIII, p. 411-422, 2001. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3047.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do bem estar social e o esgotamento das energias utópicas, **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, p.103-114, set. 1987.

_____. Para o conceito de opinião pública. In: _____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003. p. 274-290.

_____. O caos na esfera pública. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, ago. 2006. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1308200605.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

HOMMA, Alfredo K. Oyama et al. Ensaio: Guseiras na Amazônia:perigo para a floresta. **Ciência Hoje**, v.. 39, n. 233, p. 1-59, dez. 2006.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 2922 p.

LEAL, Maria das Graças. **Lúcio Flávio Pinto x Eletronorte**: a vitória do papel - uma leitura argumentativo-polifônica. 1993. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Letras, Universidade Federal do Pará, 1993.

LE CODIAC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LEFF, Enrique. Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento. In:_____. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001. p. 109-146.

_____. Pensar a complexidade ambiental. In: _____. (Coord.). **A complexidade ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-64.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2012. 132 p.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes: FASE, 1991. 213 p. (Ecologia & Ecosofia).

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo ambiental em revista**: das estratégias aos sentidos. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. Análises de discursos especializados em meio ambiente: como jornalismo ambiental pode contribuir para um novo olhar. **Rázon y Palabra**: primeira revista eletrônica em America Latina especializada em Comunicacion, n. 79, maio/jun., 2012. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/06_Beling_M79.pdf> Acesso em: 10 mar. 2013.

LUFT, Maria Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais “O Liberal do Pará e a Crítica do Amazonas”. São Paulo: Annablume, 2005. (Meio ambiente, 318).

KUCINSKI, Bernardo. A aventura alternativa: o jornalismo de oposição dos anos 70. In: _____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 177-198.

_____. Os jornais da crise Herzog. In: _____. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2003.

KRIEGER, Maria da Graça et al. **Glossário de ecologia e ciências ambientais: terminologia das leis do meio ambiente**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008. 526 p. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/glossário_20de_20ecologia_20e_20ciencias_20ambientais.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. (Biblioteca de Filosofia e História das ciências, n. 11).

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; Universidade Federal do Pará. **Portos, Portas e postais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)**. 2009. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

MARTINS, Helena et al. **Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2013. Dez. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/boletim-do-desmatamento-sad-junho-de-2013>>. Acesso em: 30 dez.. 2013.

MEMÓRIA de Santarém. Disponível em: <sergiobastos.wordpress.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MIRANDA, Elis de et al. Para repensar Tucuruí: uma revisão bibliográfica. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas. **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG; UFPA; UNAMAZ, 1996. p. 816 - 824. v. 2.

MONTEIRO, Glauce Cristhiane da Silva. **Amazônias na TV: a presença local no telejornalismo nacional**. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MORAES, Ângela Teixeira de. O discurso em Foucault: noções para uma prática jornalística. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 12. **Anais....** Goiânia, Sociedade Brasileira de Estudos Disciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org./sis/regional/resumos/R21-0050-1.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MORIN, Edgar. A ecologia social. In: _____. **Sociologia**. ed. rev. aum. Tradução de Maria Gabriela de Bragança, Maria da Conceição Coelho. Portugal: Europa-América, 1998. p. 114-121.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 9. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100 p.

ORMOND, José Geraldo Pacheco (Comp.). **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. 312 p. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos_conhecimento/livro_glossario/glossario.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa! In: FESTA Regina; SILVA Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia**: o anteato da destruição. Belém: Grafisa, 1977. 372 p.

_____. **Carajás**: o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero: Studio Alfa Foletra, 1982. (Coleção nossos dias, v. 2). 140 p.

_____. **Jari**: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig: as relações entre estado e multinacional na Amazônia. [São Paulo]: Marco Zero, [1986] 219 p. (Nossos Dias).

_____. Ecologia: maior fogo da terra: o maior desmatamento da história.... **Jornal Pessoal**, Belém, ano 1, n. 21, 2 quinz., p. 3-5, jul. 1988.

_____. Jari: empresa paraense? **Jornal Pessoal**, Belém, ano 3, n. 57, 2 quinzena, p. 1-4, fev. 1990.

_____. Carajás: as lições de 30 anos. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 10, n. 167, 2 quinzena, p. 1-2, jul. 1997.

_____. Energia: de novo o rio. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 11, n.187, 2 quinzena, p. 1-2, maio, 1998.

_____. Vale: um cavalo de Tróia. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 22, n. 210, 1 quinzena, p. 1-2, maio, 1999.

_____. Jari: É para implodir?. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 22, n. 205, 2 quinzena, p.1-2, fev.1999.

_____. Consciência amazônica: um produto remoto. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 12, n. 205, 2 quinzena p. 6, fev.1999.

_____. Pará: o trem tá passando. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 15, n. 274, 1 quinzena, p.1-2, jan. 2002a.

_____. A natureza da aranha. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 15, n. 287, 2 quinzena, p. 4-5, jun.2002b.

_____. Amazônia: Floresta: só pra inglês?. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 16, n. 307, 2 quinzena, p. 1-3, ago. 2003a.

_____. Floresta: pronta pra explodir. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 17, n. 312, 2 quinzena, p. 1-3, jun.2003b.

_____. Minérios. O Pará é do mundo. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 17, n. 324, p. 1-2, maio, 2004a.

_____. Desmatamento: o fogo, outra vez. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 22, n. 323, 1 quinzena, p.1-3, maio, 2004b.

_____. Eclusas: Conclusão ameaçada. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 18, n. 347, 1 quinzena, p. 1-3, jun. 2005a.

_____. Desmatamento: Amazônia está acabando. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 18, n. 324, 2 quinzena, p. 1-2, maio, 2005b.

_____. Desmatamento: o fogo, 30 anos depois. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 18, 1 quinzena, n. 350, p. 1-2, maio, 2005c.

_____. Eclusas: nunca mais? **Jornal Pessoal**, Belém, ano 19, n. 353, 2 quinzena, p.1-2, set. 2005d.

_____. CVRD - grandeza fora do Pará. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 19, n. 362, 1 quinzena, p. 1-2, fev. 2006a.

_____. CVRD: decifra-me ou devoro. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 19, n. 366, quinzena, p. 1-2, abr. 2006b.

_____. Hidrelétrica: Tucuruí: maior ainda. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 20, n. 383, 1 quinzena, p.1-2, jan. 2007.

_____. Primeiro retrato da destruição. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 21, n. 415, 2 quinzena, p. 6-7, abr. 2008.

_____. Amazônia: Terra arrasada. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 22, n. 447, 2 quinzena, p. 1-2, ago. 2009a.

_____. Grandes projetos: três décadas depois. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 23, n. 448, 2 quinzena, p. 1-3, set. 2009b.

_____. Jari: história errada. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 23, n. 453, 2 quinzena, p. 4, nov. 2009c.

_____. Graças a Vale, Carajás é chinês. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 19, n. 475, 2 quinzena, p. 5, out. 2010a.

_____. Condição colonial. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 19, n. 476, 1 quinzena, p. 5. nov. 2010b.

_____. Hidrelétricas na Amazônia: ontem, como hoje iguais. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 24, n. 482, 1 quinzena, p. 3, fev. 2011a.

_____. O fogo visto do céu: advertência esquecida. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 24, n. 493, 2 quinzena, p. 5-7, jul. 2011b.

_____. **Tucuruí**: a barragem da ditadura. Belém: Edição do Jornal Pessoal, 2011c. 257 p.

_____. Só com boa intenção, o caminho do inferno. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 25, n. 504, 1 quinzena, p. 5-6, jan. 2012a.

_____. Decisão em Carajás: lago ou minério. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 25, n. 507, 2 quinzena, p.7, fev. 2012b.

_____. O paraíso queimado: a ameaça em Carajás. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 25, n. 521, 2 quinzena, p.11, set. 2012c.

_____. O escândalo ignorado: as grandes queimadas. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 25, 1 quinzena, n. 522, p. 6-7, out. 2012d.

_____. Os deserdados da terra: a fronteira como tragédia. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 25, n. 523, 2 quinzena, p.4-5, out. 2012e.

_____. Jari: fábrica de celulose deixa de produzir. E daí?. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 25, n. 525, 2 quinzena, p. 5, nov. 2012f.

_____. Fim de ano: nosso cartão crítico. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 25, n. 527, 2 quinzena, p. 1-4, dez. 2012g.

_____. **Jornal Pessoal**: uma voz amazônica há 25 anos. Belém: Jornal Pessoal, 2012h. 72 p. (Dossiê, n. 4).

_____. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 editores, 2012i. 307 p.

_____. Novo prefeito - Carta aberta por Belém. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 26, n. 528, 1 quinzena, p. 1-16, jan. 2013a.

_____. A segurança nacional de volta à Amazônia?. **Jornal Pessoal**, Belém, ano 26, n. 548, 1 quinzena, p. 11, nov. 2013b.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discurso. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002. 123 p. (Coleção comunicação).

PORANTIM. Disponível em:<<http://resistirepreciso.org.br/alternativa/porantim/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

PORTELA, Michelle Costa. **Varadouro - um jornal das selvas**: um estudo sobre a vida no alternativo. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

POSSENTI, Sírio. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 2. ed. São Paulo: Clara Luz, 2003. p. 37-46.

PRESSLER, Neusa. **Comunicação & meio ambiente: agências de cooperação internacional e projetos socioambientais na Amazônia**. Belém: UNAMA; Manaus: UEA, 2012.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 202 p.

SACHS, Ignacy Os desafios da segunda Cúpula da terra do Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil: encarte especial**. Rio de Janeiro: Le Monde, 2012. p. 4-5.

SANTOS, Protásio César dos. **Discursos da mídia impressa sobre a implantação da ALCOA Mineração S.A em São Luís, Maranhão**. 2010. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos em tempos de pós-modernidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p.373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.

SUDAM. **Legislação sobre a criação da Amazônia Legal**. Disponível em:<<http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>>. Acesso em: 10 set. 2013.

TEIXEIRA, Nísio. Jornais. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008. p. 67-88. (Coleção Ciência da Informação, v. 1).

TENREIRO, Carlos Alberto Ferreira. Tecendo o discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Paulo: Claraluz, 2005. p. 275-280.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 2 v.

UNIVERSITY OF FLORIDA DIGITAL COLLECTION. **Jornal Pessoal**. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00005008/00133>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

VARADOURO. Disponível em:<<http://resistirepreciso.org.br/alternativa/varadouro/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**. 2008.318 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Lúcio Flávio Pinto e a consciência do “ser amazônida”. In: SEMINÁRIO REGIONAL DA ALAIC- Bacia Amazônica, 1., 2011, Belém. **Anais...** Belém: ALAIC, 2011. p. 1-16.

_____. 25 anos do Jornal Pessoal (1987-2012): um estudo sobre as condições de funcionamento do alternativo amazônico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO JORNALISMO, 10., 2012, Curitiba. [**Anais...**] SBPJor, 2012.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização, 2011. 254 p.

VIDAL, Josep Pont. *Grounded Theory* e as possibilidades da pesquisa na complexidade da Amazônia. **Paper do NAEA**, n. 204, 2006, 33 p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In:_____. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 11-31.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado Senhor,

Esta entrevista constitui o instrumento de investigação para o projeto de pesquisa intitulado **Jornalismo alternativo na Amazônia**: o discurso do desmatamento no Jornal Pessoal (1987-2012), que está sendo realizado no âmbito das atividades obrigatórias do Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). O objetivo central desta pesquisa é analisar o posicionamento do Jornal Pessoal sobre o desmatamento no Pará e a ação do Estado nesse debate.

As informações têm caráter inteiramente confidencial em relação às respostas do participante desta pesquisa. Desde já, agradecemos sua colaboração e atenção.

Ruthane Saraiva da Silva
Mestranda PLADES

Prof.^a Dr.^a Rosa E. Acevedo Marin
Orientadora

1) Em 1988, o JP abordou a questão do incêndio praticado pela empresa Volkswagen, quando o satélite *Skylab* fotografou 11 mil hectares de incêndio em Santana do Araguaia. Nas edições do Jornal, há sempre referência a este caso. Qual a contribuição desse fato para a discussão do desmatamento ao longo dos anos para o Pará?

2) O estudo de casos específicos de desmatamento parece uma abordagem necessária (exemplo Companhia Vale do Rio Doce, Projeto Jari, Fazenda Curiá, barragem de Tucuruí). Você poderia destacar as particularidades desses desmatamentos no Pará?

3) Como vê a questão do modelo agrícola para o modelo florestal? A Amazônia é vista apenas como colônia?

4) Quando você diz que o combate para frear as frentes pioneiras são investimentos em ciência e tecnologia, a que tecnologias você se refere? Qual a relação dessas tecnologias com o desmatamento no Pará?

5) Quais são as estratégias e as ações do Estado em relação à diminuição do índice de desmatamento no Pará? Essas estratégias têm obtido resultados, ou ficam apenas na base dos discursos?

6) E em relação às instituições como INPE e IMAZON, responsáveis pelo monitoramento do desmatamento na Amazônia, qual sua visão?

7) Como você vê o futuro do Pará frente ao desmatamento?

8) Na tese de Maria Veloso, ela considera que você passou de “mediador da informação” para a função de “voz especializada”. Como você recebe isso?

9) Você se considera um intelectual militante?

10) Você fala que não faz reportagens, você faz análise, você faz auditagem dos fatos?

11) Você foi professor na UFPA entre os anos de 1989 e 1990 no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e no Instituto de Comunicação Social entre os anos de 1991 e 1998. Relate essa experiência.

12) Quais disciplinas você lecionava?

13) Como era sua produção para o Jornal Pessoal e a prática da docência na UFPA?